

O Poder Municipal no Funchal

Do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas
de dezembro de 1976

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Luís Gonçalves Vieira

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

fevereiro | 2018

O Poder Municipal no Funchal

Do 25 de abril de 1974 às eleições
autárquicas de dezembro de 1976

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Luís Gonçalves Vieira

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTADOR

João Nelson Veríssimo



Faculdade de Artes e Humanidades

Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Ano Letivo: 2017/2018

José Luís Gonçalves Vieira

**Dissertação de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Regionais
e Locais**

Orientador: Professor Doutor João Nelson Veríssimo

Funchal, 2018

Em memória de meu pai, Manuel Vieira, e da minha irmã Paula.

À minha esposa Graciana e aos meus filhos: Joana e João.

À minha mãe, padrasto e toda a minha família.

O meu muito obrigado pelo seu estímulo e apoio.

Antes de tudo, havia que minorar o sofrimento de tanta gente que vivia em condições deploráveis: sem casa, sem caminho, sem iluminação pública, sem água nem esgotos, sem escolas e até sem emprego.

Virgílio Pereira
O Funchal: recordações e sentimentos.
Margem 2, n.º 25 (2008)

Agradecimentos

Este é o culminar de um caminho que começou aos 42 anos, quando decidi voltar à Escola Gonçalves Zarco para terminar o 9.º ano. Cheguei aqui graças ao estímulo dos meus colegas e professores, desde o ensino secundário ao universitário.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor João Nelson Veríssimo pela sua predisposição em ser meu orientador, pelos seus conselhos e dedicação. Quero ainda agradecer o sentido crítico, ideias e o rigor que trouxe à dissertação, que em muito a enriqueceram.

Um agradecimento ao Professor Doutor João Adriano Ribeiro por, nas suas primeiras aulas, nos levar a conhecer o Arquivo Regional da Madeira e que despertou em mim o ânimo para que aqui chegasse.

Ao Professor Virgílio Pereira quero agradecer toda a sua disponibilidade e amabilidade pela entrevista que me concedeu e que em muito veio enriquecer o presente trabalho. Quero ainda agradecer as suas palavras de estímulo e incentivo.

À minha esposa Graciana e aos meus filhos Joana e João pelo seu apoio, estímulo e ânimo imprescindíveis para a concretização desta etapa.

Aos meus colegas do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, Cristina, Marilin, Lúcia e aquela que foi, desde a primeira hora, a minha “colega de carteira”, que me apoiou, foi minha conselheira e me incentivou na última fase desta caminhada, a Jani Micaela.

À Empresa de Cervejas da Madeira, nas pessoas do seu diretor geral, Dr. Nuno Freitas e do Dr. Elvies Freitas pela sua compreensão e apoio dado durante este percurso.

À Dr.ª Catarina Pereira e à D. Rita Marques, da secção de apoio aos órgãos autárquicos, por me terem facultado a consulta das atas da vereação da CMF.

Por fim, à diretora do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Dr.ª Fátima Barros, e aos funcionários da sala de leitura, Elizabete Almeida, Paula Vasconcelos, Leonardo Pereira e Regina Oliveira por todo o apoio prestado.

Resumo

A presente dissertação de Mestrado aborda o Poder Municipal no Funchal: do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976. A Revolução do 25 de abril foi um ponto de viragem e de transformações políticas, restituindo aos portugueses a liberdade e a democracia, de acordo com o programa do Movimento das Forças Armadas.

Este novo ciclo político determinou mudanças inevitáveis nas mais diversas áreas do poder, entre as quais destacamos o poder autárquico. Associadas a este ciclo, emergiram reivindicações, ao nível das condições de vida da população e da orgânica e funcionamento das instituições.

Passados 43 anos sobre “a Revolução dos Cravos” e 41 anos das primeiras eleições autárquicas, entendemos ser fundamental o estudo deste tema, pelo marco importante que constituiu a nível do poder autárquico do arquipélago da Madeira. Analisamos o período compreendido entre a queda do “Estado Novo” e a tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, em 3 de outubro de 1974, presidida por Virgílio Pereira, até às eleições autárquicas de 1976.

Com o presente estudo, verificamos que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal encetou uma outra dinâmica na gestão da autarquia, a partir de outubro de 1974, implementando uma política de proximidade junto dos munícipes e desenvolvendo um trabalho de grande relevo nas áreas sociais. Constatamos ainda que, durante a presidência de Virgílio Pereira, a Comissão Administrativa incentivou e promoveu o relacionamento entre a Câmara e os diversos órgãos de poder, nomeadamente, com o Governo Civil, a Junta de Planeamento da Madeira, o Governo Central, a Junta Governativa da Madeira e o primeiro Governo Regional saído das eleições de junho de 1976.

Palavras-chave: “Estado Novo”, 25 de Abril, Poder Municipal no Funchal, Virgílio Pereira, Comissão Administrativa, Câmara Municipal do Funchal

Abstract

This Master's thesis deals with Municipal Power in Funchal: from April 25, 1974 to the local elections of December 1976. The Revolution of April 25 was not only a turning point, but it also meant political transformations, restoring the Portuguese freedom and democracy, according to the Movement of the Armed Forces programme.

This new political cycle brought about inevitable changes in the most diverse areas of power, amongst which we highlight the autarchic power. Associated with this cycle, claims emerged, regarding the conditions of life of the population and the organization and functioning of institutions.

Forty-three years after "the Carnation Revolution" and forty-one years after the first municipal elections, we believe it is fundamental to study this theme, for the important milestone it constituted at the level of the autarchic power of the Madeira archipelago. We have analyzed the period between the fall of the "Estado Novo" and the inauguration of the Administrative Commission of the City Hall of Funchal, on October 3, 1974, presided over by Virgílio Pereira, until the municipal elections of 1976.

With the present study, we have verified that the Administrative Commission of the Funchal City Council started another dynamic in the management of the municipality, starting in October 1974, implementing a policy of proximity to the citizens and developing a major work in the social areas. We have also noticed that during the presidency of Virgílio Pereira the Administrative Commission encouraged and promoted the relationship between the Chamber and the various organs of power, namely, the Civil Government, the Madeira Planning Board, the Central Government, the Governing Board of Madeira and the first Regional Government that came out of the elections of June of 1976.

Keywords: "Estado Novo", April 25, Municipal Power in Funchal, Virgílio Pereira, Administrative Commission, Funchal Municipal Council

Lista de siglas

- ABM** – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira
- AMF** – Assembleia Municipal do Funchal
- ARM** – Assembleia Regional da Madeira
- CA** – Comissão Administrativa
- CDS** – Centro Democrático Social
- CM** – Comissão de Moradores
- CMF** – Câmara Municipal do Funchal
- CR** – Conselho da Revolução
- CRP** – Constituição da República Portuguesa
- DN** – Diário de Notícias Funchal
- FEC/ML** – Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas)
- FEPU** – Frente Eleitoral Povo Unido
- FERP** – Frente Eleitoral da Resistência Popular
- FFH** – Fundo Fomento Habitação
- FLAMA** – Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira
- GDUPS** – Grupos Dinamizadores de Unidade Popular
- GRM** – Governo Regional da Madeira
- JGM** – Junta Governativa da Madeira
- JPM** – Junta de Planeamento da Madeira
- JSD** – Juventude Social-democrata
- JSN** – Junta de Salvação Nacional
- MDM** – Movimento Democrático da Madeira
- MDP/CDE** – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MES – Movimento da Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MRPP – Movimento Reorganizado do Partido do Proletariado

MUP – Movimento de Unidade Popular

PCP – Partido Comunista Português

PDM – Plano Diretor Municipal

PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata¹

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista

RAM – Região Autónoma da Madeira

UDP – União Democrática Popular

UPM – União do Povo da Madeira

¹ É importante referir para uma melhor compreensão da presente dissertação que apenas no dia 29 de janeiro de 1975 o PPD passou a designar-se PPD/PSD (Ferreira, 1994: 240).

Índice

Agradecimentos	XI
Resumo	XIII
Abstract	XV
Lista de siglas	XVII
Introdução	1
Capítulo 1 – O poder local no “Estado Novo”	5
1.1 As autarquias a nível nacional e o seu funcionamento nos finais do “Estado Novo” ...	7
1.2 As especificidades do poder local nos distritos das ilhas adjacentes	9
Capítulo 2 – O 25 de abril de 1974 e a Câmara Municipal do Funchal	15
2.1 O relacionamento entre o novo governador indigitado pela Junta de Salvação Nacional, brigadeiro Carlos de Azeredo, e a Câmara Municipal do Funchal	17
2.2 A gestão interina da Câmara Municipal do Funchal entre o 25 de abril de 1974 até à nova Comissão Administrativa	22
2.2.1 Os primeiros conflitos	23
2.2.2 Os últimos dias da vereação presidida por Óscar Saturnino Pereira	24
Capítulo 3 – A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal	27
3.1 A tomada de posse e a primeira reunião da Comissão Administrativa	27
3.1.1 A nova política imprimida por Virgílio Pereira na gestão da Câmara Municipal do Funchal	30
3.1.2 As Comissões de Moradores	31
3.1.3 Pobreza, inserção social e cultura.....	34
3.1.4 A situação financeira da Câmara Municipal do Funchal.....	36
3.1.5 Habitação.....	40
3.1.6 Acessibilidades.....	46
3.1.7 O trânsito no Funchal	48

3.1.8	O saneamento básico e abastecimento de água	50
3.1.9	As diversas crises políticas da Comissão Administrativa	53
3.2	A Junta de Planeamento da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal	57
3.2.1	As primeiras medidas da Junta de Planeamento da Madeira.....	59
3.2.2	As dificuldades e demissão da Junta de Planeamento da Madeira.....	61
3.2.3	Razões da demissão da Junta de Planeamento da Madeira	63
3.3	A Junta Governativa da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal.....	65
3.3.1	Tomada de posse da Junta Governativa da Madeira e visita à Câmara Municipal do Funchal	67
3.4	O relacionamento entre o 1.º Governo Regional da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal.....	68
Capítulo 4 – As eleições autárquicas de 1976.....		73
4.1	As forças políticas concorrentes às primeiras eleições à Câmara Municipal do Funchal	75
4.2	A campanha eleitoral para a Câmara Municipal do Funchal	76
4.2.1	Os inquéritos do <i>Diário de Notícias</i> aos partidos e organizações políticas.....	77
4.2.2	Os comícios dos partidos e organizações políticas.....	84
4.2.3	O dia das eleições	92
4.3	Resultado das eleições para a Câmara Municipal do Funchal e os novos dirigentes eleitos	93
4.3.1	A última reunião da Comissão Administrativa	96
4.3.2	Tomada de posse novos dirigentes eleitos para a Câmara Municipal do Funchal ..	96
Conclusão		99
Fontes e Bibliografia.....		103
Lista de Anexos		111

Introdução

As câmaras municipais, desde sempre, tiveram um papel importante e de decisão, definindo as políticas e os objetivos da gestão municipal, para satisfação das necessidades e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A presente dissertação de Mestrado incide sobre “O Poder Municipal no Funchal: do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976”, acreditando que o período de estudo desta investigação constituiu um marco histórico muito importante, na administração da maior autarquia do arquipélago. Este foi um período vivido intensamente pelos funchalenses e pela sociedade madeirense. Com a Revolução do 25 de abril de 1974, assistiu-se ao derrube de um regime ditatorial, que durou 48 anos, e à implementação da democracia e da liberdade. A partir desta altura, a CMF voltou a ter um papel determinante na vida das pessoas, visto que, anteriormente, estava sujeita ao regime corporativista, autoritário e centralizador do “Estado Novo”. Passou a usufruir de autonomia e poder de decisão em prol dos seus concidadãos. Procuramos, assim, analisar as políticas e as soluções utilizadas para a resolução dos problemas dos seus munícipes, atendendo a que a CMF foi o centro de muitas transformações políticas e sociais ocorridas após o 25 de abril.

Passados 43 anos sobre a “Revolução dos Cravos” e 41 anos desde as primeiras eleições livres e democráticas para as autarquias locais, entendemos que este estudo se revela de grande interesse para a área dos Estudos Regionais e Locais, pelo facto de constituir uma investigação pioneira sobre o poder municipal no Funchal no pós 25 de abril.

O tema em estudo, estando estreitamente relacionado com a mudança do regime político verificado em abril de 1974 e o programa do Movimento das Forças Armadas, conhecido pelos 3 Ds – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver, tornou pertinente relacionar o ponto de transição do “Estado Novo” com o novo enquadramento político e social do arquipélago e o poder municipal do Funchal. Neste contexto, pesquisamos as transformações ocorridas, no período referente ao presente trabalho, e o papel que a autarquia do Funchal teve na implementação da nova política traçada pelo MFA, a partir das seguintes questões:

– Terão existido mudanças nas estruturas camarárias, na orgânica da Câmara, nas suas competências e na capacidade de tomar decisões?

– Quais as áreas de intervenção que eram da competência da CMF? Existiu alteração das áreas de intervenção? Quais as áreas tomadas como prioritárias?

– Até que ponto o *DN* teve um papel importante durante a Revolução, através da divulgação noticiosa dos acontecimentos que se operaram após o 25 de abril de 1974?

– Que projeção tiveram as notícias acerca da gestão da principal autarquia da Madeira, junto dos funchalenses?

– Que impacto teve na vida quotidiana dos funchalenses a gestão da Câmara durante o período em referência?

– Que relacionamento existiu, durante o período em estudo, entre o poder central e local, nomeadamente no que dizia respeito à questão financeira?

– Que transformações e mudanças tiveram maior impacto junto da população funchalense?

– Em que áreas houve maior intervenção?

Após a Revolução do 25 de abril de 1974, viveu-se um período de transição, na CMF, atendendo ao facto do seu presidente e vice-presidente, António Agrela Gomes Loja e Francisco Assis, terem sido afastados da CA, cumprindo as diretivas emanadas pela JSN. A administração da Câmara passou a ser exercida, provisoriamente, por Óscar Saturnino Pereira, até a tomada de posse da nova CA em 3 de outubro de 1974, presidida por Virgílio Pereira até às eleições autárquicas de 1976.

Interessou-nos conhecer o funcionamento da CA da CMF e o seu relacionamento institucional com os diversos órgãos de poder, nomeadamente, os governadores civis pós 25 de abril, Fernando Rebelo e Carlos de Azeredo, e o seu desempenho, na transição política madeirense após a queda do regime. Carlos de Azeredo foi destacado para o arquipélago pela JSN, a partir de 2 de maio de 1974, e acompanhou todo o processo político madeirense a partir dessa altura, até à tomada de posse do primeiro GRM, em outubro de 1976.

Procuramos compreender as causas que levaram às diversas crises que assolaram a CA da CMF durante a liderança de Virgílio Pereira e a sua participação como vogal da JPM.

Analisamos como se processaram as relações entre a Câmara e os diversos órgãos de poder, a JPM e a JGM², que antecederam o primeiro GRM, o próprio GRM e o impacto na vida quotidiana dos funchalenses e na administração da CMF.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo consistiu, numa primeira fase, numa revisão da bibliografia sobre o tema em estudo, de uma investigação e consulta de documentos no ABM, nomeadamente as atas da CMF, a correspondência do Governo Civil e o *DN* do Funchal, durante esse período, sendo de salientar que este periódico constituiu a fonte primordial de pesquisa. Tivemos também a colaboração da CMF, secção de apoio aos órgãos autárquicos, que nos disponibilizou as atas das vereações dos anos de 1975-1976. Contamos ainda com o apoio de documentos da coleção particular do Dr. Gregório Gouveia. Para além do tratamento destas fontes, realizamos uma entrevista semiestruturada a Virgílio Pereira, presidente da CA da CMF, no período em estudo, a qual consideramos um contributo enriquecedor para a nossa dissertação.

² Embora seja vulgarmente denominada por Junta Governativa da Madeira, a designação oficial é Junta Regional, conforme o Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de fevereiro.

Capítulo 1 – O poder local no “Estado Novo”

O poder local, no 25 de abril de 1974, estava inteiramente dependente do poder central. A revolta militar, operada neste dia, pôs termo a um regime opressor, que subjuguou os portugueses durante 48 anos. Vivíamos num país onde, mesmo após a morte de Salazar, as suas políticas continuavam bem presentes e faziam-se sentir no dia-a-dia dos cidadãos. Foram muitos anos a viver sob a ação do “Estado Novo” que “não deixou de ter e de tentar impor um projeto doutrinário totalizante para a sociedade portuguesa”, tentando “educá-la e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã” (Rosas, 1994: 281). Salazar desde que tomou posse como ministro das Finanças, em abril de 1928, obteve poderes ilimitados, almejando atuar sobre o saneamento financeiro da Nação. Uma das medidas tomadas foi não permitir, em qualquer circunstância, que existisse autonomia das autarquias locais desde que “pudesse pôr em causa a eficácia da máquina administrativa que «gravitava», em completa dependência, em torno do Ministério das Finanças, estrutura centralizada e poderosa” (Ferreira, 2007: 63).

Com a CRP de 1933, o regime consolida-se ao estabelecer na Parte I, Título I, artigo 5.º que “o Estado Português é uma República Unitária e Corporativa”. No Título III – Da família – artigo 11.º estipulava-se que “o Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça (...) e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município”. No intuito de ficar bem definida a organização do território, na Parte II, Título VI – Das circunscrições políticas e administrativas das autarquias locais – o artigo 124.º, definiu que, “o território no Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias (...)”, estabelecendo-se no seu §2.º que “a divisão do território das Ilhas Adjacentes e a respectiva organização administrativas serão reguladas em lei especial” (CRP, 1933: 226, 229 e 252).

Esta lei especial, conforme previsto na Constituição de 1933, foi concretizada através da extensão do Código de 1936 às ilhas adjacentes, após um estudo efetuado em 1938. Sob proposta do governo à Assembleia Nacional, foi publicada a Lei n.º 1 967, de

30 de Abril de 1938³, contendo as bases do regime administrativo insular. Mais tarde, esta lei foi complementada pelo Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, através do Decreto-Lei n.º 30 214 de 22 de dezembro de 1939, posteriormente revisto em 1940. Este estatuto voltou novamente a ser alterado, e a ter nova redação, pelo Decreto-Lei n.º 36 453 de 4 de agosto de 1947 (Caetano, 1984: 159).

A esperança de uma mudança política, após a ascensão ao poder de Marcelo Caetano, em setembro de 1968, não passou de uma ilusão e o período que ficou conhecido como a “Primavera Marcelista” foi pouco duradouro. O país continuou debilitado e a abertura política esperada não passou de uma miragem. As autarquias continuaram fortemente controladas pelo poder central e os cargos, nomeadamente os de presidentes de Câmara, eram ocupados por cidadãos nomeados pelo Governo Central.

Estas nomeações foram, muitas vezes, influenciadas pelo “lobie circundante” (...) o mesmo acontecendo aos pelouros das diversas vereações (...) indicados ou escolhidos pelo então existente conselho municipal”. Por outro lado, as receitas exíguas auferidas pelas câmaras obrigavam a que estas ficassem dependentes de subsídios do Estado, “funcionando estes subsídios como instrumentos de controlo económico e financeiro das autarquias por parte do poder central, ficando como é bom de ver aquelas sob a dependência dele” (Costa & Ribeiro, s. d.: 12).

O Estado, durante o “Consulado Marcelista” foi incapaz de proceder às mudanças profundas que eram exigidas pela sociedade. Liquidou as aspirações liberais, oprimiu o movimento operário e manteve a política salazarista. Ficou refém de si próprio,

³ A Lei n.º 1 967, de 30 de abril de 1938, definiu as bases da divisão administrativa das ilhas adjacentes, estipulando na – Base I –, do referido decreto, “o território das ilhas adjacentes divide-se para efeitos administrativos, em concelhos, que se subdividem em freguesias e as agrupam em distritos autónomos. Na – Base II –, estabeleceu-se os órgãos da administração local, expressando na alínea a) “nos concelhos, o conselho municipal, a câmara municipal e o presidente da câmara, nos termos do disposto para o continente”. A alínea c), referia que “nos distritos, a Junta Geral, com a respectiva comissão executiva, e o governador civil”. Para além destes órgãos, foi definido no § único, “nas freguesias dos arquipélagos dos Açores e Madeira haverá um regedor, com a competência conferida no Código Administrativo. Na – Base IV, fixava-se que “o governo promoverá no arquipélago da Madeira a organização de Casas do Povo, com as modificações aconselhadas pelas circunstâncias locais. As atribuições e competências conferidas pelo Código às Juntas de Freguesia serão desempenhadas pelas Câmaras Municipais (...)”. Para além de estabelecer as regras e competências de funcionamento das Juntas Gerais, na – Base XI –, do referido decreto, definia-se ainda que, “os governadores civis dos distritos autónomos têm, além das atribuições e competência conferidas pelo Código, as que o governo neles delegar, a título permanente, por meio de decreto, ou, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, e a título transitório, por simples ofício ou telegrama”.

tornando a sua própria ideologia um facto bloqueador da sua ação. Como sublinhou Fernando Rosas, “será ela a alimentar a difusão e manutenção para além do peso económico e social real das forças que a suportavam”. O não querer abdicar de valores nacionalistas, persistindo no “conservadorismo religioso, pelo temor do progresso, do desenvolvimento industrial e tecnológico e do urbanismo” (Rosas, 1996: 280), contribuiu para engrossar o movimento contestatário ao regime, que acabaria por o derrubar em 25 de abril de 1974.

1.1 As autarquias a nível nacional e o seu funcionamento nos finais do “Estado Novo”

As autarquias locais estavam submetidas ao poder do Governo Central e funcionavam segundo o estipulado no Código Administrativo instituído pelo Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de dezembro de 1940. Na Parte I – Da organização administrativa, o Título I, da divisão do território, no seu artigo 1.º definia-se que “o território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias”, considerando que nos casos de Lisboa e Porto, “subdividem-se em bairros e estes em freguesias”. Por sua vez, definiu-se que os concelhos se classificavam em urbanos e rurais. O número de habitantes residentes nos concelhos constituía os critérios necessários para os classificar.

No Título II, do Concelho, no seu artigo 13.º, considerava ser o concelho, “o agregado de pessoas residentes na circunscrição municipal, com interesses comuns por órgãos próprios”, tendo o artigo 15.º, definidos os órgãos autárquicos, os quais, eram constituídos pelo “Concelho Municipal, Câmara Municipal, o presidente da Câmara Municipal”, sendo que em Lisboa e Porto, não havia Conselho Municipal. Para além destes, estavam previstos ainda órgãos consultivos, podendo ser instituídos por lei ou deliberação municipal.

A composição do Conselho Municipal foi estabelecida pelo artigo 16.º, fazendo parte deste organismo o presidente da Câmara, representantes das Juntas de Freguesia, das Misericórdias, das Ordens, das Casas do Povo, dos pescadores e um representante dos Grémios ou Corporativos, entidades patronais, sindicatos e Grémio da Lavoura. Conforme previa o artigo 17.º do Código Administrativo, competia ao Conselho Municipal, “eleger quadrialmente os vereadores e respectivos substitutos”, revogar os

seus mandatos em caso de pedido bem fundamentado do respetivo presidente da Câmara. Das várias funções atribuídas a este conselho, destacam-se, “requerer inquérito” ao governo acerca dos atos do presidente da Câmara, proceder à discussão e votação das bases e orçamento ordinários do município.

Enquanto os vereadores eram eleitos pelo Conselho Municipal, o presidente da Câmara era nomeado pelo governo. O presidente, ao ser nomeado pelo governo, ficava limitado na sua ação. De facto, a reforma administrativa do salazarismo deu possibilidades ao Estado para “poder dissolver, com assinalável amplitude, os órgãos autárquicos (...) nomeadamente as câmaras municipais a ditames e orientações, como às iniciativas, do poder central ” (Oliveira, 1996: 310). Às câmaras municipais competia a administração dos bens comuns, do fomento, do abastecimento público, da cultura, assistência, salubridade pública, polícia, para além de outras atribuições definidas no artigo 45.º e 46.º do Código Administrativo.

As autarquias locais, durante o “Estado Novo”, não passavam de meras dependências governamentais. As Câmaras Municipais eram controladas pelo Ministério do Interior e pelos governadores civis. De acordo com César de Oliveira, “a inspeção a exercer pelo Ministério do Interior tinha uma amplitude e um carácter tão genérico que podia abranger todos os domínios das actividades municipais” (Oliveira, 1996: 314). Na CRP de 1933, no Código Administrativo de 1940 e na revisão deste em 1947, ficaram estabelecidas as diretrizes para reger o funcionamento do poder autárquico, porém as autarquias continuavam limitadas a nível da sua autonomia, pois dependiam dos subsídios, das autorizações dos Ministérios do Interior e das Finanças e das auditorias das inspeções administrativas, limitando assim a liberdade e o poder de decisão das mesmas.

As alterações à reforma administrativa, efetuadas pelo governo em 1959, fruto das convulsões políticas surgidas durante a campanha eleitoral para as presidenciais no ano anterior, tiveram um efeito limitador sobre as autarquias. A transformação dos distritos em entidades autárquicas, na opinião de César de Oliveira, veio reforçar as funções e o papel dos governadores civis. O regime assistia ao envelhecimento das estruturas que o sustentavam, nomeadamente a União Nacional, a Mocidade e Legião Portuguesa, revelando-se “cada vez mais desadequadas às exigências de um mundo e de

uma Europa que conheceram no pós-guerra grandes transformações” (Oliveira, 1996: 318).

Durante os anos 60 do séc. XX, a própria Câmara Corporativa defendeu a descentralização e a criação, nas regiões, de órgãos consultivos, como forma de transferir-lhes poderes e ao mesmo tempo permitir um maior desenvolvimento. Com a ascensão de Marcelo Caetano ao poder, em setembro de 1968, assistiu-se a “fortíssimas transformações na estrutura demográfica do país, seja pelos efeitos da emigração para a Europa, seja pelos movimentos migratórios do país para os polos urbanos” (Oliveira, 1996: 320). A “Primavera Marcelista” não produziu o efeito desejado e as autarquias continuaram dependentes do Estado, tanto no plano político, como financeiro. Embora numa primeira fase, Marcelo Caetano tivesse “substituído boa parte dos governadores civis e dos presidentes de câmaras”, manteve uma política de “continuação de um Estado forte e autoritário, que não podia auto-reformar-se pela clara imbricação entre a resolução da guerra colonial e da própria natureza autoritária do regime (...)” (Oliveira, 1996: 322).

A desacreditação, a desconfiança e inércia da política desencadeada por Marcelo Caetano, contribuíram para a queda do regime. Com o derrube da ditadura e a implantação da democracia, o poder local voltou a adquirir a sua autonomia. Restituíram-se os seus poderes de decisão e auxílio às populações, “imbuído de novos fundamentos e princípios de ciência política, (...) de dignidade humana, traduzida no princípio da autonomia originária e não já, como até aí, oriundo da doutrina política” (Costa & Ribeiro, s. d.: 13).

1.2 As especificidades do poder local nos distritos das ilhas adjacentes

O arquipélago da Madeira, nos anos 30 do séc. XX, vivia numa situação de crise, resultante da grande depressão de 1929, da falência da casa bancária de Henrique Figueira da Silva e da publicação, por parte do governo de Salazar, do Decreto n.º 19 273, de 22 de janeiro de 1931⁴ que estabelecia as normas referentes à importação e

⁴ O Decreto 19 273 de 22 de janeiro de 1931 regulamentou a comercialização e abastecimento cerealífero no Funchal, em virtude de haver necessidade de “fixar os direitos de importação” de forma que o Estado e o consumidor não continuassem a ser lesados. Definia também que não era “razoável conservar uma situação de favor para a indústria estrangeira”. No Art.º 2.º estipulava que não era “permitida a importação de farinhas exóticas no Distrito do Funchal enquanto a indústria nacional as possa fornecer de

comercialização do trigo e farinhas, no Distrito do Funchal. Estes fatores contribuíram para a revolta de 4 de abril de 1931, na qual participaram os deportados continentais, militares e políticos, e opositores da ditadura que viviam na ilha.

Esta situação de crise levou a que, madeirenses defensores do regime, e de Salazar, como Luís Vieira de Castro⁵, regionalista confesso, tomasse posição, manifestando que, embora contrário aos revoltosos, estes souberam aproveitar-se das reivindicações dos madeirenses, incitando-os à revolta, “acrescentando que a crise económica em que a Madeira se debatia, (...) e o desinteresse manifestado durante muitos anos pelo governo em relação à Madeira, tornaram o povo sensível a esta revolução” (Janes, 1997: 137).

Outro nosso conterrâneo, o visconde do Porto da Cruz⁶, segundo Janes, também incentivou os madeirenses, a “abdicarem de idealismos, porque a situação de momento carecia de espíritos práticos e resolutos que trabalhassem pelo progresso da sua terra, estudando as aspirações do povo (...)”, considerando imprescindível que fossem escolhidos entre os madeirenses aqueles que se revelassem capazes de concretizar esses ideais e solucionar as necessidades inventariadas a nível social. Julgava, ainda, importante que a administração da Madeira fosse desempenhada pelos madeirenses, pois estava convicto que o arquipélago reunia as condições necessárias para o desenvolvimento e prosperidade como os Açores. Esta tomada de posição é

seu fabrico ao preço e nas condições do presente decreto”. No entanto, no seu Art.º 3.º salvaguardava que o governo poderia “autorizar a importação de farinhas exóticas sobre proposta do respectivo governador civil”. Na opinião de Fernando Rosas este Decreto foi o “detonador de levantamentos populares, acompanhados de tumultos e do encerramento do comércio, nos primeiros dias de fevereiro de 1931” (Rosas, 1994: 222).

⁵ Luís Vieira de Castro nasceu na freguesia de São Pedro, Funchal, no dia 10 de maio de 1898 e faleceu em Lisboa em 7 de setembro 1954. Concluiu o curso liceal no Funchal, matriculando-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, passando depois para Lisboa, onde concluiu o curso. Foi defensor da causa monárquica e apologista do Integralismo Lusitano. Fundou e dirigiu o *Jornal da Madeira* em 22 de novembro de 1923, até 1926, voltando a reaparecer em 1 de janeiro de 1927. Foi um nacionalista e apoiante de Salazar. Fervoroso regionalista, defendeu as causas autonómicas, através do seu jornal, procurando “dirimir uma luta por uma autonomia da Madeira”. Foi dirigente da causa monárquica na Madeira, participou na organização do congresso do “Mundo Português” em 1940. Foi deputado à Assembleia Nacional nas legislaturas de 1942-1945 e 1946-1949 (Janes, 1997: 107, 112, 115, 136, 143).

⁶ Alfredo António de Castro Teles de Menezes de Freitas Branco, visconde do Porto da Cruz, nasceu no Funchal no dia 1 de janeiro de 1890 e faleceu em 28 de fevereiro de 1962. Fez o curso dos liceus e frequentou a Faculdade de Direito de Lisboa, a escola de guerra e acabou por fazer o curso superior das alfândegas. Foi um monárquico e integralista convicto. Apoiou a ditadura de Pimenta de Castro, fez parte do Centro Monárquico e da Junta Central do Integralismo Lusitano da Madeira. Colaborou no semanário “O Realista”. Apoiou Sidónio Pais e participou no movimento do 28 de maio de 1926, tornando-se mais tarde apoiante de Salazar e Mussolini. O visconde possuía “uma faceta regionalista bem acentuada”, pelo que publica o semanário *Independência* com início em 10 de junho de 1928 até 26 de março de 1929, reaparecendo em 1 de novembro do mesmo ano. Esteve na Alemanha durante a 2.ª Guerra Mundial, entre maio de 1944 e julho de 1945, por ser um germanófilo assumido, “ao serviço da Alemanha” (Janes, 1977: 147, 151, 167 e 173).

demonstrativa da insatisfação existente, mesmo entre correligionários do regime, relativamente à forma como os madeirenses eram tratados, aumentando a onda de reivindicações e contestação, em prol de uma melhor qualidade de vida (Janes, 1997: 168).

A situação do arquipélago era de tal forma tão crítica, nos anos 30, que a principal cidade do arquipélago, o Funchal, apresentava imensas carências e há muito vivia em condições miseráveis. De acordo com Agostinho Lopes, a Câmara do Funchal “não tinha meios para pôr fim a tal penúria”, pelo que, a CA na reunião de 1 de novembro de 1934, considerou que, “a situação financeira da CMF exige a utilização de todos os recursos que legitimamente dispõe para fazer face a compromissos urgentes e avultados”. A situação de impasse que se vivia no momento determinou a tomada de medidas urgentes. Em Janeiro de 1935, tomaram posse para as Comissões Administrativas da Junta da Geral e da CMF, respetivamente, João Abel de Freitas e Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves (Lopes, 2008: 47, 48 e 49).

João Abel de Freitas, como presidente da Junta Geral, e atendendo à situação de crise, desse momento, recorreu ao Governo Central, na tentativa de encontrar medidas que pudessem fazer face aos inúmeros problemas com que a Madeira se confrontava.

Por sua vez, Fernão de Ornelas mantinha um bom relacionamento com o regime salazarista. Exerceu o cargo de presidente da CMF, a partir de 12 de janeiro de 1935 por um período de 12 anos. Foi o precursor das grandes obras e alterações urbanísticas e sociais da cidade do Funchal, nesta altura, sendo considerado “um bom servidor dos interesses do município” e “um homem por detrás de toda uma obra que se tornou inesquecível para o município e consequentemente para toda a Madeira, transformando definitivamente a cidade do Funchal” (Lopes, 2008: 51). Fernão de Ornelas, através do seu empenho em prol da cidade que o viu nascer, pretendeu demonstrar que o “Estado Novo” foi capaz de grandes obras e fazer uma correta administração dos interesses públicos.

Embora se tenha atingido alguns progressos e assistido a um grande desenvolvimento no concelho do Funchal durante a presidência de Fernão de Ornelas, após a sua saída, em 22 de outubro de 1946, assistiu-se, novamente, à centralização da gestão autárquica. O “Estado Novo” procedeu à alteração do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes e modificou diversos artigos através do Decreto-Lei

n.º 36 453 de 4 de agosto de 1947⁷, do Ministério do Interior, Direção Geral de Administração Política e Civil, alegando como fundamento a “necessidade de se evitar dispersão legislativa em matéria fundamental da Administração”. Estas alterações vieram consolidar, ainda mais, a política centralista nos “Distritos Autónomos”, reforçando os poderes do Governador Civil na administração do arquipélago⁸. Como frisou Vicente Jorge Silva, “as câmaras municipais estavam praticamente reduzidas a sustentar a sua exangue máquina administrativa ou a pagar os passivos de gerências anteriores, como foi durante muito tempo, o caso da Câmara do Funchal” (Silva, 2006: 14). Por outro lado, ao contrário do território continental, onde segundo o Código Administrativo⁹, se verificava a existência de Juntas de Freguesia, no arquipélago da Madeira, apenas existia o presidente da Câmara e um regedor em cada freguesia¹⁰. O trabalho do regedor resumia-se a passar “atestados”, quando solicitado pelos seus conterrâneos, e pôr cobro a alguns desacatos que surgiam junto da população residente. Nas situações mais críticas, contava com a ajuda de um “cabo de polícia” que o coadjuvava no exercício das funções.

A Câmara, por sua vez, estava limitada na sua ação porque não possuía liberdade política e financeira, dependendo do governador civil, dos apoios da Junta Geral ou dos Ministérios sediados em Lisboa. Ainda durante o “Estado Novo”, a CMF, teve como presidente entre 1965 a 1972, Fernando de Almeida Couto. Este mantinha muito boas relações de proximidade com o ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, do qual se socorreu, aquando da elaboração do PDM, nos anos 70. O plano foi elaborado pelo

⁷ Diário do Governo, I Série – Número 178, de 4 de agosto de 1947, através do Decreto-Lei n.º 36 453, de 4 de agosto de 1947, foram alterados os artigos: 8.º, 18.º, 20.º, 24.º, 26.º, 43.º, 48.º, 51.º, 54.º, 70.º, 72.º, 81.º, 86.º, 99.º, 103.º, 104.º, 113.º, 118.º.

⁸ Idem, – Título IV – Dos governadores dos Distritos Autónomos, Capítulo Único, Designação e competência, Art.º 99.º, 4.º, competia aos governadores civis: “1.º Fiscalizar a actividade de todos os serviços públicos dependente do estado e existentes no distrito, informando os competentes ministros das irregularidades que tiverem conhecimento”, e ainda “nomear os presidentes das câmaras municipais”

⁹ “126. As autarquias locais no Direito Português. – Segundo resulta do Código Administrativo são autarquias locais no Continente metropolitano os concelho, as freguesias e os distritos (Art.º: 13.º e 14.º; 196.º e 284.º) (Caetano, 1984: 308).

¹⁰ Segundo o Decreto-Lei n.º 31 095, publicado no Diário do Governo de 31 de dezembro de 1940, foi promulgado o “Código Administrativo” e o “Estatuto dos Distritos Autónomos da Ilhas Adjacentes”, no Capítulo IV – Do Regedor – são enunciadas as competências do regedor da freguesia, estipulando a sua nomeação pelo presidente da Câmara, salvaguardando-se no seu artigo 273.º, que “Só pode ser nomeado regedor o individuo que tiver residência na freguesia, saiba ler e escrever e goze de boa reputação”, fazendo parte das competências do regedor de entre outros: “atestar gratuitamente”, “convocar os vizinhos para a extinção de incêndios”, “exercer quaisquer outras funções que seja encarregado pelo presidente da Câmara”. O regedor da freguesia era, ainda, coadjuvado por um escrivão incumbido “do expediente da regedoria” e também de um cabo de polícia, nomeado pelo presidente da Câmara, sob proposta do regedor, tendo como função “coadjuvar” o regedor da freguesia “no exercício das suas funções”.

arquiteto Rafael Botelho, suscitando amplo debate, facto inédito durante a vigência do regime ditatorial. Aquando da sua discussão, os funchalenses com influência política e económica dividiram-se, dados os muitos interesses económicos que eram postos em causa pelo mesmo. A elaboração, discussão e aprovação do PDM do Funchal foi o último grande projeto que a CMF realizou antes da Revolução do 25 de abril de 1974.

Capítulo 2 – O 25 de abril de 1974 e a Câmara Municipal do Funchal

A Câmara Municipal do Funchal, em 25 de abril de 1974, era presidida por António Agrela Gomes Loja, que havia tomado posse no dia 22 de maio de 1972. Substituiu Fernando de Almeida Couto, que, em 13 de abril de 1972, apresentou a sua demissão, evocando o desejo de voltar à vida privada, depois de ter dedicado muitos anos à cidade¹¹.

Nesta altura, era diretor do *DN* Alberto de Araújo, que ocupava este cargo desde 30 de março de 1931. Exerceu-o até 11 de maio de 1974, alegando, na sua demissão, a idade e saúde e ainda o facto de se estar a assistir no país e no arquipélago a uma “grande transformação política e social”. Passou a exercer as funções de diretor interino Armindo Abreu, constituindo-se ao mesmo tempo, um conselho de redação e, consequentemente, o *DN* passou a ter uma nova orientação e uma maior “independência de informação”¹².

Passado um mês e como forma de poder acompanhar os tempos de mudança que se estavam a operar no país e no arquipélago, é nomeado para diretor do *DN* José Manuel Paquete de Oliveira, que, em artigo publicado neste matutino, teceu vários considerandos acerca do 25 de abril e de como as pessoas estavam a viver todo o processo revolucionário no arquipélago. Segundo este, sentia-se nas ruas um ambiente confrangedor, de “medo, timidez, alheamento e desconfiança”, notando-se, por parte dos madeirenses, uma enorme descrença na revolução e no processo revolucionário que se estava a viver no país¹³.

¹¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de abril de 1972, p. 1.

Fernando Couto pede a sua demissão depois de ver concretizado um dos grandes objetivos a que se propusera. A aprovação do plano diretor do Funchal. A este propósito, Vicente Jorge Silva escreveu: “O presidente da Câmara contratara um prestigiado arquitecto de esquerda, José Rafael Botelho, para definir com uma equipa escolhida por ele o futuro plano de urbanização do Funchal”, dizendo ainda, “consta que Fernando Couto era um protegido político do então ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, e que por isso permitiu (em pleno governo de Salazar, note-se) promover um debate público no salão nobre do município”, por exigência do próprio arquitecto, o que na altura foi um acontecimento que abalou as hostes funchalenses porque, “estavam em jogo interesses económicos e patrimoniais” (Silva, 2006: 16).

¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de maio de 1974, p. 1.

¹³ *Diário de Notícias*, Funchal, 12 de junho de 1974, p. 3.

Dias antes da Revolução do 25 de abril, o quotidiano madeirense ficou marcado pela ordenação do novo bispo do Funchal, D. Francisco Antunes Santana, na Sé Patriarcal de Lisboa, pelo cardeal D. António Ribeiro¹⁴.

No dia 25 de abril, no arquipélago, apenas os “comandos militares”, através dos seus contactos com o MFA e alguns madeirenses que sintonizavam as notícias que a rádio do continente transmitia, sabiam concretamente do que se estava a passar em Lisboa (Carita, 2003: 161). No dia seguinte, os madeirenses começaram a tomar consciência e aperceberam-se da dimensão dos acontecimentos. As notícias de um golpe de estado já se espalhavam pela cidade e no *DN* lia-se em primeira página: “Um movimento iniciado na madrugada de ontem – as Forças Armadas confiaram o governo da Nação a uma junta militar”, ficando-se ao mesmo tempo a saber que Marcelo Caetano se havia rendido ao general António de Spínola e tinha sido nomeada uma JSN, para elaborar, “um programa de salvação do país e de restituição ao povo português das liberdades cívicas de que vêm sendo privadas”¹⁵.

Na Madeira, uma das primeiras medidas tomadas foi a demissão do governador do Distrito Autónomo, Daniel Farrajota Rocha, em 27 de abril, e a sua substituição por João de Gouveia, dando cumprimento ao programa das forças armadas emitido em 26 de abril de 1974 pela JSN¹⁶.

Havia a necessidade de manter a população informada sobre os acontecimentos que se estavam a viver no arquipélago e no país. Por decisão conjunta, do governador civil indigitado e do governador militar, foi constituído um gabinete de informação no palácio de São Lourenço, para “evitar a propagação de boatos”, sendo composto por entidades civis e militares¹⁷.

Elogiando o MFA, por pôr termo a um regime ditatorial que durava há 48 anos, um grupo de democratas madeirenses, entre os quais, João Sebastião Ferreira, Abel Nunes, Aires Albuquerque, António Fernandes Loja, António Sales Caldeira, César Pestana, Fernando Rebelo, Rui Nepomuceno e Simeão Mendes, enviou um telegrama

¹⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de abril de 1974, p. 1.

¹⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de abril de 1974, p. 1.

¹⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de abril de 1974, p. 1.

¹⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 28 de abril de 1974, p. 1.

de saudação ao presidente da JSN, general António de Spínola, ao mesmo tempo que oferecia o seu “apoio e colaboração no seu grandioso propósito patriótico”¹⁸.

2.1 O relacionamento entre o novo governador indigitado pela Junta de Salvação Nacional, brigadeiro Carlos de Azeredo, e a Câmara Municipal do Funchal

No dia 1 de maio de 1974, os madeirenses, através de um comunicado emanado do gabinete de informação da JSN, são informados de que havia sido “exonerado do cargo de Comandante Militar da Madeira o brigadeiro Vasco Lopes da Eira, tendo sido nomeado para aquele cargo o tenente-coronel de cavalaria, Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme, que brevemente chegará à ilha”¹⁹. O novo comandante militar chegou à Madeira no dia 2 de maio de 1974, passando de imediato a exercer as funções para que fora nomeado²⁰. Possuía muito boas relações com o presidente António de Spínola, pois tinha estado com este na Guiné, entre 1969 e 1972, e fora o responsável pela “tomada do quartel-general do Porto, no dia 25 de Abril, e depois no desmantelamento da delegação da PIDE/DGS”²¹. Era novamente incumbido de uma nova missão, desta vez no arquipélago da Madeira, devido à necessidade de manter a ordem pública e zelar pela segurança dos “deportados” políticos do regime deposto: o ex-presidente da República, almirante Américo Thomaz, o ex-presidente do Conselho, Marcelo Caetano, e os ex. ministros da defesa, Joaquim Moreira da Silva Cunha, e do interior, César Moreira Baptista, que se encontravam hospedados no Palácio de São Lourenço, até que lhes fossem transmitidas novas ordens superiores²². Com o passar dos

¹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de abril de 1974, p. 1.

¹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de maio de 1974, p. 1.

²⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de maio de 1974, p. 1 e 3.

²¹ Carita, Rui (2003), *Associação Comercial e Industrial do Funchal Câmara de Comércio da Madeira: Esboço Histórico (1933-2002)*, Funchal, Edicarte, p. 163.

²² Referindo-se à sua indigitação como delegado da JSN, governador civil, chefe das Forças Armadas e ainda governador militar da Madeira, o brigadeiro Carlos de Azeredo, sublinhou a preocupação do general António de Spínola, em relação aos políticos deportados do regime deposto em 25 de abril de 1974: o ex-presidente da República, almirante Américo Thomaz, o ex-presidente do conselho, Marcelo Caetano, e os ex-ministros da defesa, Joaquim Moreira da Silva Cunha, e do interior, César Moreira Baptista, porque, “lhes tinham chegado notícias de que estas personalidades andavam nas ruas do Funchal e temia que as mesmas fossem enxovalhadas”, reforçando, ao mesmo tempo, que competia a Carlos de Azeredo tomar uma posição firme, vincando que estes, “estavam na situação de prisioneiros, não podendo portanto andar em liberdade”. Recordando os primeiros dias após assumir as funções para que fora designado, o brigadeiro Carlos de Azeredo enaltece-os como “indescritíveis”, pois, “de manhã tratava de assuntos do comando militar; à tarde dedicava-me aos assuntos civis do governo e administração do arquipélago, já que o normal recurso aos serviços da antiga Junta Geral tinha decaído a zero” (Azeredo, 2004: 163 e 177). Relativamente à situação no arquipélago, dos deportados políticos do regime deposto

dias, a presença destes “exilados políticos” no arquipélago foi alvo de uma forte onda de contestação por uma parte significativa da população madeirense, nomeadamente de sectores conotados com a esquerda e extrema-esquerda, emanando palavras de ordem contra a sua presença no arquipélago, entre as quais “A Madeira não é caixote do lixo”²³.

O MFA, através do Decreto-Lei n.º 203/74 de 15 de maio, definiu os princípios básicos de orientação para implementar uma nova política ao serviço do povo português, procurando ir ao encontro dos mais desfavorecidos, pugnando por uma melhor qualidade de vida, promovendo a participação política dos cidadãos e restituindo a garantia da liberdade e segurança, procedendo à reforma do sistema judicial de maneira a permitir a sua independência e dignificação do seu poder, extinguindo os tribunais especiais e promovendo uma nova política económica e financeira entre outras²⁴.

Na Madeira, estes princípios começaram a fazer-se sentir a partir da grande manifestação que se realizou no Funchal no primeiro dia de maio de 1974²⁵, tendo os madeirenses demonstrado a sua adesão ao programa do MFA e da JSN. O *DN*,

em 25 de abril de 1974, o governo militar da Madeira, em conferência de imprensa, realizada no dia 29 de abril de 1974, afirmou que “os membros do antigo governo estão instalados nas dependências que o governo do distrito reserva para os seus hóspedes mais ilustres”, frisando que estes “não desejam ser entrevistados nem fotografados, não que isso corresponda a uma imposição do governo militar mas uma pura manifestação das suas vontades”, salvaguardando, “que continuavam sob vigilância das autoridades militares” (*Diário de Notícias*, Funchal, 30 de abril de 1974, p. 1.). Já no exercício das suas funções, indigitadas pela JSN, no arquipélago, Carlos de Azevedo, em conferência de imprensa, no dia 4 de maio, e respondendo aos jornalistas, sobre como se encontravam os deportados do regime deposto, afirmou: “estão prisioneiros. Nessa situação, não podem fazer declarações ou dar qualquer entrevista. Uma das principais razões da sua situação é a sua própria segurança pessoal”. Referiu-se ainda ao facto de o presidente da JSN, general António de Spínola, não ter “qualquer comunicação com os elementos que se encontravam aqui no Funchal desde que eles saíram de Lisboa para cá” (*Diário de Notícias*, Funchal, 4 de maio de 1974, p. 7.).

²³ Carita, Rui (2003), *Associação Comercial e Industrial do Funchal Câmara de Comércio da Madeira: Esboço Histórico (1933-2002)*, Funchal, Edicarte, p. 163.

²⁴ O Decreto-Lei n.º 203/74 de 15 de maio de 1974 definia, nomeadamente: “competite ao Governo Provisório: - lançar os fundamentos de uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas”, defendendo o ponto 1. Organização do Estado, na alínea i): “Fortalecimento das autarquias locais, com vista à participação activa dos cidadãos na esfera política dos respetivos órgãos”; e na alínea j): “Rápida reforma das instituições administrativas” (Neves, 1975: 13 e 14).

²⁵ De acordo com Vicente Jorge Silva, a manifestação realizada no 1.º de maio de 1974, na Praça do Município, (mais conhecida por Largo do Colégio) e a “imensa multidão era uma novidade absoluta para quase todos nós. Era impressionante, emocionante e aconteceram nesse dia coisas extraordinárias”, contrastando com o que na altura era a vida no arquipélago, conhecido pelos seus brandos costumes, para mais ainda, quando um grupo de manifestantes, “nos pediu para atirmos lá de cima da varanda da Câmara as chaves da cidade”, o que para o próprio foi “a imagem simbólica mais forte que guardo desse 1.º de Maio e que recordo hoje com melancolia. Porque as chaves da cidade não pertenciam aos cidadãos antes do 25 de Abril” (Silva, 2006: 23).

referindo-se a este ato inédito numa cidade, como a do Funchal, onde a pacatez e os brandos costumes eram particularidades do seu dia-a-dia, ressalvava esta adesão maciça ao facto de nesta manifestação terem participado pessoas “de todas as categorias sociais e de todos os sectores da vida local, sem distinção de idades ou de profissão, incorporaram-se neste grande cortejo cívico que percorreu a cidade”²⁶.

Este foi o momento em que os madeirenses, finalmente, aderiram ao movimento revolucionário e festejaram o fim de uma ditadura que durava há 48 anos. De uma maneira espontânea e com alegria, os funchalenses saudavam os “capitães de Abril” e a liberdade. Ao chegar à ilha, Carlos de Azeredo, sentiu o vibrar dos acontecimentos e o rescaldo das manifestações que por toda a parte se fizeram notar, levando-o a tomar o controlo da situação e dar cumprimento às deliberações da JSN, nomeadamente à substituição nos órgãos administrativos e de poder, isto porque o MDM²⁷, em assembleia geral exigiu “a imediata demissão do presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, do presidente da CMF, do presidente da empresa eléctrica da Madeira (antes C.A.A.H.M.), entre outros”²⁸.

Por outro lado, este movimento defendia que fosse criada uma comissão, formada por representantes dos trabalhadores, da repartição pública, da comissão jurídica do MDM e presidida por um membro da JSN, com o intuito de inquirir os procedimentos de dirigentes da administração pública durante a vigência do “Estado Novo”. O MDM apelava a “todos os cidadãos conhecedores de irregularidades, abusos de poder e aproveitamento de cargos para enriquecimento próprio”, a comunicar à referida comissão, por escrito ou verbalmente, a fim de esta organizar “os respectivos processos para apuramento das responsabilidades disciplinares e criminais”²⁹.

Viviam-se momentos de grande tensão política e Carlos de Azeredo evitou que fossem tomadas medidas precipitadas. Embora sabendo da existência de “muita gente ocupando cargos de administração que vive no 24 de Abril, quer na maneira como

²⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de maio de 1974, p. 1.

²⁷ O MDM foi criado logo a seguir ao 25 de abril de 1974, por um grupo de cidadãos: António Fernandes Loja, Fernando Rebelo e Manuel Gouveia, tendo por objetivo, responder “à falta de preparação política dos madeirenses causados por meio século de fascismo, lhes impossibilita, imediatamente uma consciente determinação em partidos políticos”. O MDM foi uma associação que procurou agregar todos os madeirenses, proceder a uma campanha de esclarecimento democrático, ao “estudo dos problemas económicos” do arquipélago e à “intervenção na vida política e administrativa do distrito” (*Diário de Notícias*, Funchal, 9 de maio de 1974, p. 5.).

²⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 31 de maio de 1974, p. 3.

²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de junho de 1974, p. 3.

utilizam o poder de que estão investidos quer na maneira como tratam o público”³⁰, optou por substituir apenas as pessoas que lhe iam dando problemas. O arquipélago estava limitado em muitos aspetos, entre os quais podemos destacar o número reduzido de pessoas qualificadas e com habilitações, o que levava à acumulação de cargos.

Passados poucos dias sobre a grande manifestação do primeiro de maio de 1974, os trabalhadores da CMF promoveram uma manifestação no dia 25 do mesmo mês, no Largo do Colégio, em protesto contra o executivo camarário. Empunhavam cartazes e gritavam palavras de ordem, exigindo um vereador eleito pelos trabalhadores. Por sua vez, os varredores pediam melhores salários e regalias iguais para todos, reforma aos 60 anos ou trinta de serviço, ao mesmo tempo que pediam a substituição das chefias³¹.

A CMF continuava sob a presidência de António Agrela Gomes Loja, do vice-presidente, Francisco Assis, e dos vereadores: Jorge José Figueira da Silva, Fernando José Vieira Pinto Correia, Diogo José Mendes de Freitas, Alberto David Soares Gonçalves dos Reis, Óscar Saturnino Pereira e António Ribeiro Marques da Silva. O plano e orçamento da CMF para o ano de 1974 tinha sido aprovado pelo conselho municipal no dia 12 de setembro de 1973, no valor de 192.450.005\$50³². Das diversas obras previstas, neste plano e orçamento, constavam: o abastecimento de água ao concelho, rede de esgotos, parque da cidade, pavimentação de ruas, construção de edifícios escolares, dos bairros de Santo António, na margem esquerda da ribeira de Santo António e da Nazaré em São Martinho e ainda a unidade transformadora de lixos, obras que foram aprovadas por despacho de 03-06-1971 e 23-08-1971, pelo secretário de Estado das Obras Públicas³³.

As instituições insulares viviam sob a dependência e autorização do governo central, porque, como lembrou Vicente Jorge Silva, “sofríamos as consequências de não haver autonomia e estávamos sujeitos às mais humilhantes dependências (...) e dependia da assinatura de um ministro, um secretário de estado ou um director geral”. (Silva, 2006: 14).

A pressão exercida sobre a CMF era constatada no dia-a-dia, com maior consistência. Na reunião ordinária da Câmara de 30 de maio de 1974, foi apresentada uma carta da comissão organizadora dos trabalhadores da função pública, dando conta

³⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 12 de junho de 1974, p. 1 e 6.

³¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de maio de 1974, p. 1 e 9.

³² ABM, CMF, Orçamentos: Orçamento Ordinário da Receita e Despesa para o ano de 1974.

³³ *Diário de Notícias*, Funchal, 13 de setembro de 1973, p. 1 e 8.

da reunião realizada no dia anterior, nos Paços do Concelho, com os trabalhadores da referida Câmara, na qual se exigia a saída imediata de Arlindo Mendonça Perestrelo, primeiro-oficial, servindo de chefe de secretaria, devido, “à sua conduta nos serviços por onde tem passado, por reputação duvidosa e muito “zelo” à causa pública”. Para além da retirada deste funcionário, pediam também a de Manuel B. Vieira, contínuo da presidência, solicitando um inquérito às “actividades alheias às suas funções”, sendo o mesmo acusado de “informador de alguns funcionários e impedir o acesso de munícipes e funcionários à presidência”.

Neste contexto, os membros da CA, por unanimidade e por voto secreto, decidiram proceder a um “inquérito à actividade dos serviços da CMF dos serviços mencionados”, ao mesmo tempo que oficializavam ao comandante militar da Madeira, solicitando informação sobre “se pretendia nomear instrutor dos respectivos processos”.

Por sua vez, Arlindo Mendonça Perestrelo e Manuel B. Vieira pediram à Câmara licença de férias, o primeiro por 60 dias e o segundo por 90, a serem gozadas no país ou no estrangeiro. Em resposta, e face à situação complexa, a Câmara decidiu autorizar os respetivos pedidos com a condição de que esta “deverá ser compatível com a instrução do processo, o que obviamente deverá ser acordado com o respectivo instrutor”³⁴.

As relações entre os órgãos de poder no arquipélago, mesmo depois da Revolução do 25 de abril, continuavam dependentes de uma autorização do poder central, não possuindo autonomia própria nas suas decisões. Se durante a ditadura a CMF dependia do governador, conforme estipulava o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes de 22 de dezembro de 1939 e retificado pelo Decreto-Lei n.º 36 453 de 4 de agosto de 1947, continuávamos a depender de uma deliberação superior, não podendo tomar uma posição independente e autónoma. Após a revolução, mantinha-se o crivo do poder central, neste caso, do delegado da JSN, comandante militar da Madeira e governador civil, brigadeiro Carlos de Azeredo.

Passado pouco mais de um mês, após a reunião da CMF, é promulgado o Decreto-Lei n.º 236/74 de 3 de junho de 1974³⁵, que estipulava as diretrizes para a

³⁴ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 97, f. 5 e 6.

³⁵ O Decreto-Lei n.º 236/74, de 3 de junho de 1974, deu poderes ao ministro da Administração Interna, que através de portaria, segundo o Artigo 1.º - 1., podia “dissolver os corpos administrativos, independentemente de quaisquer formalidades, e nomear, em sua substituição, comissões administrativas”, referindo o ponto 2. do artigo: “As comissões administrativas dos corpos administrativos serão compostas por personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identifiquem com o Programa do Movimento das Forças Armadas”. Focava ainda o

dissolução dos órgãos administrativos que tinham prestado serviço durante o “Estado Novo”. O *DN*, na sua edição de 19 do mesmo mês, informava que “dando sequência à disposição emanada superiormente, cessaram as suas funções todos os presidentes das câmaras municipais, até à data não confirmados no exercício das mesmas”³⁶. António de Agrela Gomes Loja, como presidente da CMF, fora um dos abrangidos pelo referido decreto, passando o cargo a ser desempenhado pelo vereador Óscar Saturnino Pereira.

2.2 A gestão interina da Câmara Municipal do Funchal entre o 25 de abril de 1974 até à nova Comissão Administrativa

A partir da última reunião ordinária da Câmara, realizada em 6 de junho de 1974, Óscar Saturnino Pereira passou a desempenhar as funções de presidente, herdando uma edilidade repleta de problemas. Confrontou-se com as exigências e reivindicações do pessoal camarário, por melhores salários. Viu-se rodeado de uma enorme pressão por parte dos munícipes para verem resolvidos os problemas, procurando a CA solucionar as questões mais prementes, consoante as possibilidades financeiras da Câmara.

Na sessão de 20 de junho, presidida por Óscar Saturnino Pereira, decidiu-se, para corresponder às reivindicações dos trabalhadores da Câmara e cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 217/74 de 27 de maio de 1974³⁷, aumentar os salários dos trabalhadores eventuais do município sendo, “fixado o preço por hora de quinze escudos e novena centavos calculado em função da remuneração mensal de três mil e trezentos escudos por lei estabelecido”, decidindo, ainda, em relação aos outros trabalhadores, que caberia aos chefes de serviço, através de “um critério uniforme” providenciar que a lei fosse cumprida. Nesta mesma reunião, foi presente um ofício do Governo do Distrito

mesmo Decreto-Lei no seu Artigo 6.º - 1. “Os presidentes de câmaras municipais e seus vices – presidentes, os administradores de bairro e os presidentes das uniões de freguesias que não forem confirmados no prazo de quinze dias a contar da publicação do presente diploma, ficam exonerados”, indicando ao mesmo tempo no n.º 2. “Até a nomeação do substituto do presidente da câmara é substituído pelo vereador mais velho, (...)”.

³⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de junho de 1974, p. 3.

³⁷ O Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de maio de 1974, teve por objetivo esbater as desigualdades sociais que se faziam sentir, expressando: 1. “O regime deposto pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril deixou a economia nacional em grave situação de depauperamento e instabilidade e manteve a generalidade do povo português, especialmente a classe trabalhadora, em níveis de vida muito baixos”, referindo no ponto 6. que a “elevação dos vencimentos dos funcionários públicos administrativos e equiparados das categorias de menor remuneração até ao nível de 3300\$00, não pode interpretar-se como a revisão de ordenados que há muito se impunha e que o governo preparará no prazo de um mês. (...)”.

Autónomo do Funchal, solicitando “que lhe sejam de futuro, fornecidas cópias ou fotocópias de todas as actas camarárias”, tendo a Câmara deliberado satisfazer esta pretensão³⁸.

Prosseguindo a sua onda reivindicativa e como forma de pressionar a Câmara e o seu presidente, a comissão pró-sindical da CMF convocou os seus trabalhadores, para uma reunião que se realizou nos Paços do Concelho, no dia 26 de junho, constando da ordem de trabalhos apenas um único ponto: “Reivindicações e salário mínimo”.

No dia seguinte, sob a presidência de Óscar Saturnino Pereira, reuniu a Câmara. Depois do expediente normal, foi decidido, após terem sido ouvidos os chefes de serviço e conforme o deliberado na sessão anterior, proceder ao pagamento durante aquele mês ao “pessoal eventual abonado com carácter permanente”, os vencimentos estipulados conforme as idades. Os trabalhadores com idade compreendida entre os 14 e 16 anos passavam a auferir um salário de 2.000\$00, entre os 16 e 18 anos, 2.500\$00 e a partir de 18 anos, 3.300\$00. Estipulou-se, ainda, a remuneração mínima de 17\$50 por hora “aos servidores em tempo parcial a partir de junho”³⁹, cumprindo assim a Câmara o estipulado no Decreto-Lei n.º 268/74 de 21 de junho de 1974⁴⁰.

2.2.1 Os primeiros conflitos

O momento revolucionário que se vivia nesta altura e o funcionamento interno da Câmara levaram a que, na reunião realizada em 27 de junho, o vereador Diogo José Mendes Freitas apresentasse uma moção, procurando clarificar alguns procedimentos que se vinham a verificar. Para este, era necessário “considerar indispensável o respeito mútuo e a aceitação de certas normas, entre os representantes do governo, sejam eles quais forem os representantes dos munícipes”. A cada dia que se passava, deteriorava-se o relacionamento entre esses, havendo necessidade de minimizar as situações

³⁸ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 97, f. 28 e 34.

³⁹ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 97, f. 39.

⁴⁰ O Decreto-Lei n.º 268/74 de 21 de junho de 1974, no seu preâmbulo começava por referir que pretendia, “promover a aplicação ao funcionalismo público e administrativo, com as necessárias adaptações, das providências relativas à fixação de um salário mínimo e ao ajustamento das pensões e aposentação”, salvaguardando ainda que “tal não prejudica que o Governo continue a promover, com a urgência necessária, os estudos conducentes à revisão geral dos vencimentos dos funcionários públicos e administrativos”, referindo no seu Artigo 2.º - 1. “Aos servidores do Estado, dos corpos administrativos e dos organismos de coordenação económica em tempo parcial, cuja remuneração seja calculada com base no número de horas de trabalho efectivamente prestadas, é garantida uma remuneração horária mínima de 17\$50”, sendo estipulado no seu Artigo 8.º: “Os aumentos de remuneração previstos nos artigos 1.º e 2.º do presente decreto-lei começam a vigorar a partir de 1 de Junho de 1974 (...)”.

verificadas, pois na perspectiva de Diogo Freitas urgia cumprir com algumas regras, meramente, sociais, tratando-se “simplesmente, de princípios que devem ser respeitados na vida em sociedade”.

Outro aspeto abordado na moção do mesmo vereador, foi a substituição da vereação por uma nova Comissão Administrativa, revelando que, “como munícipe congratula-se pela decisão por acreditar basear-se na vontade da maioria e na escolha de elementos votados pelos que efetivamente a representam”, lamentando, no entanto, que como vereador tudo tenha acontecido “sem conhecimento público ou oficial”. Manifestou o desejo de não “correr o risco de ser impedido de participar nas reuniões por ter deixado de ser vereador sem o saber”, mostrando a vontade de não participar nas futuras sessões da Câmara.

Neste contexto, Óscar Saturnino Pereira afirmou não possuir competência legal para dispensá-lo e perante este cenário de incerteza e mal-estar, os restantes vereadores presentes na reunião sublinharam o quanto consideravam “ser desprestigiante” para os mesmos, as razões apontadas na moção de Diogo Freitas.

A reunião terminou com os presentes manifestando que, face à impossibilidade da Câmara deliberar sobre o assunto, tornava-se urgente clarificar o período de atuação da atual vereação. No intuito de produzir efeitos imediatos foi aprovada “a acta em minuta” no que dizia respeito à moção apresentada pelo vereador Diogo José Mendes Freitas⁴¹.

2.2.2 Os últimos dias da vereação presidida por Óscar Saturnino Pereira

Óscar Saturnino Pereira, a partir da reunião de 27 de junho de 1974, procurou gerir a Câmara dentro dos condicionalismos a que o momento político obrigava e que, como fora demonstrado pela moção apresentada pelo vereador Diogo Freitas, vivia-se num “curto prazo”, dado adivinhar-se o fim da atual vereação. Trataram de exercer o mandato dentro dos limites e condicionalismos a que estavam obrigados por lei e com os poucos meios financeiros que a Câmara possuía.

Tal como era normal e cumprindo as normas vigentes, no mês de setembro em reunião realizada no dia 12, foi apresentado pelo presidente da CMF o plano e

⁴¹ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 97, f. 49.

orçamento para o ano de 1975, “tendo inteirado, com elementos extraídos da contabilidade, a vereação”. Os documentos presentes receberam a concordância “com o critério administrativo que estes documentos retratavam”. Procedeu-se também à análise da situação económica do município, devido “à remodelação de vencimentos e salários”, tendo o presidente prestado esclarecimentos, sublinhando “não podendo assim de deixar de evitar o inconveniente de se prender a critérios, que bem podem não ser os seus”, prevendo que em breve dar-se-ia a nomeação da nova Comissão Administrativa para a Câmara.

Por fim, nesta reunião abordaram aspetos relacionados com o melhoramento da rede viária do concelho, tendo sido aprovadas as seguintes obras: “Pavimentação da Rua Nova do Pico (Amparo São Martinho) - (...) pela importância de cinquenta e sete mil escudos”; “Reparação dos passeios da Praça Tenerife”; “Construção de um pontão no Caminho de Santana – São Roque, pela importância de setenta mil quinhentos e trinta escudos e vinte centavos” e ainda, “Pavimentação em diversos arruamentos por ocasião de recuos de prédios situados neste concelho”⁴².

Como já se pressentia, o ministro da Administração Interna dissolveu as câmaras municipais dos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e São Vicente e nomeou as comissões administrativas que passaram a geri-las, conforme as propostas do governador do Distrito⁴³. Com esta determinação, pôs-se fim a um ciclo de gestão transitória exercida por Óscar Saturnino Pereira e sua vereação, entre a destituição de António Agrela Gomes Loja e a assunção do poder autárquico pelo novo presidente indigitado, Virgílio Pereira.

⁴² *Ibidem*, f.141.

⁴³ *Diário de Notícias*, Funchal, 2 de outubro de 1974, p. 1.

Capítulo 3 – A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal

Após a dissolução dos órgãos autárquicos, pelo ministro da Administração Interna, Costa Braz, o governador do distrito, Fernando Rebelo, propôs ao referido ministério, a nomeação de Virgílio Higino Gonçalves Pereira⁴⁴ para presidir à CA da edilidade funchalense.

3.1 A tomada de posse e a primeira reunião da Comissão Administrativa

A nova CA para a CMF, foi empossada pelo governador do distrito, Fernando Rebelo, no dia 3 de outubro de 1974, tendo como presidente Virgílio Higino Gonçalves Pereira, e como vogais: Jaime Abreu Ferreira de Aguiar, Gabriel Augusto Trigo Pereira, Delfino Ezequiel Gonçalves, João Florêncio Gomes de Aguiar, António Alberto da Silva Jesus e Aurélio Gonçalves Canha.

No discurso da tomada de posse da CA, Fernando Rebelo aludiu à dificuldade que sentiu “numa ilha despolitizada” como a nossa, após “ouvir opiniões”, escolher pessoas para a constituição das comissões administrativas com “aval político”, sentindo-se à vontade para “arcar” com as responsabilidades. Contudo não deixou de considerar que o seu papel será de mérito se os seus membros desempenharem as funções “com honestidade”.

⁴⁴ Segundo Luís Calisto, em *Achas na Autonomia*, Virgílio Pereira, foi “abordado na rua do Aljube, perto das floristas, por António Loja e foi convidado para dirigir a Câmara do Funchal. ”Assustado” vai para férias para Canárias, mas é esperado à chegada” (Calisto, 1995: 38). Virgílio Pereira, referindo-se a este momento, disse ter sentido “um friozinho na barriga”, uma vez que não tinha experiência política, apenas tivera um contacto político quando estudava em Lisboa, “mas não deu para dizer hoje com toda a vaidade que tinha experiência política, não tinha nenhuma, partidária nem nada, nunca tinha entrado num partido”. Confirmou ainda a sua ida de férias para Canárias, mesmo com o seu pai doente, durante 15 dias, mas à sua chegada tinha novamente António Loja à sua espera, “com a mesma conversa” e afirmando: ”oh homem daqui a um ano se não quiseres continuar pronto, voltas às aulas pá”. Este acabou por aceitar convicto que ia haver eleições para as autarquias, mas estas apenas se realizaram dois anos e meio depois, o que o levou a “criar um bichinho pela autarquia que presidia, pela cidade que nasci e uma necessidade de ser útil a tanta gente que eu encontrei, nem vale a pena dizer, hoje, em que condições. Se hoje há miséria, nessa altura, não sei o que hei de chamar. Foi uma pobreza franciscana, uma coisa de primeira ordem, uma coisa terrível, nem luz, nem água, nada de nada, nem escola...foi assim...” (Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI).

Durante a sua alocução, o governador referiu-se ainda aos problemas mais prementes que se faziam sentir no município do Funchal, nomeadamente: “a rede de esgotos”, “estação de tratamento de lixos” e à “distribuição domiciliária de água”. A terminar, desejou aos empossados “um trabalho verdadeiramente democrático”. Por sua vez, Virgílio Pereira mostrou o desejo: “de servir o melhor possível os munícipes”, expressando que “ninguém pode governar só. Só uma vivência democrática poderá levar-nos ao progresso”⁴⁵.

Neste dia, após a tomada de posse, reuniu-se a nova CA da CMF nos Paços do Concelho, procedendo à distribuição de pelouros pelos seus membros. Demonstrando que novos tempos e novas políticas estavam na forja da nova administração da edilidade e como forma de assinalar a comemoração da implantação da República Portuguesa, no dia 5 de outubro, dando cumprimento à circular emanada pelo Ministério da Administração Interna de 30 de setembro de 1974⁴⁶, a Câmara decidiu convidar as associações cívicas, os partidos políticos e os funchalenses em geral, a se associarem ao hastear da bandeira nos Paços do Concelho pelas 8 horas da manhã.

No intuito de corresponder aos novos ideais de liberdade e de expressão e para que se pudesse homenagear os defuntos republicanos, os democratas e os antifascistas, a Câmara deliberou, autorizar a realização de romagens aos cemitérios do concelho e ainda, mudar o nome da Rua Arantes de Oliveira para Rua Manuel Pestana Júnior⁴⁷. Foi também mandado retirar o nome de “Escola Salazar”, passando a denominar-se escola

⁴⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de outubro de 1974, últ. p.

⁴⁶ O Ministério da Administração Interna, no dia 30 de setembro de 1974, emanou uma circular, acerca das comemorações do 5 de outubro, endereçada aos “órgãos de gestão municipais ou dos governos civis dos respectivos distritos”, onde no seu preâmbulo salientava que “dada a importância do acontecimento, que constitui uma viragem decisiva na evolução histórica do nosso país, pretende-se que, no corrente ano, a tal evento seja dado o relevo devido”. Dos eventos propostos para assinalar esta data, referiam-se ao “hastear da Bandeira Nacional nos edifícios dos Paços do Concelho, pelo romper da aurora, com guarda de honra a cargo de um piquete de bombeiros”, pedindo-se a presença de representantes de associações cívicas, dos partidos políticos e da população. Propunha-se também, “mediante prévia deliberação municipal, substituição de placas toponímicas de arruamentos, largos, pontes, etc, que ostentem nomes de conhecidos fascistas”. Apelava-se que se patrocinassem festas populares pelas câmaras municipais ou comissões administrativas (ABM, DRAPL, 1985, Proc. V- 14/1, de 30-09- 1974 – Anexo I).

⁴⁷ Manuel Pestana Júnior nasceu no Porto Santo no dia 16 de agosto de 1886. Advogado e político, desempenhou diversos cargos, destacando-se o de primeiro administrador do Concelho do Funchal após a implantação da República e presidente da CMF em 1912. Foi um dos fundadores do Centro Republicano Académico, participando na greve académica de 1907. Fundou, juntamente com Francisco Gonçalves Preto, o jornal “O Radical”, sendo deputado à Assembleia Constituinte em 1911 e membro do Congresso da República em 1917. Desempenhou diversos cargos políticos em Lisboa (<http://aprenderamadeira.net/junior-manuel-gregorio-pestana/> - consultado em 22-06-2017).

primária dos Ilhéus. Por fim e sobre proposta do presidente, “sem onerar o respetivo orçamento”, foi aprovado a constituição de um gabinete de informação pública⁴⁸.

Deste primeiro gabinete de informação pública da CMF fizeram parte Fátima Mendonça Teixeira, assistente social, João Pestana e Adílio Pinto da Silva, ficando o mesmo apenas subordinado ao presidente da Câmara. A sua criação, surgiu em virtude de ser necessário haver alguém que “informasse e orientasse os munícipes em diversas questões e que procedesse à marcação das entrevistas com a presidência sempre que o assunto em curso extravasasse as capacidades e competências desse gabinete” (Pereira, 2011: 64). Com a implementação deste gabinete de informação, deu-se início a uma nova política de proximidade entre a Câmara e os cidadãos, valorizando o papel do munícipe e, consequentemente, um melhor levantamento das situações na tentativa da respetiva resolução dos problemas detetados no município.

Entrevistado pelo *DN*, vinte e três dias após a tomada de posse, Virgílio Pereira afirmou que embora tivesse uma ideia do que iria encontrar na Câmara, “a realidade é bem pior do que aquilo que julgava”, pelo que pretendia solicitar apoio ao Ministério da Administração Interna, a fim de criar as condições necessárias para remodelar serviços, estruturas e, ainda, promover cursos de atualização profissional, satisfazendo ao mesmo tempo, uma das reivindicações dos trabalhadores da autarquia.

Das grandes áreas em que a nova CA pretendeu intervir é possível destacar a distribuição de água; a construção de uma central de lixos; o tratamento de esgotos (na zona do Almirante Reis estava previsto ser montado uma central elevatória); os problemas do trânsito; aspetos relacionados com a urbanização; graves problemas na área da habitação e dos bairros sociais. Relativamente ao problema específico dos bairros sociais, o presidente da edilidade referiu na mesma entrevista que irá dar “início à reparação ordenada dos bairros da câmara, que não têm, quanto a mim, as condições necessárias para que alguém lá possa viver”. Como forma de solucionar este grave problema, afirmou que a Câmara tinha em vista uma área de 70 000 m² com o intuito de procurar resolver os problemas das pessoas que habitam nos bairros da Câmara, de Santo António e de todas as barracas que na sua perspetiva “devem impressionar qualquer cidadão”.

⁴⁸ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 97, f. 159.

Ao terminar a entrevista, salientou e reafirmou que “se não houver uma participação efectiva dos munícipes na vida, nos problemas do município que lhes pertence nunca mais conseguiremos nada de válido”, incentivando as pessoas a perderem o medo, o conformismo e o imobilismo. Elogiou o gabinete de informação criado pela Câmara que, na sua ótica, estava ao dispor dos munícipes para aceitar sugestões e reclamações, indo ao encontro das pessoas e estimulando a sua participação na resolução dos seus problemas⁴⁹.

3.1.1 A nova política imprimida por Virgílio Pereira na gestão da Câmara Municipal do Funchal

No Funchal, a população residente, nos anos de 1970, estimava-se em 101 810 habitantes⁵⁰. A autarquia da capital do arquipélago necessitava de uma política que trouxesse um novo rumo e uma nova dinâmica. Logo após a “Revolução dos Cravos”, vivia-se um processo revolucionário e momentos de grande expectativa na mudança de políticas face aos problemas sentidos por uma enorme parte da sua população.

A CA a partir do momento em que começou a exercer funções e seguindo o pensamento e aspirações do seu presidente, implementou uma política de maior proximidade com as pessoas, optando por lhes dar a palavra, recebendo-as duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras, para que tivessem a oportunidade de apresentarem os seus anseios e problemas. Esta proximidade fazia compreender e perceber “a

⁴⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de outubro de 1974, p. 1 e 3. No dia 3 de novembro de 1974, o *Diário de Notícias* do Funchal, publicou na página 3, um artigo de opinião sobre “A importância do gabinete de informação da Câmara Municipal do Funchal”, assinada por J. M., onde este refere: “A importância deste gabinete afigura-se-me de muito importante, pois, ainda que a sua organização inicial (o que é natural) seja muito incipiente, ela constitui a primeira nota positiva na montagem de uma estrutura regional, capaz de estabelecer entre entidades público-administrativas e o público em geral um canal de comunicação que pode ser muito útil e eficaz”, sublinhando o articulista, “ao tomar esta iniciativa, a Comissão Administrativa dá um grande testemunho do seu querer governar com o público e pelo público”. Terminava J. M. o seu artigo dizendo: “Julgo importante a criação do gabinete de informação da C.M.F. O público que tantas vezes crítica no café, na rua, nas conversas particulares (...) passar a uma participação directa, apresentando as suas queixas, reclamações, sugestões, por escrito e com identidade própria, colaborando na resolução dos problemas municipais”.

Durante a pesquisa, que efetuamos no *DN*, constatamos que a partir da altura em que José Manuel Paquete de Oliveira passou a exercer a função de diretor do *DN*, começaram a ser publicados, neste matutino, artigos de opinião. O primeiro foi em 16 de junho de 1974, com o título “Em minha opinião”. Uns eram assinados com as iniciais J. M. e outros com o nome completo (José Manuel Paquete de Oliveira). Procuramos assim, confirmar se as iniciais J. M., correspondiam ao diretor do *DN*. Neste contexto, contactamos o jornalista Luís Calisto, que exerceu funções neste periódico, e em resposta à nossa questão, referiu que tinha contactado o seu colega Catanho Fernandes para conferir e concluíram tratar-se de José Manuel Paquete de Oliveira, acrescentando que houve outro a assinar com as mesmas iniciais (J. M.), mas tratava-se de J. M. Brazão Machado, da área do desporto.

⁵⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Funchal> (consultado em 25-8-2017).

linguagem das pessoas carecidas, porque, também não tinha nascido num “berço de ouro”. Embora fosse oriundo de uma família “da pequena burguesia que veio do povo”, esta auscultação serviu também para se debruçar sobre todos os aspetos da vida do concelho, contribuindo estes contactos, ao mesmo tempo, para a elaboração do plano e orçamento para o ano de 1975, tendo em vista, dar melhores condições de vida aos munícipes do Funchal, atendendo a que, as preocupações sociais foram uma tônica política desta nova governação (Pereira, 2011: 64 e 73).

3.1.2 As Comissões de Moradores

A participação voluntária da população na solução dos seus problemas locais, através da criação de CM foi uma das grandes conquistas do 25 de abril de 1974. O maior crescimento destas CM deu-se durante o PREC⁵¹, quando “o movimento popular criado ou desencadeado depois do 25 de Abril constituiu umas das características mais específicas da revolução portuguesa” (Santos, 1998: 59). O Funchal foi uma das cidades onde esta atitude voluntária da população se verificou, correspondendo ao apelo de Virgílio Pereira, quando na sua tomada de posse e na entrevista dada ao *DN* pediu a participação dos munícipes na solução dos problemas que assolavam a cidade⁵². Como referiu o próprio, “as comissões de moradores acabaram por fazer um trabalho importante no concelho do Funchal, dinamizavam as pessoas no sentido de colaborarem

⁵¹ O PREC, ficou celebrizado como o “Verão Quente de 1975”, sendo assim conhecido devido à sucessão de situações que se verificaram no país e à “onda revolucionária”, marcado pelas nacionalizações, a fuga de muitas pessoas para o estrangeiro (com maior enfoque dos principais empresários da altura), a fuga de capitais, a tomada de terras e propriedades por parte dos camponeses, os saneamentos, a instalação de comissões de trabalhadores nas empresas, muitas em “auto-gestão” e também, o resultado de: “Em 11 de Março de 1975 uma nova tentativa de golpe de direita teve como consequência a aceleração do processo revolucionário, com a vitória do sector mais radical do MFA, procedendo-se então à criação do Concelho da Revolução, que substituiu a JSN e na sua primeira reunião decretou a nacionalização da banca e dos seguros, a que se seguiram os grandes grupos económicos, cujos chefes foram presos ou se puseram em fuga” (Carneiro, Roberto, (Dir) (1997), *Activa Multimédia- Enciclopédia de Consulta- Geografia e História de Portugal*, Vol. 7.º, (s. l.), Lexicultural, Actividades Editoriais, Lda., p. 242).

⁵² Em artigo de opinião publicado no *DN* do Funchal, com o título, “O que faz falta é dar poder à malta”, Vicente Jorge Silva, referia: “A iniciativa popular, a capacidade de auto-organização dos trabalhadores na empresa, no bairro, no campo, à escala das cidades, das regiões, a criação de um novo poder verdadeiramente democrático – porque exercido a partir da base e em torno de problemas concretos (...) representa (tem representado) o impulso decisivo que permitiu fazer avançar, de forma irreversível, o processo revolucionário”. O País vivia uma onda “revolucionária” sem precedentes e no caso da Madeira, segundo este, “é certo que na encruzilhada em que vive o arquipélago, só a capacidade e a iniciativa criadora do povo trabalhador podem fazer com que uma verdadeira catástrofe de terríveis consequências não venha a acontecer”, afirmando, “a Madeira é das regiões do País que permaneceu mais marginalizada no processo revolucionário, impulsionada sobretudo depois da derrota do golpe fascista -Spínolista se 11 de Março”, salientando, ainda, para o facto de “aqui as forças reacionárias mantêm ainda posições muito sólidas” (*Diário de Notícias*, Funchal, 20 de abril de 1975, p. 3.).

na execução de obras necessárias” (Pereira, 2011: 71). Neste concelho constituíram-se várias CM, as quais, na altura da sua constituição, para além dos moradores dos sítios, participavam também elementos das Forças Armadas. Antecedendo a formação e eleição dos órgãos que iriam presidir às referidas CM, geralmente era emitido um comunicado por uma “Pró-comissão de moradores da freguesia”, a indicar o dia, a hora e o local onde se realizaria o encontro⁵³.

O apoio dado por estas CM consistiu, muitas vezes, na ajuda aos trabalhadores da CMF, construindo muros de suporte e alargando caminhos com o objetivo de melhorar as acessibilidades das pessoas até às suas casas. No que concerne à constituição das CM, Raquel Varela, ressalva o facto de estas nascerem “quase de imediato como estruturas de decisão local, atuando como um poder paralelo face às câmaras municipais, em recomposição”, sendo a maioria destas comissões, “largamente ocupadas por quadros afetos ao PCP e ao MDP/CDE”, isto porque, nesta altura, eram os partidos que possuíam melhores estruturas organizativas, e segundo esta, “o PCP aliás vai resistir durante todo o processo a eleições autárquicas”, atendendo à sua enorme influência junto destas comissões (Varela, 2014: 251 e 252).

De acordo com José Manuel Pureza, as CM, “apesar das suas trajectórias eventualmente confusas, foram no seu tempo, uma expressão descoberta, descoberta muitas vezes pueril, das potencialidades de organização da sociedade civil” (Pureza, 2002: 111). Estas “trajectórias” e a forma de como as pessoas reagiram evidenciam as enormes potencialidades do povo e das suas organizações de base, imprimindo uma dinâmica e um trabalho voluntário e de entre ajuda que em muito contribuiu para a solução dos problemas locais.

A formação de comissões de moradores, de forma espontânea e auto-organizada, é um aspecto, inédito em Portugal, que deve inserir-se no contexto da ruptura com o corporativismo no poder local. Estas comissões viriam a ter consagração constitucional em 1976, e eram animadas pelas formações políticas de esquerda e extrema-esquerda, que foram muitas vezes determinantes no assalto democrático a inúmeras juntas de freguesia, visando realizar iniciativas de serviço às comunidades locais, proceder ao

⁵³ Antes da realização das reuniões com os moradores dos sítios, eram elaborados panfletos com vista à sua convocação. Nestes constava a ordem de trabalhos, apelos à sua participação e divulgação, como por exemplo: “homens e mulheres, rapazes e raparigas, não falem a esta reunião para elegerem os seus representantes, porque as obras surgem da dedicação, do sacrifício e da vontade produtiva”. Frisava-se ainda que “qualquer morador dos dois sítios pode ser eleito para a comissão, independentemente do sexo ou das habilitações literárias que possua”, por fim solicitava-se a divulgação por todos os moradores dos sítios: “até que, com sacrifício, tenhas que bater porta em porta, serás recompensado” (ABM, DRAPL, 1977, Proc. D - 1/107, de 27-10-1975 – Anexo II).

esclarecimento político das populações, fomentar a criação de cooperativas, discutir planos de urbanização, entre outras. (Ferreira, 2007: 87)

No Funchal, assistiu-se a esta “forma espontânea e auto-organizada” e à dinâmica de como as pessoas nas suas localidades reagiram, em especial nas zonas altas, à criação das CM, resultado dos muitos anos a que foram votadas ao abandono e ao isolamento. O povo, nessa altura, estava empenhado em resolver os seus problemas tais como: “a falta de acessos, a insuficiente distribuição de água potável, a melhoria e aumento do parque habitacional, a construção de escolas, a rede de distribuição elétrica e iluminação pública”, não esquecendo os cuidados de saúde que não existiam e foram também das suas prioridades (Pereira, 2011: 76).

Esta participação voluntária dos cidadãos e a dinâmica imprimida por estes, segundo Cesar de Oliveira, estabeleceram “um outro aspecto, inédito em Portugal e que deve insurgir-se no contexto da ruptura com o corporativismo no poder local, foi a formação, de forma espontânea e auto-organizada, de comissões de moradores” (Oliveira, 1996: 353). No Funchal, à intervenção destas comissões juntou-se a ação e determinação de Virgílio Pereira, o empenho dos vereadores e dos poucos técnicos que na altura a Câmara possuía, tendo-se revelado essencial na superação das necessidades básicas da população.

Procurou-se atender à extrema pobreza e miséria em que se encontravam muitos dos munícipes, executando obras segundo as possibilidades financeiras da Câmara e aproveitando a colaboração dos moradores, conforme oferta por eles feita aquando as visitas que a CA efetuou a todos os locais. Na sessão camarária de 6 de novembro de 1975, foi deliberado executar uma série de obras, tais como: o melhoramento da vereda do Canto do Muro, Cabeço Império, Bairro da Alegria (lado Leste e Oeste), os caminhos, do Pasto, Laranjal, Água de Mel, Casa Branca. Iniciou-se a cobertura da levada dos Piornais, proteção de muros a blocos, calcetamento do beco ao sítio Santana e levantamentos de degraus e desvios, Galeão, São Roque⁵⁴.

Após o 25 de novembro de 1975, o país e o arquipélago começam a viver um novo ciclo político, no entanto, os problemas e as dificuldades sociais teimavam em persistir. A Câmara perante a necessidade de resolver as problemáticas diagnosticadas tende a manter uma política de proximidade no relacionamento com os munícipes. Na

⁵⁴ ABM, CMF. Lº de Atas, n.º 99, f. 86.

reunião realizada no dia 25 de março de 1976, foi presente um abaixo-assinado dos moradores da Travessa do Pomar, pedindo que lhes fossem fornecidos materiais para procederem a melhoramentos e alargamento da respetiva travessa, “comprometendo-se ceder o respectivo terreno e mão-de-obra”. Face ao exposto, a Câmara decidiu apoiar esta pretensão devendo, no entanto, “a fiscalização verificar assiduamente a aplicação dos materiais”⁵⁵.

3.1.3 Pobreza, inserção social e cultura

A eliminação da pobreza e a inserção social constituíam domínios políticos fundamentais para o processo de desenvolvimento do arquipélago. Neste contexto, a CMF tomou medidas numa tentativa de desenvolver planos para esbater as problemáticas relacionadas com esses campos. Na altura, existia uma enorme discrepância entre a cidade e as chamadas “zonas altas”, fruto do isolamento por questões geográficas, falta de acessibilidades, limitação de meios de comunicação e qualidade de vida. Durante o “Estado Novo”, os madeirenses e funchalenses, em consequência da distância que os separava do poder central, sentiram imensas dificuldades nas mais variadas situações do seu quotidiano. A maioria da sua população era analfabeta, vivendo e seguindo a “lição de Salazar”, “retratando fielmente o tradicionalismo, o paternalismo, o conservadorismo, o mundo campestre, a família modesta, uma sociedade imóvel, rotineira, religiosa, sem cultura” (Janes, 1987: 77 e 78).

Para fugir à miséria, a população do arquipélago tinha como solução emigrar ou sujeitar-se a uma vida de extrema pobreza, onde, muitas vezes, grassava o alcoolismo e o analfabetismo. Com o 25 de abril, através da ação da CA da CMF, procurou-se pôr fim a esta indignidade humana e dar aos munícipes melhores condições de vida e benefícios que os pudessem valorizar.

A nova CA da CMF, desde cedo, procurou seguir uma política de inserção social e dinamização cultural. Numa tentativa de mudança e através dos serviços sociais e como forma de proporcionar às pessoas um outro ambiente e uma melhor qualidade de vida, no dia 1 de novembro de 1974, “dia de todos os santos”, decidiu proporcionar aos funchalenses, que tinham sido “até agora desprezadas pelas entidades responsáveis pela

⁵⁵ CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 45.

programação cultural para os cidadãos”, dois espetáculos gratuitos, um de cinema e um programa de variedades, no Teatro Municipal e cine parque cultural, com o apoio da “Inter-Cine da Madeira e “Corações Alegres”, para os “catraios da nossa cidade” e cidadãos⁵⁶.

Neste novo ciclo político, os eventos culturais, no arquipélago continuavam escassos e os autarcas da CMF pretendiam minimizar os efeitos dessa realidade. Assim, em finais do ano de 1974, a Câmara criou os seus serviços culturais, nomeando Fernando Nascimento⁵⁷, sob convite do presidente da CA, para coordená-los. Através deste, pretendia-se imprimir uma nova dinâmica na cultura citadina, com o objetivo de evitar a exclusão social. Como reconheceu Virgílio Pereira, com a criação destes serviços, “atirámos uma pedra no charco em que se encontrava a actividade cultural funchalense. Isso provocou uma reação negativa da parte dos mais conservadores e comodistas” (Pereira, 2011: 71).

Era necessário acudir à miséria existente no município e implementar uma política de justiça social, ajudando os que viviam em piores condições, apoiando as famílias, integrando os seus habitantes, reduzindo o sentimento de insegurança social. Pessoas havia que viviam em péssimas condições, nas zonas altas da cidade, onde, segundo o *DN*, “quase ninguém sabe que esta zona é povoada”.

O isolamento significava “obscurantismo, subdesenvolvimento”. Uma das zonas assim caracterizada, nessa altura, era o sítio do “Curral dos Romeiros”. Apesar das condições precárias, viviam ali mais de 400 pessoas, estando, aproximadamente, 100 a trabalhar no Funchal e algumas outras exerciam a profissão de “Carreiros do Monte”. Estes habitantes viviam isolados, porque não havia estrada, sendo o trajeto efetuado através de uma vereda que os levava até ao “Caminho dos Pretos” ou à “Choupana”.

Estes cidadãos viviam sem um mínimo de condições, sem luz e água, tendo apenas “uma boa vista sobre o Funchal”. Possuíam uma “única venda”, servindo como o centro para as pessoas conviverem. Por cima ficava a escola, em frente o sapateiro, ao lado a levada e abaixo o lavadouro. O único meio para comunicar com o exterior era o

⁵⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de outubro de 1974, P. 1.

⁵⁷ De acordo com Virgílio Pereira, tinha dado poderes a Fernando Nascimento “quase como se fosse vereador”, porque este sabia lidar bem com as pessoas e “ele tinha sempre esquemas, programas muito bem elaborados”, os quais mereceram o apoio incondicional do presidente da CA da CMF, dado que as “dificuldades que havia não eram dificuldades postas pelo meu amigo e saudoso Fernando Nascimento, mas eram da Câmara, por quem eu era responsável” (Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI).

telefone da “venda” e servia toda a gente. Era na “venda”, onde quem sabia, podia ler o diário. Quase ninguém sabia que existia aquela zona escura e povoada, sem luz, e roupa passada “a ferro a carvão”, e “alumia-se com candeeiro”⁵⁸. Foram zonas como esta e outras com características semelhantes, que a CA da CMF, consoante os recursos humanos e financeiros, procurou resolver, pondo fim à estigmatização de certas categorias vulneráveis e vítimas de exclusão e intolerância, como sejam os mais pobres.

Muitos casos houve em que os fracos recursos de muitos funchalenses exigiram da Câmara um papel determinante na resolução de necessidades e especificidades individuais, como foi possível constatar, por exemplo, num requerimento, endereçado à CA e que a Câmara tomou conhecimento na reunião de 1 de abril de 1976. Uma concidadã, casada e doméstica, solicitou, “acompanhado do atestado do regedor da freguesia e uma certidão da repartição de finanças do Funchal, pedindo à câmara (...) lhe declare a sua situação económica, a fim de beneficiar de assistência judiciária (...)”, tendo a edilidade, face ao exposto, deliberado que esta “requerente não tem recursos económicos a custear um pleito judicial”⁵⁹.

Outro cidadão pediu autorização à CA para efetuar o pagamento da renda, das instalações onde estava a residir, no Largo da Fonte, freguesia do Monte, propriedade da edilidade. Estas instalações outrora serviram de arrecadação para guardar os utensílios utilizados na jardinagem e guarida do vigia do parque. A Câmara na reunião de 27 de maio de 1976 decidiu autorizar que o ocupante lá continuasse a viver, mesmo sem o referido espaço possuir as condições necessárias para ser habitado. Autorizou, apenas “em circunstâncias especiais, como estas em que estamos vivendo, de carência grave de habitação, é que pode ser utilizada como tem vindo a ser, após esta Comissão Administrativa ter sido nomeada”. Salvaguardou ainda a edilidade, poder o ocupante, “continuar a habitá-la até que se modifique as circunstâncias aludidas, ou até que arranje, ele próprio, uma habitação condigna”⁶⁰.

3.1.4 A situação financeira da Câmara Municipal do Funchal

Durante o “Estado Novo”, as câmaras municipais estiveram condicionadas às suas próprias receitas, na maioria dos casos provenientes de rendimentos de bens

⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de maio de 1975, últ. p.

⁵⁹ CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 55 e 56.

⁶⁰ CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 109.

próprios, taxas, juros de mora e multas. Dos diversos impostos arrecadados pela edilidade funchalense, um deles era o imposto denominado “roda de caminho”, que foi extinto pela vereação da CA presidida por Virgílio Pereira, porque o mesmo era “odiado pelas pessoas” e através de um estudo feito sobre o mesmo, chegou-se à conclusão que “afinal que o que recebíamos desse “maldito” imposto nem dava para pagar as despesas com papel e pessoal”⁶¹. Outro dos impostos extintos, por deliberação da edilidade, na sua reunião efetuada a 10 de outubro de 1974, foi o da prestação do trabalho, a partir do ano de 1975, por ser considerado, um imposto muito impopular e por não existir “nestas condições razoável compensação do odioso tributário e perturbação causada nos serviços da secretaria sobretudo na época presente”⁶². Na maioria dos casos, as câmaras, para poderem executar as obras que garantissem o mínimo de qualidade de vida para as suas populações, dependiam das “comparticipações do Estado”, do Fundo de Desemprego e do Fundo de Melhoramentos Rurais, sendo que, em 1954, “229 municípios entre os 303 existentes tinham receitas ordinárias anuais inferiores a 2000 contos” (Oliveira, 1996: 312).

As câmaras e juntas de freguesia eram as instituições que mais perto estavam das pessoas e tinham a função de responder minimamente às suas solicitações, sendo, no caso do arquipélago, a Câmara e o regedor da freguesia. No entanto, a situação financeira das câmaras estava muitas vezes dependente, de personalidades locais, possuidoras de “capacidade de influência sobre os organismos da administração central sobre governantes ou membros da União Nacional e acabavam por ter maior peso do que as câmaras municipais” (Oliveira, 1996: 313).

Um dos grandes objetivos das câmaras, após o 25 de abril de 1974, foi procurar fazer face aos enormes problemas que afetavam os seus munícipes e ao mesmo tempo à situação financeira em que se encontravam. Era demasiado importante dotar as câmaras de meios financeiros que pudessem responder às exigências que o novo poder político instituído com o novo regime se propunha concretizar. Assim, sabendo “do descontentamento gerado pelas populações em numerosos concelhos pela forma como estavam a ser geridas as respectivas câmaras” e merecendo esta situação muita atenção da JSN, esta decidiu, “que vão ser distribuídos às municipalidades por se tornar indispensável”, através do Ministério do Interior, liderado pelo tenente-coronel Lemos

⁶¹ Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI.

⁶² ABM, CMF. L.º de Atas, n.º 97, f. 169.

Pires, uma verba de “200 mil contos às câmaras municipais para o normal funcionamento dos seus serviços”⁶³.

Destes 200 000 000\$00, provenientes do subsídio concedido nos termos do artigo primeiro do Decreto-Lei n.º 475/74 de 24 de setembro⁶⁴, coube à CMF 2 242 000\$00, tomando a Câmara conhecimento da entrada desta verba, nos cofres da autarquia, através do chefe de secretaria, Arlindo Barbosa, na reunião de 14 de novembro de 1974⁶⁵. A situação de crise financeira permanente da Câmara obrigou a ter de empreender frequentemente “uma luta em todas as frentes, com os poucos recursos financeiros e técnicos de que dispúnhamos, optando muitas vezes, tal era a grandeza das necessidades, por soluções precárias e tecnicamente inaceitáveis” (Pereira, 2011: 77).

Na generalidade, as câmaras estavam dependentes do poder político e das diretrizes do Estado Central. No caso específico da CMF, os projetos, num primeiro momento, tinham de passar pelo governador civil e Junta Geral, para poderem usufruir de financiamento e só depois podiam ser concretizados. Como é possível constatar, as decisões camarárias relativamente à execução de obras dependiam, na maior parte das vezes, da subsidiodependência. Tal facto constituía um obstáculo e aumentava as dificuldades para a concretização destas. Face a estes constrangimentos, todos os anos as câmaras viam-se obrigadas a socorrer-se de orçamentos suplementares para operacionalizar os seus projetos. No último trimestre de cada ano civil, era da competência das câmaras apresentar o plano e orçamento para o ano seguinte. Dando e cumprimento a este parâmetro, no dia 11 de setembro de 1975 foi apresentado, pela CA da CMF, o plano de atividades para o ano de 1976, bem como o respetivo orçamento, documentos esses elaborados nos termos dos números 4.º e 5.º do artigo 77.º do Código Administrativo ainda em vigor. Estes documentos, depois de detidamente analisados pelos vogais da Comissão Administrativa, foram aprovados por unanimidade⁶⁶.

Em outubro de 1975 e no intuito de colmatar os gravíssimos problemas que a edilidade enfrentava relativamente à falta de habitação, o FFH, concedeu um

⁶³ *Diário de Notícias*, Funchal, 12 de maio de 1974, p. 12.

⁶⁴ O Decreto-Lei n.º 475/74, de 24 de setembro de 1974, definia no seu Artigo 1.º: “É aberto no Ministério das Finanças a favor, do Ministério da Administração Interna, um crédito especial de 200 000 contos”, o qual seria lançado como Capítulo 4.º «Administração local», Direção Geral, Despesas correntes: Artigo 58.º, “Transferências – Sector Público», n.º 3. «Subsídios diversos às autarquias locais.....200 000 000\$00».

⁶⁵ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 97, f. 198 e 199.

⁶⁶ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 25.

empréstimo à autarquia, destinado a financiar o encargo resultante da construção de oitenta e três fogos, em Santo Amaro e São Roque, no valor de 30 280 000\$00⁶⁷.

A CA da CMF, perante este cenário, caracterizado por um leque vasto de necessidades, concluiu que era necessário recorrer a todos os meios para poder satisfazer e corrigir as assimetrias com que o município se deparava. Na opinião de Virgílio Pereira “reagimos ao esmagamento que nos provocava o facto de não termos dinheiro para resolver capazmente os problemas graves concelhios, (...) enorme pobreza e significativos focos de miséria, desemprego e sem apoio social”, salientando, ainda, o esforço desenvolvido pela CA da CMF para tentar solucionar “este quadro negro e na tentativa de melhorar, sem mais demoras, certas situações desumanas em que viviam alguns funchalenses (...)”⁶⁸.

A CMF apresentou e analisou o seu orçamento ordinário para o ano de 1976, na reunião de 18 de dezembro de 1975, deliberando colocá-lo em reclamação. Determinou, simultaneamente, que fossem inseridas todas as dívidas passivas entretanto apuradas, para além das consignadas no referido orçamento, conforme informação da secretaria da Câmara. No entanto, somente, foi aprovado, na reunião ordinária da edilidade, no dia 29 de dezembro de 1975, com um valor total de “quarenta e seis milhões e seiscentos sessenta dois mil duzentos e quarenta e três escudos e setenta centavos”⁶⁹.

O ano de 1976 apresentou-se como o período das grandes alterações no panorama político-constitucional do país e do arquipélago. Neste ano, foi aprovada, na Assembleia da República, a nova CRP, em 2 de abril, realizando-se depois eleições para os principais órgãos do Estado, tais como: Assembleia da República, Presidente da República, Assembleias para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e para as Autarquias Locais.

As autarquias locais, até o ano de 1979, continuaram a viver de “subsídios e comparticipações, situação herdada do “Estado Novo”, processado através de vários serviços da administração central, em que predominava uma distribuição casuística e discricionária” (Silva, 1996: 434). Estando o princípio do ano a decorrer, o *DN*, na sua edição de 23 de janeiro de 1976, informava que, pela Portaria de 19 de novembro de 1975, a Direção dos Serviços de Equipamento (DGSU), concedeu à CMF, uma comparticipação para pavimentação dos arruamentos no Funchal, Ruas Mãe dos

⁶⁷ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 70.

⁶⁸ Pereira, Virgílio, “40 anos do poder autárquico: II”, *Tribuna da Madeira*, Câmara de Lobos, 20 de janeiro de 2017, p. 11.

⁶⁹ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 132, 133 e, 136.

Homens e Rochinha, o reforço de 819 000\$00 com o seguinte escalonamento: 1975 – 157 000\$00; 1976 – 400 000\$00 e 1977 – 262 000\$00, prazo até 31 de Dezembro de 1977⁷⁰.

A JGM “concedeu dois subsídios, um de 100 mil contos para a Junta Geral e Municípios, cabendo à CMF a verba de 14 966 contos”, segundo deu conhecimento o *DN* em 3 de abril, de 1976⁷¹. Passado um mês, foi novamente, atribuída nova comparticipação financeira, no valor de “1600 contos para estradas do Arquipélago”, através do Ministério das Obras Públicas, ficando o Funchal beneficiado com “a quantia de 334 200\$00”⁷².

Neste mesmo ano, voltou a dar entrada nos cofres da Câmara, no dia 11 de novembro de 1976, por Portaria de 26 de outubro deste mesmo ano, através da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, as seguintes comparticipações: para a obra de demolição e reconstrução de um muro de suporte ao caminho de São Martinho – 11 200\$00: largo de António Nobre – 420 000\$00 e Ribeiro Seco de Cima – 203 000\$00⁷³.

Como é possível constatar, graças a estes subsídios financeiros, a CMF conseguiu realizar algumas obras e fazer face aos problemas que a cidade enfrentava. Como capital do arquipélago, a cidade do Funchal, também enfrentou a migração de muitos madeirenses das zonas rurais que, procurando fugir ao isolamento e tentando melhorar as suas condições de vida, aqui se fixaram, ampliando as dificuldades da edilidade funchalense.

3.1.5 Habitação

Após “o movimento dos capitães”, em 1974, o Funchal assistiu a um crescimento significativo da sua densidade populacional, vindo a agravar alguns dos problemas já existentes. Este crescimento deveu-se, na maioria dos casos, ao êxodo das zonas rurais em virtude das pessoas se deslocarem para a cidade à procura de emprego, porque viviam de uma agricultura de subsistência, usufruindo de muito pouco rendimento. As famílias procuravam melhorar as condições de vida, na esperança de

⁷⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 23 de janeiro 1976, últ. p.

⁷¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de abril de 1976, p. 1 e últ. p.

⁷² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de maio de 1976, últ. p.

⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de novembro de 1976, últ. p.

aliviar o seu sofrimento, o seu isolamento e ao mesmo tempo poder dar aos seus filhos uma vida mais digna.

Para além do êxodo rural, assistiu-se, a partir de 1975, à chegada ao município do Funchal de muitos dos nossos conterrâneos que abandonaram as ex-colónias - os “retornados”, agravando assim, a problemática da habitação. A cidade não estava preparada a nível de infraestruturas para o acolhimento de tanta gente. Em consequência deste fator, deparou-se com um enorme crescimento do seu perímetro rural, ou seja, das chamadas zonas altas da cidade.

As pessoas que migravam do campo para a cidade sujeitavam-se a viver de qualquer maneira. Muitas famílias passaram a viver em furnas ou em casas fabricadas à base de madeira cobertas com folhas de zinco. Eram “casebres”, onde não havia o mínimo de condições de habitabilidade, não tinham casa de banho, água, luz e esgotos. As pessoas dormiam em espaços exíguos onde, por vezes, proliferavam ratos num ambiente de insalubridade.

Em muitos casos, a água utilizada para as necessidades domésticas era retirada das levadas e utilizada tanto para cozinhar os alimentos como para o banho e outras finalidades domésticas básicas. Muitas destas habitações ficavam situadas junto às ribeiras, como o caso dos bairros de Santo António e Ribeira de João Gomes. As pessoas que lá habitavam ficavam sujeitas às intempéries, e ao rigor do inverno. Segundo uma moradora de um destes bairros, “quando a água entra pela casa dentro, agarro os meus filhos como se fosse galinhas”, para salvar as suas vidas. A maioria dos seus habitantes eram serventes de pedreiros, varredores, estivadores, trabalhadores da Junta ou da Câmara. As mulheres ou dedicavam-se aos trabalhos domésticos ou trabalhavam nas casas de bordados. Os filhos, muitos deles, depois da escola, eram obrigados a trabalhar, para ajudar as famílias⁷⁴.

Um dos propósitos da CA da CMF, logo após começar a exercer funções, foi dar início à reparação dos bairros pertencentes à Câmara, porque não possuíam as mínimas condições para que alguém lá pudesse viver. Para poder fazer face a toda esta calamidade, a edilidade procedeu à expropriação de um terreno com cerca de 70 000 m² que tinha em vista, perto da baixa do Funchal, com o propósito de resolver o problema

⁷⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, p. 3.

das grutas, dos bairros da Câmara, do bairro de Santo António e todas as barracas que proliferavam no concelho e que “devem impressionar qualquer cidadão”⁷⁵.

Era imprescindível dar um mínimo de condições de habitabilidade a quem viveu anos a fio na miséria e na pobreza. A Revolução do 25 de abril abriu a esperança dessas pessoas poderem viver em espaços com melhores condições habitacionais. No sentido de iniciar este processo de grande complexidade, e procurando dar os primeiros passos na solução deste sector, em reunião da edilidade, realizada em 28 de novembro de 1974, a Câmara tomou a iniciativa de abrir concurso público para elaboração de planos de pormenor e urbanização das zonas da Madalena (Santo António), Barreiros, Achada, Amparo (São Martinho) e Pilar e ainda para estudo urbanístico do quarteirão incendiado da Rua do Sabão – Rua do Esmeraldo (...) ⁷⁶.

A habitação era um problema transversal que afetava todo o país. Para fazer face a este grave problema, o Governo da República, promulgou o Decreto-Lei nº 658/74 de 23 de novembro⁷⁷, permitindo a abertura de um crédito especial, no valor de 1,2 milhões de contos, a favor do Fundo de Fomento da Habitação (FFH). A atribuição deste crédito especial tinha como finalidades corrigir a retração que se notava por parte dos privados e incentivar as empresas de construção civil a criar emprego, promover a construção de habitações de renda limitada, apoiar a aquisição de casa própria, contribuindo assim para a resolução dos problemas neste sector.

A CMF utilizou esta oportunidade e, em comunicado na imprensa regional, dirigida aos construtores civis, em 14 de fevereiro de 1975, deu seguimento ao estipulado no Decreto- Lei nº 658/74, com o propósito de fomentar a construção de habitação, no concelho. A Câmara viu, com esta medida, uma oportunidade para adquirir apartamentos de tipologia T2; T3 e T4, ressaltando a obrigatoriedade de estes serem construídos em “zonas que já dispunham de infraestruturas urbanas (rede viária, água, esgotos, electricidade)”. Ao mesmo tempo, corroborou “o interesse de que se

⁷⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de outubro de 1974, p. 3.

⁷⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de novembro de 1974, p. 1.

⁷⁷ O Decreto-Lei n.º 658/74, de 23 de novembro de 1974, destinou-se à abertura de um crédito especial, no valor de 1,2 milhões de contos, a favor do Fundo de Fomento da Habitação. No ponto 1., fundamentava-se tal decisão, devido à existência de uma enorme “retração da procura privada”, destinando-se a “adquirir à Indústria edifícios com níveis de habitabilidade a custos e parâmetros a determinar”, estabelecendo no ponto 2.: “A aquisição que se garante por esta via e o financiamento escalonado que lhes corresponderá refere-se em princípio, a edifícios cuja construção venha a iniciar-se após a decisão de aquisição”.

podem revestir estas propostas, particularmente para pequenas e médias empresas”⁷⁸. Passados três meses, a autarquia, deliberou, em reunião realizada a 2 de maio, abrir concurso limitado para a construção de 50 fogos, em parceria com o FFH, destinando-se à habitação social na zona do Bairro do Hospital, cujo valor estava “orçamentado em 14.966.047\$50”⁷⁹.

Tendo em conta todas estas medidas, também considerou-se necessário obter um quadro das verdadeiras necessidades habitacionais do arquipélago. Assim o FFH decidiu promover um inquérito às condições habitacionais. Segundo Gonçalo Nuno Araújo, representante deste organismo, “há que prever e programar várias iniciativas relacionadas com o sector. Para isso há que reconhecer as carências, os deficits existentes e quantificar todas as carências” De acordo com o representante do FFH, os “elementos que possuem dizem respeito aos censos de 1970, há necessidade de conhecê-los mais afundo e duma forma especial actualizá-los”. Conforme esclareceu este responsável, numa primeira fase, esse censo efetuar-se-ia nos Concelhos do Funchal e Câmara de Lobos, ao mesmo tempo. Por fim, destacou “que está a ser projetado o arranjo dos bairros existentes para o que conta com a colaboração dos residentes constituídos em comissões de moradores”⁸⁰.

Com o processo de descolonização dos territórios portugueses em África, muitos dos nossos conterrâneos abandonaram as ex-colónias, retornando às suas origens, aumentando o número de pessoas que necessitavam de uma habitação. Esta realidade exigiu a tomada de medidas extraordinárias para fazer face às necessidades de alojamento destes nossos concidadãos. Na sessão camarária efetuada no dia 16 de outubro de 1975, a CMF, tomou conhecimento de uma comunicação de João Figueira de Freitas e Maria Teresa Mimoso Aragão, mencionando estarem dispostos a ceder “à Câmara a título de empréstimo o prédio urbano situado na Estrada Visconde Cacongo para fins de alojamento de retornados, nas condições que indica”. Em consequência desta postura, que em muito vinha ajudar na solução de alojamento destas pessoas, a Câmara determinou dar “conhecimento de imediato e faça-se parecer ao instituto de

⁷⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de fevereiro de 1975, p. 1, 2 e últ. p.

⁷⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de maio de 1975, p. 1.

⁸⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de julho de 1975, últ. p.

apoio ao retorno nacional e ao comando territorial independente da Madeira” e ao mesmo tempo agradeceu e comunicou o teor do despacho aos proponentes⁸¹.

Por sua vez, o governador Carlos de Azeredo, sensibilizado para este problema, no dia 29 de outubro de 1975, remeteu à CMF, através do ofício 04125⁸² um despacho acerca do assunto. A Câmara, reunida em 30 de outubro de 1975, soube deste ofício, o qual evidenciava “a atenuação do angustiante problema habitacional, sobretudo após a chegada ao Funchal de grande quantidade de retornados”. No conteúdo deste ofício, são referenciadas as razões que levaram à inevitabilidade de serem tomadas medidas de “natureza extraordinária e transitória que a legislação e normas tradicionais em vigor, evidentemente não podiam resolver e considerando que nos nossos dias o que interessa é a sobrevivência social”.

Com o intuito de se proceder à resposta com a máxima celeridade que o momento exigia, a Câmara, nesta reunião, aprovou por unanimidade, “com o esclarecimento pelo chefe da secretaria dos preceitos do regulamento geral das edificações urbanas”, concordar com o despacho do governador “enquanto as circunstâncias o impuserem como aliais consta do respectivo preâmbulo”, sendo que este procedimento não podia ultrapassar um ano⁸³.

A CMF, na sessão de 23 de outubro de 1975, e correspondendo a um “ofício do FFH n.º 64/75 de 13 de Outubro corrente”, deliberou, “dar poderes ao senhor presidente (...) para outorgar na escritura da concessão do empréstimo de trinta milhões e duzentos mil escudos através do FFH”, com o intuito de financiar a construção de 83 fogos em Santo Amaro e São Roque⁸⁴.

⁸¹ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 59.

⁸² O ofício 04125 continha o despacho do brigadeiro Carlos de Azeredo, na qualidade de governador do Distrito, frisando: “A título transitório e enquanto persistir a carência de alojamentos que actualmente se verifica neste distrito, urge adoptar medidas que visem de algum modo atenuar esta situação de crise de tamanha incidência social (...) agravada com os retornados das ex-colónias”, salientando ainda que, “Como se lê no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 198-A/75 de 14 de Abril não faz sentido haver pessoas sem casa quando existem casas sem pessoas”. Para além de outros considerandos, no ponto 1., definia-se que as “câmaras municipais do distrito poderão dispensar o cumprimento do artigo 83.º e seguintes do Regulamento Geral das Edificações Urbanas que se referem às condições de habitabilidade (...). No ponto 2., era referido que “As câmaras municipais deste distrito deverão promover a utilização dos fogos que se encontrem nas condições descritas na alínea c) do n.º 4. do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 445/74 de 12 de setembro, seguindo-se de outras determinações através das alíneas a), b), c) e d), que deveriam ser cumpridas (ABM, DRAPL, 1977, Proc. D - 1/113, de 29-10-1975 – Anexo III).

⁸³ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 79.

⁸⁴ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 70.

A necessidade de habitação para o realojamento das famílias levou em muitos casos, à ocupação de casas que se encontravam devolutas. A CM do Faial e Santa Maria Maior comunicou, em 17 de setembro de 1975, ter procedido “à ocupação de sete casas, pertencentes a um “explorador” da localidade, amplamente desmascarado pelo povo local”, considerando a CM ser este ato destinado aos “mais necessitados da localidade que nem casa tinham, com essas e mais casas fechadas, cerca de vinte e tal casas votadas ao abandono”⁸⁵. No sentido de colmatar algumas necessidades nesta área, três dias depois, os moradores dos sítios Quinta dos Reis e Lombo reuniram, e com o apoio da CM da localidade, resolveram ocupar um prédio e anexo que apresentava condições conjuntas para habitação e cooperativa, A casa destinava-se a uma família que vivia numa fuma, no sítio do Lombo⁸⁶.

A ocupação ilegal de casas contribuiu, muitas vezes, para o aumento dos conflitos entre inquilinos e senhorios, ditando posteriores despejos. Com a finalidade de pôr cobro a estas ilegalidades, a Câmara, na reunião de 18 de dezembro de 1975, debruçou-se sobre a temática da ocupação de prédios, tendo analisados os problemas que essa situação acarretava e as expectativas a nível social. Foi, então, redigido em ata, que nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 198-A/75 de 14 de abril⁸⁷, competiria às câmaras Municipais “proceder a despejos administrativos de prédios ocupados e pelo disposto do n.º 2. do parágrafo 1.º do artigo 80.º do Código Administrativo é à Polícia de Segurança Pública que pertence executá-las (...)”⁸⁸.

Na reunião camarária do dia 9 de setembro de 1976, tratou-se do realojamento da população residente no chamado “bairro de lata de Santo António”. A autarquia decidiu, por unanimidade, abrir concurso limitado, com base numa circular do GRM, para a construção de quarenta e oito fogos em cinco blocos no terreno municipal ao sítio da Ribeira Grande⁸⁹. Durante o ano de 1976, a situação política alterara-se e a Madeira a partir de outubro passou a ter governo próprio. Nesta conjuntura, a necessidade de recorrer aos ministérios em Lisboa para tratar das questões que diziam respeito ao

⁸⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de setembro de 1975, p. 2.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de setembro de 1975, últ. p.

⁸⁷ O Decreto-Lei n.º 198-A/75 de 14 de abril de 1975 tinha como finalidade fazer face às “centenas de milhares de famílias sem habitação ou habitando em condições sub-humanas”, procedendo-se “à imediata atribuição dos fogos devolutos, designadamente nos casos em que se verifique infração da legislação em vigor”. No artigo 5.º estipulou-se ainda, um prazo de trinta dias, contados a partir da data de notificação para proceder ao despejo dos ocupantes, conforme o estabelecido nas suas alíneas: a), b) e c).

⁸⁸ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 132, 133.

⁸⁹ CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 195 e L.º de atas n.º 101, f. 2.

município, foi-se desvanecendo, passando-se a recorrer às instâncias do GRM. Com esta nova realidade política, melhoraram-se os níveis de sensibilidade em relação aos problemas locais, dado a proximidade e o relacionamento entre os diversos órgãos do poder regional.

3.1.6 Acessibilidades

Antes da Revolução do 25 de abril de 1974, muitas pessoas, em especial as mais pobres e vulneráveis da sociedade, viviam completamente abandonadas e votadas à sua sorte. Nas zonas onde habitavam, apenas tinham o regedor da freguesia, a quem se dirigir e que pouco ou nada podia resolver, dado estar limitado na sua ação. Este dependia do presidente da Câmara e, mesmo expondo os problemas que as pessoas lhe transmitiam, a probabilidade de poderem vir a ser resolvidos era praticamente nula.

A maior parte da população funchalense habitava as zonas altas. No entanto, os acessos a essas localidades eram dificultados pelo facto de, não existirem estradas ou caminhos condignos, que facilitassem a mobilidade dos seus habitantes. Competia às câmaras a construção, reparação e conservação de estradas e caminhos, bem como, a abertura de novas ruas e praças nas povoações. Era também da sua incumbência, proceder à pavimentação das ruas das povoações, adequando-as ao trânsito automóvel quando necessário⁹⁰. Cabia às autarquias, criar as condições para melhorar as acessibilidades dos munícipes, no entanto, a falta de recursos financeiros obrigava ao constante adiar de soluções.

Muito estava por fazer, aquando do “movimento dos capitães” de abril. A Câmara, em boa parte, dependia da “boa vontade” dos senhores que, “comodamente instalados na vida, faziam todos os possíveis por manter uma situação de privilégios estabelecidos e cuidadosamente distribuídos”. Prolongava-se o arrastamento dos problemas dos funchalenses, dependiam dos subservientes do regime, os quais, “constituíam uma espécie de casta que, apoiada em determinadas famílias e amigos, aproveitavam a seu bel-prazer os recursos disponíveis”. A vida era “madrasta” para aqueles que viviam e habitavam quase na serra, nas zonas altas e mesmo na “baixa do

⁹⁰ Diário do Governo, I Série – Número 303, de 31 de Dezembro de 1940, Suplemento, Ministério do Interior, Direcção Geral de Administração política e Civil, Decreto-Lei n.º 31 095 – Código Administrativo e Estatutos dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, Capítulo III - Da Câmara Municipal-Secção II – Art.º 46.º, n.ºs, 1, 2, 3 e 4.

Funchal” e seus subúrbios. Muitos viviam em barracas e furnas, calcorreando à procura de “caminhos de saída para a vida madrasta que era a sua”. Para se deslocarem para os seus trabalhos, “desciam dos arredores e invadiam a cidade, para só regressarem à noite. E esta caminhada diária, para a maioria delas, era feita a pé” (Cruz, 2008: 265 e 266).

Grande parte da população vivia em condições difíceis, não possuindo estradas para poder chegar às suas casas. Os acessos eram feitos através de veredas, de caboucos, de “caminhos de cabras” e em muitos casos através de levadas, muitas delas à beira de abismos, que ao mínimo descuido poderiam pôr em perigo a segurança das populações⁹¹.

Poucos dias após tomar posse, a CA da CMF, em reunião efetuada no dia 31 de outubro de 1974, decidiu pedir comparticipação para a pavimentação asfáltica das ruas da Mãe dos Homens e da Rochinha; mandar organizar o processo para idêntico pedido referente à construção da nova Ponte de Pau; adjudicar a empreitada de construção do mainel junto à Ribeira de Santa Luzia, no troço compreendido entre as Pontes do Bazar do Povo e Bom Jesus⁹². A CA pretendeu, com estas medidas, melhorar e facilitar os acessos e ao mesmo tempo tornar mais fluente o tráfego da cidade.

No princípio do ano de 1975, na sessão camarária, de 16 de janeiro, adjudicou-se, à firma João Augusto de Sousa (Filhos) Lda., a empreitada de construção de uma nova ponte que substituiria a Ponte de Pau⁹³. Em 23 do mesmo mês, a edilidade decidiu contratar, a partir de fevereiro e por um período de três meses, “dez pedreiros, seis calceteiros, quatro carpinteiros, dois pintores e vinte trabalhadores indiferenciados”, para execução de serviços eventuais de reparações de vias públicas e bairros municipais⁹⁴.

Através do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, foi concedido às câmaras municipais dos concelhos madeirenses uma comparticipação para a “execução de trabalhos de conservação permanente da rede rodoviária municipal”. A CMF

⁹¹ Virgílio Pereira, referindo-se à sua experiência enquanto voluntário dos Bombeiros Voluntários Madeirenses e ao facto de num dia em que auxiliou “a fazer de maqueiro, em conjunto com outro camarada bombeiro”, foram a uma zona montanhosa até onde a ambulância podia ir e “fomos bem ao cimo pegar uma senhora sexagenária, pesada, tolhida por um A.V.C. Entretanto começou a chover”, contando que “Ao descer a íngreme vereda, o homem da frente escorregou e caiu e com ele tombou a maca que arrastou o bombeiro da retaguarda. A senhora, essa rolou para um «poio» de batatas...Mas chegámos ao Hospital” (Pereira, 2007: 10 e 11).

⁹² *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de novembro de 1974, p. 3.

⁹³ *Diário de Notícias*, Funchal, 23 de janeiro de 1975, p. 5.

⁹⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de janeiro de 1975, p. 1.

recebeu, para o efeito, 152 100\$00⁹⁵. A CA, reunida no dia 1 de Julho de 1976, tomou conhecimento de um abaixo-assinado dos moradores do sítio de Água de mel, solicitando a pavimentação da vereda do sítio da Água de Mel com ligação à estrada da circunvalação ao caminho do Olival. Tendo em consideração as reivindicações dos moradores, a edilidade decidiu prestar a assistência técnica pretendida e que se realizasse a “terraplanagem com máquinas da CMF, aproveitando-se simultaneamente a mão-de-obra e outras ajudas prometidas pelos moradores das zonas”⁹⁶.

Procurando ajudar as câmaras madeirenses nos encargos com a execução de trabalhos de conservação permanente da rede rodoviária municipal, a Junta Autónoma de Estradas, em setembro de 1976, participou as câmaras do Distrito do Funchal, cabendo à CMF, a importância de 334 100\$00⁹⁷. Tal era a “agudeza das necessidades” das pessoas que foram tomadas muitas vezes “soluções precárias e tecnicamente inaceitáveis” (Pereira, 2011: 77). Devido à falta de dotação orçamental, somente com estes apoios das instituições nacionais, através dos subsídios disponibilizados, a CA da CMF, conseguiu, melhorar algumas condições de acessibilidade e a rede viária do concelho.

O primeiro Governo Constitucional, formado pelo PS, após ter ganho as eleições de 25 de abril de 1976, para a Assembleia da República, exercia as suas funções, tendo como primeiro-ministro, Mário Soares. No entanto, as autarquias continuavam a viver na subsidi dependência do governo central. Ainda não se vislumbravam passos no sentido do cumprimento do artigo 240.º da CRP que estabeleceu, no seu ponto um: “As autarquias locais têm património e finanças próprios”. Tudo continuou na mesma, prolongando-se a sua agonia financeira até 1979, ano em que é promulgado a lei 1/79, lei das finanças locais, em 2 de janeiro. Esta lei estabeleceu a tão desejada autonomia financeira das autarquias.

3.1.7 O trânsito no Funchal

Um dos graves problemas que afetava a cidade do Funchal era o trânsito. Toda a atividade comercial e industrial estava situada nesta cidade. A maioria do transporte de

⁹⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de dezembro de 1975, últ. p.

⁹⁶ CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 134.

⁹⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de setembro de 1976, últ. p.

mercadorias era efetuada por via marítima e a sua carga e descarga feita no molhe da Pontinha.

Todos os dias, eram inúmeros os veículos que aportavam ao Funchal, porque a maioria das atividades comerciais e industriais estavam aqui sediadas. Por outro lado, com a melhoria das condições de vida, após o 25 de abril, o parque automóvel, aumentou, tornando-se complicado o estacionamento e circulação dos mesmos nas ruas da cidade.

A CMF estava condicionada pelo facto de não possuir verbas, mas o trânsito na cidade precisava de uma solução urgente. Face a esta necessidade, o governador, Fernando Rebelo, nomeou uma comissão para estudar os problemas do trânsito na cidade do Funchal. No dia 8 de novembro de 1974, o *DN*, noticiou que o projeto do novo regulamento de trânsito para o Funchal, tinha sido enviado pelo governador do distrito, Fernando Rebelo, para “discussão pública” e todos os “comentários ou alvitreiros deverão ser formulados por escrito e entregues no Governo do Distrito, dentro do prazo de dez dias”.

No preâmbulo do projeto elaborado pela referida comissão, realçava-se o obstáculo que constituía, para a zona central da cidade, a circulação de veículos pesados, devido em parte à sua largura, e à exígua largura dos arruamentos, “sobretudo pela frequência de trânsito obrigatório em cumprimento de horários ligados à exploração das carreiras de autocarros e abastecimento de armazéns”.

O referido estudo dividia-se em três partes e segundo os membros da mesma comissão, “da impossibilidade imediata da criação de novas vias e do custo proibitivo do alargamento da maioria das existentes”, e porque a situação não se poderia prolongar, proponham que se implementasse as medidas referidas no estudo, “como primeiro e inadiável passo para atenuar a crescente desorganização do trânsito nas ruas centrais do Funchal”⁹⁸.

No sentido de descongestionar o trânsito funchalense, em 29 de maio de 1975, a CMF, decidiu proceder a algumas alterações no trânsito citadino, que se apresentava cada vez mais caótico, “principalmente devido a paragens irregulares junto aos cafés”. Neste contexto, proibiu-se o estacionamento em diversas ruas movimentadas e mais problemáticas da cidade, passando a ter sentido único as “Avenidas de Zarco

⁹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de novembro de 1974, p. 1 e 5.

(descendente no troço entre a estátua de Gonçalves Zarco e Avenida do Mar) e António José de Almeida (ascendente) ”, obrigando, simultaneamente, à alteração do trânsito nas ruas limítrofes⁹⁹.

Cinco meses, após as primeiras medidas tomadas pela edilidade, no intuito de disciplinar o trânsito na cidade do Funchal, o *DN*, na edição de 25 de outubro, fez referência, às novas diretrizes de trânsito emanadas pela CMF. Estas medidas tinham por objetivo, tomar uma posição, mesmo que a título provisório, ao impasse verificado na solução deste problema. Procedeu-se a algumas correções a aplicar na proposta apresentada ao Governo Civil pela “comissão regional de trânsito”, tendo estas alterações passado a vigorar a partir do dia 22 de novembro de 1975¹⁰⁰.

A procura de soluções para o trânsito e a sua fluidez na cidade do Funchal foi uma preocupação permanente da edilidade. Na reunião de 30 de setembro de 1976, a CMF tomou conhecimento de um requerimento da Polícia de Segurança Pública, “pedindo que fosse feito um estudo profundo sobre o trânsito automóvel, na cidade do Funchal”. Em resposta, a este requerimento, a CA da CMF, informou a referida entidade, que continuava “aguardando a solução da parte que diz respeito à Junta Geral”¹⁰¹, denotando que a resolução desta questão não dependia somente da Câmara.

3.1.8 O saneamento básico e abastecimento de água

A existência de saneamento básico e abastecimento de água adequado são dois indicadores de grande relevo na caracterização das regiões com condições de habitabilidade. No caso específico do concelho do Funchal, durante muitos anos, os problemas diagnosticados a este nível foram sendo adiados. A dependência dos “favores” dos organismos do estado central aliada à limitação da CMF durante o “Estado Novo”, contribuiu para o agravamento do problema complexo relativo ao saneamento básico que afetava o Funchal. A cidade há muito que necessitava de infraestruturas nesta área. Desde 1972, a CMF, efetuou obras de saneamento dando seguimento ao projeto de remodelação nesta área e de expansão da rede de esgotos da cidade. Embora a população não se apercebesse da gravidade da situação, esta questão preocupava a autarquia. Na tentativa de minimizar os efeitos nefastos, devido à quase

⁹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de maio de 1975, p. 3.

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de outubro de 1975, últ. p.

¹⁰¹ CMF, L.º de Atas, n.º 101, f. 15.

ausência de saneamento básico, a CMF, concluiu da conveniência de proceder à ampliação e remodelação da rede de esgotos, numa extensão de 100 quilómetros, cujo valor global se estimou em “100 mil contos”.

A falta de verbas e a inexistência de empreiteiros, associados ao “atraso em deliberações a tomar em Lisboa”, dificultaram o início das obras que, somente se iniciaram no final do 1.º trimestre do ano de 1975. Estes trabalhos constituíam apenas “uma pequena parcela de saneamento da cidade”, pretendendo-se nessa primeira fase, dar prioridade “à zona turística”, onde, por exemplo, na Estrada Monumental, “não havia esgoto salvo uma pequena saída (condenável) junto à piscina do Lido”.

Tendo em consideração todas as consequências da inexistência de saneamento básico, a rede de esgotos constituiu uma obra primordial para a cidade do Funchal, por causa do aumento da capacidade hoteleira e do seu desenvolvimento. Os atrasos verificados no início destas obras deveram-se, em grande parte, à escassez de meios financeiros por parte da Câmara, e à comparticipação em 50% pelo Estado referente ao projeto “em apreciação na Direcção- Geral dos Serviços Hidráulicos, para onde foi enviado em Agosto de 1972”.

Das várias alternativas possíveis para o escoamento do esgoto, foi sugerido “cortar o concelho em interceptores” e “cortar a rede e drená-la” até a cota da Igreja do Socorro, sendo depois encaminhado para a zona entre o Ribeiro do Lazareto e o Garajau. Através de cabo submarino, seria lançado em profundidade para o mar. As obras realizadas na Avenida do Mar terminaram no Campo D. Carlos, onde foi montada uma estação elevatória¹⁰².

Para além do saneamento básico, outro problema sentido pela população, prendeu-se com o acesso à água potável. A obtenção deste preciosíssimo líquido era muito difícil. A Câmara não usufruía dos meios suficientes para satisfazer esta necessidade básica dos seus munícipes. A maioria das pessoas bebiam água das levadas, principalmente nas zonas altas do Funchal, porque “acima da cota média de 150m, não havia praticamente distribuição de água potável. Alguns sítios eram abastecidos por águas particulares e, essencialmente por fontenários onde corriam essas águas” (Pereira, 2007: 14).

¹⁰² *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de março de 1975, últ. p.

Com o fim de aferir como se processava o abastecimento de água ao concelho do Funchal, no dia 4 de maio, o *DN* fez uma reportagem acerca do assunto. Contactou e obteve a colaboração de Manuel de Sousa, do Serviço de Águas e Saneamento da CMF. Este procurou desmistificar o “imbróglio” do abastecimento de água ao Funchal, porque “o habitante da cidade, pouco pensa na água que diariamente consome”, lembrando-se apenas quando a torneira somente “deixa sair arreliadamente, pingo a pingo”.

Os funchalenses não faziam a mínima ideia de “quantas voltas” a água dava até chegar à sua casa e dos problemas inerentes ao seu abastecimento. No concelho do Funchal, nesta altura, estimavam-se existir 15 000 consumidores domiciliários, que pagavam à Câmara cerca de 12 000 000\$00 anuais.

Desde 1931, a CMF, passou a integrar na sua orgânica a “secção de águas e saneamento”. A partir desse ano, iniciaram-se as obras necessárias ao abastecimento de água à cidade. Depois de 1957, é elaborado o “projecto de ampliação e remodelação da rede existente”, sendo as obras iniciadas apenas em 1966, numa “extensão de 50 quilómetros”, o que foi considerado “exíguo”, dada a carência de “200 quilómetros de rede, necessários ao integral abastecimento do concelho”.

Como sempre, às dificuldades financeiras e ao “fraco apoio do Estado”, juntou-se a falta de empreiteiros interessados na execução das obras, não tendo o arquipélago, capacidade de resposta por parte das empresas de construção civil locais. Estas não conseguiam corresponder à enorme procura de obras, contribuindo para o atraso sistemático na solução dos problemas mais urgentes. Era indispensável melhorar as estruturas técnicas para diminuir as dificuldades no abastecimento de água ao concelho. O abastecimento de água na cidade tinha a sua principal origem no “Túnel dos Tornos”, de onde emerge um caudal de aproximadamente 460 litros de água por segundo, dos quais 200 litros segundo, são para consumo da população. Os serviços já desfrutavam de um plano geral de abastecimento de água ao concelho. Atendendo às previsões demográficas, estimavam-se ser necessários até o ano 2010, 400 litros segundo para abastecer os funchalenses. Das obras efetuadas desde 1960 até agora, a Câmara já despendeu 40 000 000\$00, estimando-se em 90 000 000\$00 as obras ainda a efetuar¹⁰³.

Os protestos da população pela falta de água nas suas casas adensavam-se. A Câmara, na reunião efetuada em 29 de janeiro de 1976, em que se discutiu as

¹⁰³ *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de maio de 1975, p. 5.

”dificuldades cada vez maiores, em abastecer com água potável determinadas zonas do concelho, sente-se na obrigação de publicamente esclarecer a origem de tal anomalia”. As zonas onde se sentiam as maiores dificuldades no abastecimento de água à população eram, a oriente da Ribeira de João Gomes e a zona alta do concelho, desde a Rua da Levada de Santa Luzia até a freguesia do Monte. Como forma de poder resolver o abastecimento de água a estas zonas, a edilidade informou que iria “lançar uma nova adutora que transportasse água desde a sua origem no Túnel dos Tornos até o Alto da Pena (...), espera-se que a obra esteja concluída improrrogavelmente até Março próximo”¹⁰⁴.

Conforme a Câmara procedeu à cobertura e extensão das infraestruturas de saneamento básico e da rede de distribuição de água ao domicílio, aumentaram os pedidos dos munícipes para usufruir destes bens. Na reunião da edilidade, de 6 de fevereiro de 1976, deu-se a conhecer um abaixo-assinado dos moradores do sítio do Tanque, Pinheiro das Voltas, Alecrins Santo António, Quebradas de Cima, Pico do Funcho de Cima e Lombada de Cima, solicitando o prolongamento da rede de água potável aos respetivos sítios. Face ao exposto, a edilidade informou os munícipes destas localidades para o facto de terem de aguardar, dado estar a ser elaborado o projeto de alargamento da respetiva rede. Na mesma reunião, foi analisado um ofício do abrigo de Nossa Senhora de Fátima, no Funchal, solicitando à CMF que procedesse à extensão da rede de esgotos até a zona da sua instituição, tendo a Câmara “deferido” e respetiva petição¹⁰⁵.

3.1.9 As diversas crises políticas da Comissão Administrativa

Desde a tomada de posse, a CA da CMF, liderada por Virgílio Pereira, não teve vida fácil. O acentuar de problemas e as dificuldades económicas da edilidade em nada ajudaram a ambição de tentar resolver os graves problemas que o município enfrentava. De dia para dia avolumavam-se as situações problemáticas, com predominância no campo social, onde, “a situação era deprimente. Havia milhares de famílias sem casa. Na área das infra-estruturas básicas era uma calamidade” (Pereira, 2007: 13 e 14).

¹⁰⁴ ABM, CMF, L.º de Atas, n.º 99, f. 172 e 173.

¹⁰⁵ CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 7 e 8.

Estávamos a viver um período revolucionário e as reivindicações, tanto da parte dos munícipes como dos funcionários da autarquia, eram uma constante. Outro aspeto que teve influência na gestão da autarquia foi o facto de, passados 6 meses, da tomada de posse da nova CA da CMF, Virgílio Pereira ser nomeado vogal da JPM. A partir de 24 de março de 1975, passou a acumular as funções de vogal da JPM e o cargo de presidente da CA da CMF. Na sua ausência, Aurélio Gonçalves Canha, vice-presidente da autarquia, assegurou a gestão corrente da Câmara. De acordo com Virgílio Pereira, Aurélio Canha tinha-se “disponibilizado a colaborar (...) vendo o quase espezinhamento a que estava sujeito, resolveu aparecer, logo de início, durante quase todo o dia, e em toda a semana, (...)” e ainda “o trabalho valiosíssimo que executou em prol dos munícipes do Funchal” (Pereira, 2011: 66).

A pressão era enorme e de tal ordem, levando a CA da CMF, na reunião efetuada no dia 17 de abril, a pedir a sua exoneração. Alegou diversos fatores, entre os quais, o não poder corresponder à resolução dos problemas primários, tais como: habitação, água, luz, esgotos e arruamentos, levando ao não cumprimento de promessas que desde o princípio se propuseram efetuar.

A CA, ao tomar esta posição, procurou dar uma oportunidade aqueles que se sentissem em melhores condições para assumir a gestão em virtude de ter chegado a “um estado de saturação física e psíquica que a impossibilita de continuar a servir positivamente, e como desejaria, os interesses da população”. Foi dado conhecimento desta posição unânime dos membros da CA ao governador civil, no intuito de viabilizar a constituição de uma nova equipa que pudesse, proceder à “consolidação do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril”.

A onda de solidariedade para com o presidente da CA e a sua equipa não se fez esperar. Dos mais diversos quadrantes políticos verificaram-se manifestações de apoio à sua continuidade à frente dos destinos da autarquia da capital. As CM do Funchal quiseram também marcar a sua posição de apoio à CA, e decidiram agendar uma manifestação para o dia 22 de abril, pelas 18:30 horas no Largo do Colégio. A UPM emitiu um comunicado, alertando os seus militantes e simpatizantes para se “juntarem a esta manifestação de apoio e contra a retirada da única figura administrativa que tem apoiado certas lutas dos trabalhadores pelo direito à habitação e melhoramentos dos acessos”. Por sua vez, outra organização política, a FEC/M-L, manifestou, ser o

presidente Virgílio Pereira, “o único membro da administração local a tomar posições de apoio a certas lutas”, exortando à participação na referida manifestação¹⁰⁶.

Os moradores do sítio do Pomar do Miradouro, freguesia de Santo António, concelho do Funchal, juntaram-se à onda de solidariedade e apoio à continuação da CA. Endereçaram uma carta, ao governador do distrito do Funchal, com data de 6 de maio de 1975, expressando “o seu inteiro apoio pela permanência (...) professor Virgílio e demais membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, de quem receberam prova inequívoca de compreensão pelos legítimos anseios”¹⁰⁷.

A situação de crise política do arquipélago e do país aumentava devido ao PREC. A JPM, face “a uma situação de impasse relativamente à conjuntura política e económica regional, que se agravava progressivamente”, pediu demissão em 5 de agosto de 1975¹⁰⁸. Por sua vez, a situação de crise na CA continuou a fazer-se sentir e imediatamente a seguir à demissão da JPM, em 7 de agosto, resolveu, por unanimidade, apresentar ao ministro da Administração Interna o pedido de exoneração, porque, “as razões do seu pedido de demissão há 3 meses atrás” persistiam e os problemas tendiam a piorar.

Verificou-se um agravamento crescente da necessidade de casas e empregos resultante do “problema dos retornados de África”. O crescimento e existência de uma “maior organização popular”, que “com as suas próprias mãos abrem o caminho, põem água e resolvem outros problemas”, constituíram fatores que vieram de alguma forma piorar a situação da Câmara. A estes problemas associam-se a situação financeira da autarquia funchalense que continuava sem solução, como também a falta de recursos humanos para poder responder com celeridade e maior eficácia, às solicitações das CM e de todos os cidadãos.

Segundo a CA da CMF, “causa-nos desespero não podermos dar casa a quem a pede, não podemos dar caminho a quem tem córregos, não podemos dar água potável a quem bebe de poços e levadas...”. Neste contexto, de acordo com a CA, “seria necessário ter muita coragem e ter essencialmente melhores meios para se poder satisfazer o povo a quem tanto queremos e de onde vimos”, expressando convictamente,

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de abril de 1975, p. 3.

¹⁰⁷ ABM, DRAPL, 1975, Proc. D - 1/44, de 6-5-1975 – Anexo IV.

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de agosto de 1975, p. 1.

“temos que ceder os nossos lugares a outros que com mais força, mais coragem e melhor preparados possam fazer alguma coisa de útil”. No entanto e apesar do momento difícil e das contingências que a CA estava vivendo, defendeu “que se revigore o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974”, manifestando manter-se no exercício de funções até à sua substituição¹⁰⁹.

O clima político no arquipélago mantinha-se “escaldante”. Para além do pedido de demissão da JPM, a cidade era assolada quase diariamente por atentados bombistas desencadeados pela organização separatista, FLAMA. A CA da CMF continuou em funções, mas foi arrasada novamente por uma crise.

No dia 17 de outubro de 1975, o *DN*, referiu-se à manifestação realizada, no Largo do Colégio, apoiando Virgílio Pereira, como presidente da CA da CMF. Esta manifestação foi convocada por organizações populares de base, comissões de trabalhadores e teve ainda, o apoio dos partidos políticos e sindicatos. Os participantes pretenderam manifestar o seu apoio à continuidade da CA, expressando a “maior admiração pela pessoa do professor Virgílio que se não tem feito é por falta de dinheiro para atender todos os problemas”. Segundo um morador do bairro dos Viveiros, “presidente há muitos, mas, com a dedicação, coragem e espírito de sacrifício sempre pronto a avançar quando é preciso a sua presença só há um, o professor Virgílio”. Outros intervenientes na manifestação, referindo-se ao presidente da CA da CMF, manifestaram que queriam “continuar a vê-lo junto de nós subindo connosco veredas, para de perto ouvir as nossas necessidades”, afirmando ainda que “são precisas pessoas dedicadas para romper com as dificuldades que muitas vezes surgem quando certas classes dominantes ainda não entenderam e lhes custa a entender que os privilégios adquiridos não podem, jamais, continuar”.

Entre a multidão presente na manifestação, ouviram-se várias vozes gritando, “o povo está cá, Virgílio ficará”; “presidente só há um, Virgílio e mais nenhum”; “Virgílio amigo, o povo está contigo”. Esta manifestação foi uma das maiores ações de apoio, solidariedade e reconhecimento pelo trabalho e generosidade que os funchalenses sentiam pela CA e em especial pelo seu presidente. Contudo com toda esta movimentação de apoio à sua pessoa, o presidente da CMF, expressou “estar certo que

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de agosto de 1975, p. 1 e 4.

ninguém ousará pensar que com o deixar a Câmara quererá prejudicar este povo que lhe manifestou o seu apoio”¹¹⁰.

Passaram poucos dias sobre os acontecimentos do 25 de novembro de 1975 e no dia 17 de dezembro, o *DN*, voltou a informar os funchalenses, da decisão da CA da CMF em “continuar no exercício das suas funções conforme o pedido do Governador do Distrito”. Esta decisão pôs fim a uma sucessão de pedidos de demissão da CA, pois “tinha pedido a sua demissão a 17 de Abril e posteriormente a 7 de Agosto”, não obtendo até ao momento, qualquer resposta do Ministério da Administração Interna. O despacho do governador do Distrito, Carlos de Azeredo, datado de 5 de dezembro de 1975, de entre os vários considerandos, referiu-se, aos bons serviços que a CA prestava, como também a posição favorável dos munícipes. Para além de se debruçar sobre a conjuntura política, o Governo Civil entendeu, “que não pode aceitar o seu pedido de exoneração, devendo a mesma, por vontade expressa dos munícipes a que este Governo Civil se associa, continuar no exercício das suas funções”¹¹¹.

3.2 A Junta de Planeamento da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal

A nomeação de Fernando Rebelo para governador civil e a sua tomada de posse em 12 de agosto de 1974, no Palácio de São Lourenço, com a presença do ministro da Administração Interna, Costa Braz, representaram para os madeirenses o começo de um novo ciclo político. Fernando Rebelo foi o primeiro governador civil a tomar posse após o 25 de abril. Os madeirenses depositaram muita esperança no recém-nomeado, porque, tal como afirmou o governador na sua tomada de posse, “longe e descrente do poder central, que sempre o traiu, o madeirense volta-se desesperadamente, para quem esse poder representa: para o governador do seu distrito autónomo” (Gouveia, 2002: 63).

O governador civil, sendo um homem conotado com a oposição ao regime deposto e um dos rostos do MDM, desempenhou funções durante um curto período. Neste espaço temporal em que exerceu o seu mandato viu-se obrigado a enfrentar perturbações políticas e sociais. As suas políticas e modo de governação foram alvo de muita contestação por sectores oriundos da sua área política. O Sindicato da Construção

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de outubro de 1975, p. 3.

¹¹¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de dezembro de 1975, últ. p.

Civil foi um dos fortes contestatários ao governador, promovendo manifestações, sendo o epílogo a manifestação de 21 de outubro de 1974. Apesar de “ilegal à face das leis vigentes, (...) definidas pelas autoridades militares e civis (...) assumiu foros de uma autenticidade, raramente conseguida, de expressão popular”¹¹². Fruto das regulares contestações, em finais de novembro, Fernando Rebelo demitiu-se, embora tenha continuado a exercer o poder até março de 1975.

O arquipélago da Madeira, com a demissão de Fernando Rebelo e o insucesso da sua governação, precisava urgentemente de um organismo que pudesse ser o porta-voz dos anseios dos madeirenses. O Governo Central, como alternativa a uma maior funcionalidade da administração do Arquipélago, decidiu criar uma Junta de Planeamento.

Um comunicado do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, assinado pelo brigadeiro Carlos de Azeredo, foi publicado na primeira página do *DN* de 26 de março de 1975, informando os madeirenses que “nos termos do Decreto-lei 139/75 de 11 de Março de 1975¹¹³, tomaram posse dos cargos de vogais da JPM, os Senhores João Abel de Freitas, Virgílio Higino Gonçalves Pereira e José Manuel Paquete de Oliveira”, que desempenharam os respetivos cargos das delegações, no arquipélago, dos “Ministros da Economia e das Finanças, Assuntos Sociais, Educação e Cultura”¹¹⁴. Na altura em que se criou e tomou posse a JPM, o país vivia um momento de gigantesca agitação revolucionária. Estávamos no PREC, ficando depois conhecido como o “Verão Quente” de 1975¹¹⁵. A JPM começou a exercer poderes, ”já com funções deliberativas mais

¹¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de outubro de 1974, últ. p.

¹¹³ O Decreto-Lei n.º 139/75 de 11 de março de 1975 visou a criação no arquipélago da Madeira da Junta de Planeamento, tendo em vista uma melhor governação do arquipélago. Estabelecia no seu preâmbulo que “a situação social e económica do Arquipélago da Madeira resulta de um acumular de problemas estruturais” pelo que correspondendo aos objetivos delineados no programa do governo e tendo em vista a resolução dos problemas mais urgentes, “insere orientações quanto a uma orgânica regional, que se deverá traduzir num esforço de autonomia”. O artigo 1.º estipulava que “é criada no Arquipélago da Madeira uma Junta de Planeamento”, e o Artigo 2.º que a “Junta de Planeamento é constituída pelo governador civil, que presidirá, com voto de qualidade, e por três vogais”. No artigo 6.º 1. definia-se que os seus membros deveriam “exercer a competência atribuída na legislação em vigor, em matéria de planeamento, ao Governador Civil do Distrito Autónomo e à Comissão de Planeamento da Região da Madeira”. Segundo o ponto 3.), “Coordenar as actividades dos órgãos periféricos da Administração Central”, competia, conforme o ponto 6.), “Assegurar a ligação com a Administração Central e com os órgãos de planeamento”. Uma outra função que competia à Junta de Planeamento, conforme estipulava o artigo 7.º 1.) era “Apoiar empresas em condições de contribuírem eficazmente para o progresso da região: Conceder Avals” e, segundo o ponto 4.), “lançar e dinamizar projectos de organismos dependentes do Ministério da Economia”.

¹¹⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de março de 1975, p. 1.

¹¹⁵ Na Madeira, o “Verão Quente”, também se fez sentir com a agravante dos atentados bombistas perpetuados pela FLAMA. ”Mas foi a partir de agosto de 1975 que a violência se instalou. Apesar de a

amplas, embora com vogais que não reuniam consenso alargado que alguns sectores locais requeriam” (Carita, 2003: 172). Nesta altura, a sociedade madeirense estava muito dividida. Aproximavam-se as eleições para a Assembleia Constituinte, havendo uma enorme expectativa sobre o resultado das mesmas e qual seria o futuro “xadrez político” do país e da região.

De acordo com o brigadeiro Carlos de Azeredo, a criação da JPM, pôs fim ao “Governador Civil do Distrito”. A JPM teve como objetivo ser um “embrião de um governo autónomo”, possuindo uma certa autonomia nas suas decisões e ao mesmo tempo servindo como “um simulacro de Governo Regional e ainda com a totalidade dos serviços dependentes das Secretarias de Estado de Lisboa” (Azeredo, 2004:209).

A nomeação de Virgílio Pereira como vogal da JPM levou o Gabinete de Informação da CMF a comunicar aos munícipes que a CA tinha colocado os seus lugares à disposição do governador civil com o intuito de “facilitar toda e qualquer remodelação”. Em resposta, o brigadeiro Carlos Azeredo expressou a sua confiança na CA e “pediu que ela continuasse a exercer as suas funções”¹¹⁶.

3.2.1 As primeiras medidas da Junta de Planeamento da Madeira

A JPM, desde o início da sua constituição, implementou uma nova política para resolução dos gravíssimos problemas que assolavam o arquipélago. Para a CMF, a nomeação do presidente da CA, para vogal desta junta, tornou-se, também, uma oportunidade para a autarquia poder ver solucionadas algumas das suas necessidades. No entender de Virgílio Pereira, a JPM, “serviu como exemplo que era possível uma mudança, do sistema arcaico para as regiões autónomas e insulares e que era possível mudar e portanto foi um começo cívico”, frisando ainda o facto de esta experiência ter constituído “um começo não assertivo como a gente gostaria que fosse e que não

menor frequência a partir de meados de 1976, eles continuaram muito para além de estarem em pleno funcionamento os órgãos de governo próprio da novel Região Autónoma” (Gouveia, 2002: 132). Referindo-se à FLAMA, quando estava na JPM e se deslocava a Lisboa em exercício de funções, muitas vezes, Virgílio Pereira era abordado pelos diretores gerais com quem contactava, dos Ministérios, secretários de Estado ou mesmo ministros que “acabavam sempre perguntando: e a FLAMA, como é que vai a FLAMA? E eu dizia, olhe, não sei, eu também vinha perguntar aos senhores, porque eu estou convencido que quem tem as respostas é os senhores, não sou eu, apesar de ser madeirense”, sendo refutado por estes com a acusação de estar a fazer especulação, dizendo: “mas porquê que você agora está com essas especulação? Porque, o senhor deve ter aí na gaveta, uma série de pedidos da minha Câmara e de outras e ... amanhã, amanhã (...)”, o que é elucidativo da situação política vivida nesta altura. (Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI).

¹¹⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de março de 1975, últ. p.

conseguiu aquela autonomia que a gente desejava”¹¹⁷. Com pouco mais de um mês de atividade, esta junta reuniu-se com os órgãos de comunicação social a fim de abordar “aspectos da situação económica da Madeira”. Os diferentes vogais prestaram esclarecimentos relacionados com os ministérios que lhes estavam delegados. Virgílio Pereira, no tocante às áreas que estavam sob a sua incumbência, comunicou estar prevista a vinda à região de técnicos do Ministério do Equipamento Social, que, juntamente com as câmaras municipais e serviços da Junta Geral, estabeleceriam o plano de obras a realizar durante esse ano e as respetivas prioridades.”¹¹⁸.

O Ministério da Administração Interna, através da sua Direção-geral da Administração local, enviou aos governadores civis dos distritos do país, a circular, n.º B-24/75 de 7 de maio de 1975. Com esta circular, o Ministério pretendeu saber a real dimensão da situação financeira das câmaras municipais dos vários distritos do país, solicitando o envio, dos mapas das receitas cobradas e despesas, realizadas pelas câmaras do seu distrito, durante o ano de 1974.

Dando cumprimento à respetiva circular, a CMF enviou ao governador do Distrito Autónomo e presidente da JPM, brigadeiro Carlos de Azeredo, através do ofício, 3035, com data de 30 de abril de 1975, o mapa das receitas despesas do ano de 1974. Deste mapa, constava como receita a importância de 143 360 925\$00 e despesa 12 597 860\$50¹¹⁹.

As eleições para a Assembleia Constituinte realizaram-se no dia 25 de abril de 1975, um ano após a revolução dos cravos. Tiveram uma enorme participação eleitoral, votaram 91,79% dos eleitores. Os resultados eleitorais ditaram a vitória a nível do país, ao PS com (37,82%) dos votos, seguido do PPD/PSD (26,41%) votos, PCP (12,54%) votos, CDS (7,60%) votos, MDP/CDE (4,12%) votos e FEC/ML (0,57%) votos. No arquipélago da Madeira, o PPD/PSD obteve a maioria com (78 320) votos, seguido do PS (24 519) votos, CDS (12 657) votos, PCP (2 053) votos, MDP/CDE (1630) votos e a FEC/ML (1 454) votos¹²⁰. Com este resultado, os portugueses optaram pela “divisão entre os que pretendiam institucionalizar rapidamente um regime político de democracia pluralista de tipo ocidental e os que eram indiferentes a essa preocupação” (Ferreira, 1994: 206).

¹¹⁷ Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI.

¹¹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de maio de 1975, p. 1 e 2.

¹¹⁹ ABM, DRAPL, 2099, Proc. V - 6/5, de 30-5-1975 – Anexo V.

¹²⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de abril de 1975, Especial Eleições, p. 1.

A JPM, no dia 12 de junho de 1975, deu uma conferência de imprensa, abordando diversos temas relacionados com a vida económica e social do arquipélago. Acerca do problema da habitação social, o vogal Virgílio Pereira, referiu-se aos 1200 contos que o Governo Central distribuiu pelo país para o fomento da habitação. Desta verba, coube ao Distrito do Funchal, 20 mil contos, destinados à construção de novos fogos, sendo este apoio considerado, “como balões de oxigénio à construção civil que se encontrava já numa situação crítica”. A CMF esclareceu, face ao apoio dado pelo FFH, ter optado por ser este organismo a construir “os fogos – cinquenta no caso do hospital – perante a entrega dos terrenos. Como contrapartida, a Câmara exigiu que as rendas a cobrar, nunca ultrapasse um sexto do vencimento mínimo nacional”.

Para colmatar a situação de crise de habitação, estava ainda previsto, “a construção de 304 fogos (...) no Concelho do Funchal: 6 no Caminho de S. João; 50 no Bairro do Hospital; 8 em S. Roque; 54 em Santo António e 166 no restante terreno livre no Bairro do Hospital”. Proceder-se-ia também, à construção de 21 moradias individuais em Santo Amaro e no Bairro da Nazaré a um empreendimento englobando 1800 fogos¹²¹.

No Funchal, o avolumar dos problemas precisou de uma intervenção mais célere por parte dos organismos oficiais. O tecido económico e a maioria dos habitantes do arquipélago estavam aqui sediados. Foi urgente promover um maior investimento e melhorias a nível de infraestruturas. Das grandes obras providenciadas é possível destacar: as obras de saneamento básico na Avenida do Mar, as obras relativas ao tratamento de água na parte oriental da cidade e a sua ligação dos Tornos às Babosas e “o projecto da continuação da conduta principal para abastecer a zona alta de Santa Maria Maior e São Gonçalo até a cota 500 metros”¹²².

3.2.2 As dificuldades e demissão da Junta de Planeamento da Madeira

A JPM, embora encetasse um conjunto de esforços para a resolução das situações mais graves que assolavam o arquipélago, não correspondeu às exigências dos partidos políticos e outras forças políticas com representação no arquipélago. A sua gestão estava muito fragilizada e a luta por uma maior autonomia adensava-se. As

¹²¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 13 de junho de 1975, p. 6 e últ.

¹²² *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de junho de 1975, p. 1 e 3.

eleições para a Assembleia Constituinte vieram alterar o que até aqui tinha sido o panorama político no arquipélago. A vitória do PPD/PSD aumentou a luta política no arquipélago. O resultado eleitoral demonstrou que o povo madeirense não concordava com as forças vencedoras do golpe do 11 de março de 1975 e com as políticas seguidas desde então.

De acordo com João Abel Freitas, o arquipélago possuía “empresas de um modo geral, económica e financeiramente desestruturadas e mal dimensionadas, indiciando uma classe empresarial mal preparada em termos de gestão, (...)” (Freitas, 2015: 190). Esta situação contribuiu para que, com a Revolução do 25 de abril, muitas empresas fossem incapazes de se adaptar às transformações que o momento exigia.

A economia e o tecido social, na região mantinham-se num impasse, levando a JPM a ter novamente de explicar-se perante os madeirenses. No dia 27 de julho de 1975, emitiu um comunicado acerca do momento político, onde, “reconhece a falta de resposta a urgentes problemas do distrito neste curto período de mandato”. Salientou, ter a “consciência clara que não estão encontradas soluções de fundo para a depressiva situação económica do Arquipélago”. Referiu-se também aos indicadores do tecido empresarial do arquipélago, “especificamente manifesta na crise da construção civil, da indústria de bordados, da habitação social, da agricultura, do ensino, do turismo, agravado pelos problemas sociais do retorno de nacionais de África e da curva crescente do desemprego”.

A JPM denunciou, igualmente, “os obstáculos que lhe têm sido movidos por forças reacionárias dispersas e ocultas nos mais dispersos sectores de actividade pública e privada”, manifestando a vontade de pôr os lugares à disposição e expressando a “sua confiança no povo trabalhador, nas Forças Armadas e nos partidos progressistas, interessados na defesa dos objectivos da revolução portuguesa”¹²³.

Pouco tempo decorreu após este comunicado da JPM e no dia 5 de agosto de 1975, enviou um telegrama ao “Directório Nacional, Ministérios da Administração Interna, Finanças, Educação e Investigação Científica, Indústria e Tecnologia, Trabalho, Equipamento Social, Comércio Externo e Turismo, Assuntos Sociais, Planeamento e Coordenação Económica, Transportes e Comunicações, pedindo a demissão. As razões evocadas para este ato, foram a “grave situação nacional”, e a “situação local tendente a

¹²³ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de julho de 1975, p. 1 e 3.

agudizar-se”. De acordo com o brigadeiro Carlos de Azeredo, a JPM “havia chegado a uma situação de impasse relativamente à conjuntura política e económica regional (...)”¹²⁴.

3.2.3 Razões da demissão da Junta de Planeamento da Madeira

Tal como prometeu, a JPM, em 9 de agosto, emanou um comunicado cujo conteúdo “é de tal ordem que constitui um autêntico manifesto pró-autonomista e, ao mesmo tempo, reconhece que a JPM foi impotente para resolver os problemas da Madeira (...)” (Gouveia, 2002: 74). Em 10 de Agosto, o *DN*, publicou o referido documento, justificando as razões do pedido de exoneração da JPM. A primeira das causas avançadas para a demissão foi a “indefinição de uma política nacional, que permita à própria JPM definir a sua política de acção, factor que limita o seu trabalho a nível regional”. Considerou de grande importância a inevitabilidade de acabar com “o atraso numa efectiva descentralização do poder, ainda por demais concentrado em Lisboa”, impedindo a JPM de poder responder convenientemente aos problemas dos madeirenses. Reclamou que “não está dotada de meios técnicos e humanos que permitem ser um centro de poder regional”, lamentando ser os membros da JPM que “perante o público ficam visados pela sua inoperância em não resolverem os problemas decorrentes do dia-a-dia”.

A falta de resposta atempada do estado e o atraso em conceder o solicitado apoio financeiro não permitiram evitar a deterioração da economia madeirense. A dificuldade sentida na manutenção de alguns importantes serviços estatais fora da alçada de competência e jurisdição da JPM e o panorama económico crítico e grave, veio dificultar a eficácia do seu funcionamento.

Para a JPM, as “falências não declaradas, mas efetivas sucedem-se, os boicotes económicos, e o desemprego aumentou”, pelo que, com esta situação, “sente assim sincera e honestamente bloqueada a sua acção e julga seu dever, (...) reclamar do governo medidas de emergência”. Face à situação exposta, os membros da JPM “pedem

¹²⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de agosto de 1975, p.1.

a exoneração dos seus cargos na convicção de que este gesto será salutar no incremento do processo revolucionário na Madeira”¹²⁵.

Os esclarecimentos acerca do pedido de demissão da JPM não se ficaram por aqui. No dia 26 de setembro de 1975, o brigadeiro Carlos de Azeredo afirmou: “a JPM é uma estrutura de carácter “eventual e temporária”, sendo a mesma formada por uma equipa de trabalho orientada para soluções técnicas e reais dos problemas do arquipélago”. Para o brigadeiro, o trabalho da JPM foi prejudicado, devido ao “grande atraso na dotação de verbas necessárias”, “estruturas subdimensionadas que obrigou à concentração de funções” e “falta de apoio no que se refere a aspectos de secretariado”. Referindo-se aos movimentos separatistas, que também vinham pressionando a JPM e de uma hipotética independência da Madeira, o brigadeiro afirmou que “honesta e desapaixadamente, penso que uma real autonomia administrativa responde a todas questões postas”¹²⁶.

Após as declarações do brigadeiro Carlos de Azeredo, Virgílio Pereira, manifestando o seu ponto de vista, afirmou ter procurado sensibilizar o Governo Central acerca dos problemas da Madeira, mas não obteve resultados encorajadores “porque a centralização excessiva dos centros de decisão não permitiam melhor conduta por parte dos ministros e respetivos Ministérios”. Sublinhou ainda o facto de as pessoas sentirem a necessidade de se criar uma sociedade nova, mas eram muito individualistas ou com intenções partidárias¹²⁷.

Quanto aos financiamentos por parte do Estado, a situação não foi em nada favorável ao arquipélago, tendo este apenas conseguido “25 mil contos para a construção de parte do Bairro de Santo António e um empréstimo de 20 000 contos, através da Caixa Geral de Depósitos para o parque de máquinas”. Por fim, aludiu que “a nossa região, como tantas outras do país, tem problemas específicos que carecem de soluções próprias”, e só “com base numa autonomia” se poderá concretizar as aspirações das populações¹²⁸.

¹²⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de agosto de 1975, p. 1 e últ.

¹²⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de setembro de 1975, p. 3.

¹²⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de setembro de 1975, p.1 e 3.

¹²⁸ *Ibidem*

3.3 A Junta Governativa da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal

Com a demissão da JPM, o poder no arquipélago voltou a estar centrado no brigadeiro Carlos de Azeredo. Por sua vez, Virgílio Pereira, retomou as funções de presidente da CA da CMF. Foi necessário procurar uma solução que correspondesse e resolvesse os graves problemas que assolavam os madeirenses, fruto de uma crise económica, social e política persistente. Após as eleições efetuadas em 25 de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte, os resultados daí advindos, alteraram substancialmente a influência das forças políticas no arquipélago.

O PPD/PSD, como partido vencedor dessas eleições no arquipélago, consolidou a sua posição majoritária, aparecendo no xadrez político como o principal partido, procurando liderar o processo político regional. Desde logo, reivindicou posições no novo organismo político que viesse a ser criado, após a demissão da JPM. A partir daqui este partido apresentou-se como o porta-voz das causas autonómicas do arquipélago, subalternizando as restantes forças políticas.

Em 29 de setembro de 1975, o *DN* noticiou que o brigadeiro Carlos de Azeredo começou a contactar com o PPD/PSD, PS e PCP, com vista à formação da JGM. Dos contactos havidos com estas forças políticas, deu a conhecer a posição destes. O PCP propôs “a elaboração de um programa mínimo que apresentasse os objectivos a atingir na defesa das classes trabalhadoras”. Por sua vez, o PPD/PSD apresentou “um projecto de decreto-lei para a formação da JGM, na qual reivindica 6 pastas para si, 2 para o PS e não concordando com a integração do PCP e CDS”. O PS tinha “proposto um organismo para o governo distrital”. Durante os contactos, o brigadeiro Carlos de Azeredo solicitou às forças políticas que fossem indicados nomes de personalidades para os seguintes pelouros da administração regional: coordenação económica, educação e cultura; emigrantes e retornados; infraestruturas, saúde e assuntos sociais e trabalho e ainda o nome de uma personalidade civil para presidir à referida Junta¹²⁹.

O conselho de ministros, preocupado em resolver o problema da administração do arquipélago, o mais rapidamente possível, convidou o brigadeiro Carlos de Azeredo, para continuar à frente dos destinos da vida político-administrativa do arquipélago da Madeira. Para o governador, a situação da Madeira (comparada a fevereiro quando

¹²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 28 de setembro de 1975, p. 1 e 3.

tomou a presidência da Junta de Planeamento), concretamente no sector económico, agravou-se atendendo a que a “curva descendente não foi totalmente percorrida”, tendo noutros aspetos se mantido inalterável.

No arquipélago, durante o período gonçalvista, assistiu-se ao “radicalismo político”. Carlos de Azeredo tomou a posição de “condená-lo formalmente com toda a veemência: o recurso à violência através da bomba”¹³⁰. A situação precisava de uma solução o mais urgente possível. Depois de aprovado “na especialidade o projecto de Decreto-lei que cria na região da Madeira uma Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional”, o brigadeiro reuniu-se em São Lourenço em 18 de dezembro, com os partidos mais votados, nomeadamente o PPD/PSD e o PS. O objetivo do encontro foi encetar conversações para distribuição de pastas pelos partidos e apresentação de nomes de individualidades para os diferentes pelouros da administração local. Ficou decidido atribuir ao PPD/PSD 3 pastas e ao PS uma, sendo as últimas duas pastas destinadas a entidades independentes¹³¹.

Com a constituição da nova Junta Governativa, abriram-se novos horizontes para se criarem novos mecanismos, que mais depressa pudessem contribuir para a solução dos graves problemas do arquipélago. Enquanto não se procedeu à definição concreta da sua governabilidade, como frisou mais tarde Carlos de Azeredo, “a Junta Governativa seria um órgão pré-autonómico temporário, destinado à administração da Madeira, que, tal como o resto do país, ainda não detinha uma estrutura ou órgãos de poder eleitos”. A criação desta junta, não passou novamente de um organismo de transição. Carlos de Azeredo referiu ser as suas competências “apesar das delegações dos ministros eram ainda muito reduzidas e pouca ou nenhuma autoridade tinha sobre muitos aspectos da administração”. Como é possível constatar, embora houvesse muito boa vontade dos intervenientes políticos, o arquipélago continuou dependente das “Direcções Nacionais em Lisboa” (Azeredo, 2004: 238).

Em Janeiro de 1976, após ter reunido em Lisboa para tratar de assuntos relacionados com a futura Junta Administrativa da Madeira, a vida do arquipélago e a nova lei orgânica para a Madeira, Azeredo afirmou que a lei orgânica trouxe a possibilidade da futura Junta poder “adoptar e modificar decretos-lei do governo, portanto no âmbito nacional, como até publicar portarias, uma faculdade que até hoje

¹³⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de outubro de 1975, p. 1 e 4.

¹³¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de dezembro de 1975, p.1.

era restringida aos próprios ministros”. Na sua perspetiva, a Junta passou a ter um papel importante na consolidação de uma nova política. Criaram-se as bases para a região poder possuir a sua própria autonomia na governação do arquipélago, definindo, “quais as funções e os serviços dos diferentes Ministérios que vão passar para a Madeira” nomeadamente no “aspecto económico, administrativo, da banca, etc”¹³².

A JGM teve um mandato limitado, dado ser apenas até a realização das eleições legislativas, que se realizaram no dia 25 de abril de 1976. Presidiu-a o brigadeiro Carlos de Azeredo, tendo como vogais: David Caldeira – Planeamento e Finanças; Ribeiro de Andrade – Abastecimentos e preços e Turismo; Monteiro de Aguiar – Assuntos Sociais, Trabalho e Emigração; Rui Vieira – Agricultura e Pescas e Indústria; Ornelas Camacho – Equipamento Social, Ambiente, Transportes e Comunicação; Evangelista de Gouveia – Administração Escolar e Cultura e Comunicação Social¹³³.

3.3.1 Tomada de posse da Junta Governativa da Madeira e visita à Câmara Municipal do Funchal

No dia 20 de fevereiro de 1976, tomou posse a Junta Governativa presidida pelo primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo. Pelas 16 horas, do mesmo dia, foi recebido na CMF, com uma manifestação apoteótica no Largo do Colégio, dirigindo-se aos funchalenses das varandas da Câmara. Durante a receção ao primeiro-ministro, Virgílio

Pereira expôs o desempenho da CA da CMF, afirmando: “procuramos dar um pouco de água, caminhos e luz aos que têm sido marginalizados na sociedade portuguesa”. Referiu que a CA avançou com a construção de habitação social convicta de que “o povo acreditará plenamente no processo revolucionário que está em curso no nosso País, se o ajudarmos decididamente a melhorar as condições de vida, dando-lhe o máximo que esteja ao nosso alcance”. Salientou também que “a transferência de poderes da administração central para a administração regional não pode significar impasse, paragem ou adiamento da resolução de problemas absolutamente prioritários para as populações”.

No sentido de reforçar a sua posição, acabou o discurso, com o seguinte pedido ao primeiro-ministro: “pedimos, pois a V.Ex.^a, se digne ordenar medidas para que não

¹³² *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de janeiro de 1976, p. 1.

¹³³ *Diário de Notícias*, Funchal, 23 de janeiro de 1976, p. 1.

haja impasses, paragens ou adiamentos na resolução desses problemas”, esperando também “por medidas concretas no que respeita à descentralização financeira”.

Por sua vez, Pinheiro de Azevedo manifestou que “até onde eu puder, terminará hoje, e terminará aqui o isolamento a que o Governo Central tem condenado a mais bela de todas as Ilhas”, afirmando que, no seu governo, iriam corrigir esse erro, pois já tinham o processo de correção, “transferindo para uma Junta Governativa local, grande parte dos poderes até hoje concentrados na esfera do Governo Central”. O primeiro-ministro declarou ter “a certeza de que (...) sentem a necessidade de mais autonomia e menos tutela, ao serem autónomos e responsáveis pela condução local dos interesses locais, se sentirão mais do que nunca portugueses”. Acabou o seu discurso realçando que “na medida em que vos conferimos poderes de autogoverno, teremos criado aqui, para os incertos tempos do futuro, uma reserva de amor à liberdade, à justiça social, à democracia”¹³⁴

3.4 O relacionamento entre o 1.º Governo Regional da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal

Com a aprovação em 2 de abril de 1976 da CRP, pela Assembleia da República, foi consagrado no Título VII - Regiões Autónomas, através do Artigo 227.º, (Regime político-administrativo dos Açores e da Madeira), especificando no seu ponto 1., “ (...) fundamenta-se nos condicionalismos geográficos, económicos e sociais e nas aspirações autonomistas das populações insulares”, revelando no Artigo 228.º (Estatutos), ponto 1., “Os projectos de estatutos político-administrativos das regiões autónomas serão elaborados pelas assembleias regionais e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República” (CRP, 1976: 69).

Em reunião extraordinária efetuada em 26 de abril, a JGM, aprovou o projeto provisório dos estatutos para a RAM e o projeto de lei eleitoral para a eleição da ARM, tendo sido posteriormente enviados para o CR para homologação¹³⁵. O Estatuto provisório da RAM é publicado no *Diário da República*, através do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de abril de 1976, dando cumprimento ao estabelecido no n.º 2. do artigo 302.º da CRP, o qual instituiu que os Estatutos das Regiões Autónomas teriam de

¹³⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de fevereiro de 1976, p. 1 e 5.

¹³⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de abril de 1976, últ .p.

ser promulgados até esta data¹³⁶. Em simultâneo e no mesmo dia foi publicada a Lei Eleitoral para as primeiras eleições das Assembleias Regionais da Madeira e Açores através do Decreto-Lei n.º 318 – E/76. As eleições para os órgãos da RAM, realizaram-se no dia 27 de junho de 1976.

A CMF, em 25 de junho, associando-se à importância que significava a realização, pela primeira vez, de eleições livres, para o primeiro órgão representativo da Autonomia Política e Administrativa da RAM, publicou uma nota de imprensa, na qual alertava os funchalenses sobre o ato eleitoral, destacando a importância das pessoas votarem, porque votar constituía um direito e um dever cívico. Ao mesmo tempo, a CMF expôs os parâmetros de como decorreria o processo eleitoral¹³⁷.

Tal como o previsto, realizaram-se as eleições para a ARM na data anunciada, 27 de junho. Verificou-se, tal como aconteceu nas eleições realizadas em 25 de abril para a Assembleia da República, a vitória no arquipélago do PPD/PSD com (60,38%) dos votos, seguido do PS (22,63%), CDS (9,60%), UDP (5,19%), PCP (1,84%) e MRPP (0,33%). Em resultado do apuramento da votação, foram eleitos para a Assembleia Regional da RAM, pelo PPD, 29 deputados, PS, 8, CDS, 2 e UDP 2, começando assim, uma nova etapa na vida política dos madeirenses.

Estavam assim dados os primeiros passos para que os madeirenses pudessem ver satisfeita uma longa aspiração. Serem governados por órgãos próprios, concretizando um sonho há muito desejado. Esta ambição de autonomia intensificou-se desde o primeiro quartel do séc. XX. A partir dos anos 20, os madeirenses, com maior insistência, lutaram para “alcançar uma administração autónoma mais ampla e radical”, aproveitando as comemorações do 5.º centenário do descobrimento. Estas comemorações “constituíram ambiente próprio para discussão do futuro da Madeira. Tal

¹³⁶No preâmbulo do decreto, alertava-se para o facto deste Estatuto Provisório da RAM, apenas ser “destinado a vigorar até que seja promulgado o Estatuto definitivo a elaborar nos termos da Constituição”. Salientava-se ter sido dado “acolhimento às soluções e fórmulas constantes da proposta da Junta Regional da Madeira”. O Estatuto provisório da RAM era constituído por VII Títulos, nos quais se estabeleciam os diversos órgãos e competências da RAM. O Título I definia que a RAM era composta pelas “Ilha da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens”, constituindo “uma região autónoma da República Portuguesa e é pessoa colectiva de direito público”. O seu artigo 2.º 1., definia que a “autonomia político-administrativa da RAM não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição e do presente Estatuto”. O seu artigo 3.º referia serem “órgãos de governo próprio da região, a Assembleia Regional e o Governo Regional”. A soberania do Estado estava salvaguardada no seu artigo 4.º, referindo que “a soberania da República é especialmente representada na região por um ministro da República”. Este estatuto esteve em vigor até a sua primeira revisão pela lei n.º 130/99 de 21 de agosto, primeira revisão do Estatuto Político-administrativo da RAM (<https://dre.tretas.org/dre/105085/lei-130-99-de-21-de-agosto-> consultado em 10-1-2018).

¹³⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de junho de 1976, p. 5.

objetivo englobava redefinição do relacionamento dos órgãos da administração distrital com o Poder Central”. Os madeirenses e açorianos estavam sujeitos às amarras e à “incapacidade de resolução dos principais problemas das ilhas, por parte das Juntas Gerais, face à falta de recursos financeiros e de competências legais sobre determinadas matérias” (Veríssimo, 1995: 22 e 23). A partir da Constituição de 1976, com a institucionalização das Regiões Autónomas e dos seus órgãos de poder próprios e com o Estatuto provisório e as eleições realizadas no dia 27 de junho de 1976, conseguiu-se, finalmente, a almejada autonomia.

Após as eleições para os órgãos de governo próprio da RAM, a JGM terminou o seu mandato em 28 de setembro de 1976. As suas últimas deliberações foram tomadas na reunião efetuada pela última vez neste dia. Delas constaram a fixação de preços dos táxis para o aeroporto, autorização para instalar “um estabelecimento industrial destinado à fabricação de artigos de matéria plástica, independentemente do cumprimento das formalidades legais”, uma licença para instalar uma destilaria de aguardente de bagaço, de uva, vinho frutas e outros produzidos na Madeira e concedeu a isenção de direitos para a “importação de diversas mercadorias para reconversão da indústria de bordados”¹³⁸.

A tomada de posse da ARM deu-se em 19 de julho de 1976 e presidiu, à sua instalação, o brigadeiro Carlos de Azeredo, em representação do Presidente da República, Ramalho Eanes. Iniciou-se, com este ato, a institucionalização dos mecanismos necessários a uma efetiva autonomia, expressa na CRP¹³⁹.

O primeiro GRM foi empossado no dia 1 de outubro de 1976, por Lino Miguel, ministro da República para a Madeira. Com a entrada em funcionamento do GRM, passados poucos dias, logo surgiu o problema relacionado com a falta de transportes de mercadorias, entre o Continente e o Funchal, e da nova tabela dos fretes marítimos. Esta situação podia levar ao colapso do comércio madeirense¹⁴⁰. A CMF, na reunião de 11 de novembro de 1976, decidiu por unanimidade apoiar o GRM “no sentido de não ser aceite o agravamento dos fretes marítimos entre o Continente e o arquipélago e vice-versa”, porque, segundo a Câmara, estes aumentos trariam “sérios prejuízos para a

¹³⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 2 de outubro de 1976, últ. p.

¹³⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de julho de 1976, p.1 e 5.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 28 de outubro de 1976, últ. p.

economia local e determinará mais uma subida do custo de vida, cujos sacrificados principais serão os munícipes deste concelho”¹⁴¹.

Imediatamente a seguir ao início de funções do primeiro governo da RAM, a Câmara, através dos apoios prometidos pelo referido governo, procurou concretizar o seu plano de atividades. Este plano foi tornado público em março de 1976, mas, “até a data não teriam obtido qualquer garantia financeira por parte do Governo Central”. Deste plano de atividades, aprovado em 11 de setembro de 1975, constava: a concretização de arruamentos e obras novas, higiene e limpeza, renovação do parque de máquinas, habitação social, chamando a atenção de ainda não se ter iniciado as obras de construção do Bairro de Santo António. A construção deste bairro veio a ser apoiado pelo GR, segundo circular enviada à Câmara. Na reunião de 9 de setembro de 1976, a edilidade, resolveu abrir concurso limitado para a construção do referido bairro¹⁴². Deste plano, constou ainda a abertura de concurso público para 77 fogos no Bairro do Hospital, o qual, estava a ser analisado pelo FFH. Outra obra prevista, foi a construção de 100 fogos, estando a ser reapreciado, pelo facto do FFH em Lisboa, “ter considerado que as habitações propostas teriam custos excessivos e não se enquadravam no tipo de habitação prevista para habitação social”.

Do referido plano, fez parte, a aquisição de terrenos, ampliação do Mercado dos Lavradores, renovação urbana, em especial os planos parciais das zonas do Pilar, Barreiros, Madalena, Achada e Amparo e o plano parcial da Nazaré em colaboração com o FFH¹⁴³. O relacionamento entre a Câmara e o GR pautou-se por imprimir uma maior celeridade na resolução de problemas que afetavam os funchalenses. Por outro lado, com a entrada em funcionamento das instituições autonómicas, consagradas na Constituição de 1976, os madeirenses impulsionaram um poder mais reivindicativo junto do Estado. Acelerou-se junto do Governo Central, a transferência de competências, políticas e financeiras, para melhor poder resolver os problemas que assolavam a RAM.

¹⁴¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 12 de novembro de 1976, p. 7.

¹⁴² CMF, L.º de Atas, n.º 100, f. 195 e L.º n.º 101, f. 2.

¹⁴³ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de março de 1976, p. 6.

Capítulo 4 – As eleições autárquicas de 1976

Tendo sido aprovada a nova CRP, em 2 de abril de 1976, realizaram-se, no dia 25 do mesmo mês, as eleições para a Assembleia da República. Passados dois meses, os portugueses voltaram, novamente, a ser chamados a votar para eleger o Presidente da República e as Assembleias Regionais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, em 27 de junho do mesmo ano. Faltava apenas concretizar um ato eleitoral previsto na nova Constituição: as eleições para os principais órgãos das autarquias locais.

As eleições para os órgãos do poder local foram entretanto marcadas para o dia 12 de dezembro de 1976, cumprindo-se o estabelecido nos artigos 237.º, 238.º e 239.º, da CRP. Com a realização destas eleições, completou-se o processo de transformação do país. Passou a existir novas “formas de administração autónoma dos interesses das populações residentes numa freguesia ou num município, e não um meio indirecto do governo” (Mattoso, 1997: 198). A eleição direta das pessoas para os novos órgãos autárquicos, pôs termo a 48 anos de subordinação a um poder centralista e ditatorial. Consolidou-se a democracia e os valores expressos pelo programa do MFA, apresentado aos portugueses, no dia 25 de abril de 1974.

Na primeira República, logo após a sua implementação, em 5 de outubro de 1910, restituiu-se ao povo, uma das suas bandeiras políticas, o poder local. Promulgou-se em 13 de Outubro de 1910, o Decreto-Lei, que repôs, “o Código Administrativo de 1878, de feição descentralizadora, da autoria de Rodrigues Sampaio, como texto fundamental para a regulação da vida dos corpos administrativos, até à elaboração de um novo código administrativo” (Ferreira, 2007: 54). Passados 66 anos, com a aprovação da CRP de 1976 e a realização das eleições para as autarquias, em 12 de dezembro de 1976, restituiu-se aos portugueses, uma das mais representativas expressões genuínas de governação popular, o poder local. Este constitui o núcleo da descentralização política do país e da região.

Logo a seguir à Revolução do 25 de abril, procurou-se eliminar os resquícios da ditadura Salazarista/Marcelista, nomeadamente, substituindo as pessoas que exerceram poderes e cargos de chefia, implementando uma política democrática ao serviço do povo. A importância de voltar a descentralizar e dar poder às autarquias locais foi reconhecida pela CRP de 1976. Nos seus artigos 237.º, ponto 2. definia-se que “As

autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos (...) e no que respeita às regiões autónomas, no ponto 2., do artigo 238.º acrescentava que “compreendem freguesias e municípios”, sendo a sua tutela, conforme o descrito no artigo 243.º, “nos casos previstos da lei, competindo no Continente ao Governo e nos Açores e Madeira aos respectivos órgãos regionais” (CRP, 1976: 73 e 74).

As eleições para a ARM clarificaram o ambiente político regional e demarcaram as influências, tanto dos partidos como das organizações políticas sediadas na região. Tínhamos uma extrema-esquerda muito ativa e houve uma demarcação politico-ideológica bastante acentuada. Os partidos conotados por um lado com a extrema-esquerda (GDUPS, FERP, FEC/ML, UDP, MES), de esquerda (PS e PCP) e o centro/direita, PPD/PSD e CDS. Nesta altura, viveu-se também num ambiente de medo e terror, devido à ação bombista, desencadeada pela organização separatista, FLAMA.

Logo após a tomada de posse do primeiro GRM, liderado por Ornelas Camacho, com o começo da descentralização e da institucionalização da autonomia política e administrativa do arquipélago, deram-se os primeiros passos com vista a um novo ciclo político. Para os madeirenses, habituados que estiveram, largos anos, a depender dos “senhores do Terreiro do Paço”, foi necessário deixar de “ser complacente perante os graves problemas do arquipélago (...). Nenhuma geração pensamos, enfrentou como agora a opção de uma verdadeira Autonomia que temos de arranjar. Conforme nós, madeirenses, a desejamos” (Cabrita, 1976: 2). A marcação das eleições para os órgãos do poder local para o dia 12 de dezembro, tornou a vivência política regional muito mais agressiva. O confronto ideológico, programático e de conceitos, entre as várias forças políticas que se apresentaram ao ato eleitoral, tornou-se mais aguerrido.

A apresentação dos candidatos, aos eleitores, para os novos órgãos autárquicos obrigou a “um amplo recrutamento de muitas dezenas de milhares de pessoas em todo o país que passaram a constituir uma vasta rede de participação democrática das populações” (Ferreira, 1994: 199). De acordo com Virgílio Pereira, os novos autarcas “tinham por preocupação principal o estabelecimento de um relacionamento com os municípios o mais humanizado possível, com o objectivo de merecer deles a confiança para a resolução de problemas comunitários”¹⁴⁴. Consolidou-se a nossa autonomia e descentralização. Pôs-se fim a um regime que funcionou durante muitos anos, segundo

¹⁴⁴ Pereira, Virgílio, “40 anos do poder autárquico: V”, *Tribuna da Madeira*, Câmara de Lobos, 10 de Fevereiro de 2017, p. 9.

a concessão de benesses, conforme o paternalismo de alguns e da sua influência política.

4.1 As forças políticas concorrentes às primeiras eleições à Câmara Municipal do Funchal

O PPD/PSD foi a primeira organização política a apresentar as suas listas de candidatos. Apresentou no dia 28 de outubro de 1976, no tribunal do Funchal, as listas de todos os seus candidatos às eleições autárquicas da RAM¹⁴⁵. Para o concelho do Funchal, a lista apresentada à CMF foi encabeçada por Virgílio Pereira, na qualidade de independente. De acordo com o próprio, tinha sido convidado por diversos partidos, mas “impusera sempre a condição de aceitarem a lista que eu apresentasse e a minha não filiação. Só o PSD/M concordou. Então concorri por ele, nessa condição que conservei (...), até Janeiro de 1983” (Pereira, 2011: 78). Para a AMF, este partido apresentou como cabeça de lista, Jorge Luís Acciainoli de Freitas¹⁴⁶.

No mesmo dia, o CDS, apresentou no referido tribunal as suas listas. Encabeçou a lista à CMF por este partido, José Manuel Ferraz da Veiga França¹⁴⁷ e para a AMF, Manuel Jorge Vilhena de Andrade¹⁴⁸. Por sua vez, o PS, apresentou como candidato à CMF, Cristiano António Silva Barros¹⁴⁹, e para a AMF, David Caldeira Ferreira, na qualidade de candidato independente¹⁵⁰.

Os últimos partidos a apresentar os seus candidatos às autarquias, foram a FEPU e os GDUPS. A FEPU tinha como candidato à CMF, João Abel de Freitas, que fez parte da JPM¹⁵¹ e à AMF, Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira¹⁵². Os GDUPS apresentaram, Francisco Vieira Fernandes como candidato à CMF¹⁵³ e Henrique Fernandes Sampaio, à AMF¹⁵⁴.

¹⁴⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de outubro de 1976, p. 5.

¹⁴⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de novembro de 1976, p. 7.

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de outubro de 1976, p. 5.

¹⁴⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de novembro de 1976, p. 7.

¹⁴⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de outubro de 1976, p. 5.

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de novembro de 1976, p. 7.

¹⁵¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 31 de outubro de 1976, p. 5.

¹⁵² *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de novembro de 1976, p. 7.

¹⁵³ *Diário de Notícias*, Funchal, 31 de outubro de 1976, p. 5.

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de novembro de 1976, p. 7

4.2 A campanha eleitoral para a Câmara Municipal do Funchal

Com a apresentação no tribunal das listas dos candidatos, os partidos e organizações políticas intensificaram a sua ação política, tendo em vista, divulgar junto da opinião pública, os seus candidatos e respetivos programas.

Pelo significado e importância que se revestiam estas eleições, em 1 de dezembro de 1976, o *DN* publicou uma nota do seu “conselho de redação”, expondo os critérios que adotaria na cobertura da campanha eleitoral para as referidas eleições. De acordo com a referida nota, este órgão de comunicação social, publicaria as notícias acerca da realização de sessões de apresentação de candidatos, as repostas ao inquérito realizado pelo matutino, junto de cada grupo candidato, noticiaria na véspera os acontecimentos e realização de sessões de esclarecimentos e propaganda eleitoral, fazendo a cobertura jornalística (texto e fotos) do ato eleitoral. Por fim, afirmou o *DN* “tomaremos a liberdade de reciclar a publicação de texto não de acordo com a lei eleitoral”, tendo, “sempre em linha de conta um critério uniforme de apartidarismo”¹⁵⁵.

A campanha eleitoral desenrolou-se entre os dias 1 e 10 de dezembro de 1976, para os diversos partidos e organizações políticas poderem apresentar os seus candidatos e programas. Ao ato eleitoral, pelo concelho do Funchal, concorreram cinco organizações políticas, ditando o sorteio para os boletins de voto aos respetivos órgãos, a seguinte ordem: GDUPS; FEPU; PS; CDS e PPD/PSD.

O PPD/PSD, o partido mais votado nas eleições para a ARM, procurava manter a sua hegemonia política no arquipélago, ao apresentar como cabeça de lista à CMF, Virgílio Pereira¹⁵⁶. Este, enquanto esteve à frente da CA da CMF, cultivou admiração junto dos funchalenses e também por parte de forças políticas ligadas à esquerda. Tinha sido cobiçado pelo PS que o havia contactado para ser seu candidato nas suas listas à Assembleia da República, mas recusou¹⁵⁷. Todos os partidos concorrentes a estas

¹⁵⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de dezembro de 1976, p.1

¹⁵⁶ No seu livro *Alguns Olhares*, Virgílio Pereira referindo-se ao convite endereçado pelo presidente do PPD/PSD, disse que “em meados de 1976, o meu amigo Dr. Alberto João Jardim, me deu sinais de estar interessado na continuidade da equipa da Comissão Administrativa (CA) na CMF. Para isso propunha a nossa candidatura, com os arranjos que fossem necessários fazer (...)”. Este “namoro”, já vinha desde meados de 1974, atendendo ao facto de Alberto João Jardim já o ter convidado para aderir ao PPD/PSD, mas, Virgílio Pereira, embora a ideologia deste partido o sensibilizasse resolveu “continuar, como não filiado em qualquer força partidária. Mas aquela era a da minha predilecção” (Pereira, 2007: 15 e 16).

¹⁵⁷ Segundo Virgílio Pereira, foi convidado em 1976, por mais de um partido, para se candidatar às eleições legislativas nacionais. Entre esses convites, um foi do “Dr. Mário Soares, acompanhado do Eng. Lopes Cardoso e o Dr. Tito Morais, expressou-me o pedido de que eu concorresse pela Madeira à

eleições, procuraram, para além de ganhar a Câmara do Funchal, diminuir a hegemonia política do PPD/PSD na região.

A CMF tinha uma posição de relevo no xadrez político regional, dado ser a principal Câmara do arquipélago. Era aqui que estavam concentrados o maior tecido económico e empresarial do arquipélago. A sua importância no panorama político-económico-social fez aumentar a disputa entre as forças políticas regionais, para a sua conquista. Todos queriam obter posição privilegiada na principal Câmara do arquipélago, daí o crescimento da disputa e campanha, muitas vezes agressiva, para ver quem obteria a vantagem da sua governação.

4.2.1 Os inquéritos do *Diário de Notícias* aos partidos e organizações políticas

O *DN*, conforme estipulado pelo seu “concelho de redação”, deu início no dia 5 de dezembro de 1976, à publicação do inquérito feito às organizações concorrentes às eleições autárquicas. Deste inquérito, constavam quatro perguntas: 1.^a - Que importância atribui o vosso partido à realização das eleições para as Autarquias Locais? 2.^a - Que pensa o vosso partido da Lei Eleitoral ratificada pela Assembleia da República e do método de proporcionalidade que ela preconiza para as Autarquias Locais? 3.^a - Quais, na opinião do vosso partido, os benefícios concretos que tais eleições, neste momento poderão trazer ao povo madeirense? 4.^a - Quais as bases principais em que assenta a vossa campanha”.

O primeiro partido político a responder a este inquérito do *DN* foi o CDS, no dia 5 de dezembro. Relativamente à primeira pergunta, deu relevo à sua importância por duas ordens de razão. Primeiro porque era a “democracia que se completa com este acto eleitoral, finalizando-se um ciclo de democratização das instituições”. Segundo, o país ficava dotado de “instituições representativas da vontade popular, proporcionando-se aos cidadãos uma participação na vida política” e realçando o facto de estas eleições serem consideradas “como um verdadeiro teste perante a política socialista praticada neste país nos últimos dois anos”. Estas eleições foram vistas pelo CDS como sendo “um barómetro indicativo do descontentamento popular perante a situação económica criada” e outros aspetos económicos daí advindos, nomeadamente, “o endividamento

Assembleia da República. Encontrámo-nos num almoço que ofereceu num restaurante da Matur, mas decidi não trocar o Funchal por Lisboa” (Pereira, 2011: 79).

constante do país para com o exterior, o aumento do custo de vida, a inflação, o desemprego”, o que para este partido pode contribuir para que os eleitores optem pela mudança¹⁵⁸.

Em contrapartida a FEPU defendeu, ser estes órgãos “os que estão mais directamente em contacto com grande parte dos problemas da população”, sendo a escolha das pessoas que ocuparam estes lugares, “a resolução ou não dos problemas que atormentam o nosso povo”, relembrando as “câmaras e regedores da época fascista”. Segundo a FEPU, estas eleições são “um marco importante na consolidação de um regime democrático já consagrado na constituição”, sendo necessário impedir “o regresso a um passado fascista de opressão e miséria, de corrupção e completo desprezo pelos interesses do povo português”, salientando a grande importância do próximo ato eleitoral¹⁵⁹.

Os GDUPS realçaram que estas eleições “têm uma grande importância para o avanço da luta do povo trabalhador”, pelo facto de na Madeira, antes do 25 de abril, “o fascismo não permitiu que houvesse Juntas de Freguesia” e as câmaras eram “compostas por pessoas de confiança do fascismo que nada faziam a favor dos pobres”. Sublinharam que na região “nenhum saneamento foi feito e tudo continuou a funcionar da mesma forma que antes, contra os interesses de quem trabalha”. De acordo com esta organização, apenas em Machico, “o povo conseguiu, pela primeira vez, fazer eleições para a Câmara”. Para este movimento, as câmaras, as assembleias municipais e de freguesia, “só avançarão na resolução dos problemas do povo pobre, quando for o povo pobre a estar nesses postos de governo¹⁶⁰”.

Nesta perspetiva, enquanto os GDUPS assumiram a sua preponderância no que concerne ao poder popular, o PPD/PSD referiu sentir-se “profundamente identificado com o povo madeirense” e por isso participou nestas eleições, com a intenção de “emancipar da tutela asfixiante do governo de Lisboa”, competindo às pessoas “livremente escolher como as mais competentes e capazes”, para estarem à frente dos concelhos e freguesias.

Segundo este partido, o que interessa é o povo ter uma “vida mais digna e dum maior bem-estar”, sendo as suas listas constituídas “com pessoas honestas e

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 5 de dezembro de 1976, p. 9.

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de dezembro de 1976, p. 3.

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de dezembro de 1976, p. 7.

competentes que saibam assumir, com dignidade e eficiência as funções para que forem eleitas”, e habitantes dos próprios meios locais, porque estes sentem na vida do seu dia-a-dia os problemas do meio¹⁶¹.

Por sua vez, o PS, quanto a esta matéria, mencionou o “Decreto-Lei 318-D/76 de 30 de abril de 1976, que consagra o Estatuto da RAM, tendo em vista a participação democrática dos cidadãos” e entendeu estar a dar-se “um passo definitivo no caminho da criação das bases indispensáveis para uma autêntica democracia regional”. Referiu-se ainda ao facto de através deste partido e da sua intransigente defesa de um “projecto democrático de unidade nacional a restituição às populações locais dos instrumentos do exercício democrático, depois de tantos anos de marginalização”, a região passou a ser mais autónoma¹⁶².

Relativamente à lei eleitoral ratificada na Assembleia da República e do método da proporcionalidade para os órgãos autárquicos, o CDS aludiu ter tomado “uma posição clara quanto à legislação relativa às autarquias locais, denunciando o entendimento monolítico do PS com o PCP na discussão daqueles diplomas”, e ao facto de “nenhuma das várias propostas de melhoria da referida legislação, apresentada pelo CDS ter sido aprovado”. Segundo este partido, denotava-se a “forma limitada e acanhada com que o partido do governo e os comunistas definiram as competências e iniciativas dos órgãos locais”. Este partido, rejeitou sem êxito o “critério da proporcionalidade para os órgãos executivos das autarquias, câmaras e juntas de freguesia”, defendendo esta opção apenas para as Assembleias Municipais e de Freguesia¹⁶³.

De acordo com a FEPU, esta lei foi tardiamente elaborada e divulgada, colocando “obstáculos praticamente intransponíveis à participação unitária nas eleições de grupos de cidadãos”. Esta situação levou a “grupos de moradores que já deram provas e merecem confiança das populações para defesa dos seus problemas tenham recorrido à FEPU”. Criticou aqueles que conceberam “obstáculos à participação popular” e às “sucessivas alterações à lei, à medida que reconheciam que os seus

¹⁶¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de dezembro de 1976, p. 3.

¹⁶² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de dezembro de 1976, p.3 e 5.

¹⁶³ *Diário de Notícias*, Funchal, 5 de dezembro de 1976, p. 9.

partidos não eram capazes de os superar”, ao contrário da FEPU, que já tinha as suas listas prontas a entregar no prazo estipulado inicialmente pela lei¹⁶⁴.

Para os GDUPS, esta lei “foi feita no sentido de impedir que os grupos de cidadãos se pudessem candidatar livremente às eleições para as autarquias locais”. Contestou o facto de se pedir “um número exagerado de assinaturas para a legalização das listas” e “fossem feitas por ordem alfabética”. Falou sobre a necessidade de que “o povo seja esclarecido através dos órgãos de comunicação social, da rádio e da televisão”, apelidando o PS e o PPD/PSD de tentarem “impedir que a voz da verdade, a voz dos trabalhadores organizados nos GDUPS seja ouvida por todo o povo pobre”. Sobre a proporcionalidade, o movimento concordou porque, “permite que todos os partidos tenham representantes nos organismos para onde vão ser eleitos”¹⁶⁵.

Por sua vez, o PPD/PSD, relativamente a esta questão, explicou que “o PPD/PSD apenas é contra a aplicação do critério da proporcionalidade em relação aos órgãos executivos do poder local – Câmara e Junta de Freguesia“, e não em relação aos órgãos deliberativos, assembleias municipais e de freguesias. De acordo com este partido, apenas não concordou com “a aplicação pura e integral do critério da proporcionalidade, aceitando que esse critério fosse aplicado com correções, (...) que se evitassem os seus efeitos mais graves de paralisação da eficácia dos órgãos”. Frisou também que “o PPD/PSD defendeu o sistema intermédio da chamada lista incompleta, utilizando nalguns países democráticos”. Para os social-democratas, um verdadeiro poder local exigia para as câmaras e juntas, equipas de pessoas que se entendessem, por isso, o PPD/PSD, combateu na Assembleia da Republica o “sistema de proporcionalidade como ele foi defendido pelo PS e pelo PCP”¹⁶⁶.

Os socialistas entenderam que com a posição tomada acerca desta matéria, “pretendeu interpretar fielmente o imperativo constitucional que consagra a participação directa e activa dos cidadãos na vida nacional, a qual só será efectiva e democrática se apoiada no sistema proporcional”. O PS defendeu a existência das autarquias locais representativas onde “haja uma representação tanto quanto possível fiel do conjunto da população”, realçando ao mesmo tempo como “é importante que os cidadãos se habituem a dialogar em função dos interesses que dizem representar que são os

¹⁶⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de dezembro de 1976, p. 3.

¹⁶⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de dezembro de 1976, p. 7.

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de dezembro de 1976, p. 3.

interesses locais”, defendendo a aplicação do método proporcional de Hondt, “ainda que estivesse certo que ganharia as eleições em maior número de concelhos”, relativamente ao PPD/PSD, CDS e PCP ¹⁶⁷.

Quanto à terceira pergunta, acerca dos benefícios concretos que as eleições podiam trazer aos madeirenses, os centristas afirmaram, possuir um conceito bem claro da descentralização, que se “traduz num apoio à energia criadora e à iniciativa espontânea das populações”. A confiança, competência dos dirigentes autárquicos e a descentralização significava, para o CDS, “auto-governo e autonomia das próprias comunidades rurais e urbanas”, defendendo que “devem ser colocadas pessoas com iniciativa e capacidade reivindicativa e não apenas dóceis agentes do Governo regional”. Para estes “os madeirenses saberão escolher qual o voto certo para que as autarquias locais não caiam no marasmo e no esquecimento”. De acordo com o CDS, é preciso não esquecer o que aconteceu no passado dependente do “dirigismo centralizado do partido único” ¹⁶⁸.

Em contrapartida, a FEPU, afirmou que os mesmos benefícios dependiam dos próprios resultados eleitorais. Para esta força política se ganhassem as forças anti-democráticas, “ nenhuns benefícios virão para o povo madeirense”, realçando que “se têm manifestado para evitar o regresso a esse passado”, procurando obter “uma vida melhor, de bem-estar e progresso”. Salientou ser a FEPU “uma grande realidade política, um vasto plano de cooperação entre democratas de diversas tendências”, procurando “unir um país novo, democrático, aberto ao progresso social, liberto das cadeias da opressão e miséria do passado”¹⁶⁹.

Para os GDUPS, “estas eleições vão trazer benefícios ao povo pobre da Madeira e Porto Santo”. Segundo este movimento, “após o 25 de Abril, o povo trabalhador começou a construir de novo a sua unidade perdida pelas manobras de divisão dos partidos burgueses e fascistas”. Este movimento afirmou que “a triste realidade da nossa região é em cada 100 famílias, 17 não terem luz em casa, 33 não terem água, 54 não terem esgotos e em cada 100 pessoas com mais de 20 anos cerca de 50 não terem a quarta classe”. De acordo com os GDUPS, a sua lista foi constituída por “trabalhadores que são também pobres e sentem bem na carne a miséria e o sofrimento”, esperando a

¹⁶⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de dezembro de 1976, p. 3 e 5.

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 5 de dezembro de 1976, p. 9.

¹⁶⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de dezembro de 1976, p. 3.

vitória das listas de unidade popular em muitos sítios, apelidando “o PS que está no Governo Central, quer o PPD que está no Governo Regional só têm procurado ameaçar e atacar as conquistas do 25 de Abril para mais depressa abrirem o caminho ao fascismo”¹⁷⁰.

Analisando os benefícios concretos das eleições para os madeirenses, na ótica do PPD/PSD, pretendia-se “através delas, introduzir uma profunda mudança neste País (...) a esperança no futuro, a confiança nos homens, o progresso que construímos dia a dia”. Afirmou lutar por um país novo que “será aquele que, fiel à sua cultura e à sua identidade possa, finalmente assumir-se em termos de instituições democráticas”, o que significa, “poder efectivo dos cidadãos”. Para este partido, a mudança significaria para as populações locais, “o termo da dependência, do arbítrio, da corrupção da autoridade, do esquecimento injusto da existência de milhões de portugueses”, criando condições para os cidadãos usufruírem da liberdade, progresso, justiça social, instrução e uma vida mais digna¹⁷¹.

Finalmente para o PS, as novas estruturas da administração local deviam procurar “resolver a contento, a maioria dos problemas que afligem as populações das freguesias e municípios, mas também da competência e honestidade das pessoas que vierem a gerir as autarquias”. Para os socialistas, os órgãos de poder local deveriam ser “instrumentos de participação democrática das populações na resolução dos problemas quotidianos que as afectam”. Para este partido, os eleitores ao votarem nos seus candidatos, estarão a dar a sua confiança a cidadãos honestos, empenhados e a participar na resolução dos problemas locais e não em “aproveitar-se destas eleições para dificultar o funcionamento das instituições democráticas consagradas na constituição”¹⁷².

Respondendo à última pergunta, sobre quais as bases que assentavam a sua campanha, o CDS defendeu ter por princípio, mostrar a sua “oposição ao socialismo, a oposição à esquerda, a oposição ao totalitarismo”, pretendendo que as autarquias sejam “descentralizadas, autónomas e independentes”. Advogou a concretização das necessidades da população, assente na “linha ideológica que o CDS é portador, o Humanismo Personalista de inspiração Cristã”. Expressou ser o voto neste partido o da

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de dezembro de 1976, p. 7.

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de dezembro de 1976, p. 3.

¹⁷² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de dezembro de 1976, p. 3 e 5.

“iniciativa do povo da Madeira contra o socialismo democrático, das políticas planificadoras, colectivizantes ou socializantes”¹⁷³.

Numa outra perspetiva e contrapondo a visão dos centristas, a FEPU, entendeu “que a batalha principal é contra os caciques e as forças reacionárias que querem ganhar posições nas administrações locais”. Para esta frente eleitoral, a campanha assenta essencialmente em quatro pressupostos: campanha voltada para os problemas concretos do povo, reforço da participação popular, defesa intransigente da unidade entre todos os que estejam interessados em impedir o regresso ao passado e por último evitar responder às provocações e calúnias, nomeadamente das “forças anti-democráticas e reacionárias”¹⁷⁴.

Com uma visão mais populista, o movimento os GDUPS afirmaram que “grande parte do povo vive em barracas, furnas e casas sem um mínimo de condições”, levando este movimento a lutar por uma “justiça condigna, contra a alta do custo de vida, pela criação de cooperativas de produção e consumo, pelo combate ao açambarcamento dos grandes intermediários e armazenistas”. Por fim, consideraram que “os pides e bombistas são inimigos confessos dos trabalhadores e pontas de lança do fascismo”, pelo que, “opor-nos-emos com o povo, contra a sua libertação e pela sua prisão, travando deste modo o avanço do fascismo”¹⁷⁵.

Por fim, e respondendo à última pergunta, em que assentava a campanha do PPD/PSD, este disse basear-se “no conjunto de programas e candidatos que o povo madeirense terá de fazer a escolha”, empenhando-se para que “aos nossos concelhos seja finalmente atribuída, em termos concretos, aquela independência financeira que a Constituição da República já lhes reconheceu” Para este partido era necessário pôr fim a que as autarquias deixem de viver “como até aqui de subsídios e comparticipações do governo e terão as suas receitas próprias, provenientes de parte dos impostos directos arrecadados na sua área”. Com esta medida, romper-se-ia “definitivamente o laço da dependência financeira que ligava as autarquias ao Governo Central”, construindo-se as estruturas básicas para o exercício de um verdadeiro poder local ao serviço das populações¹⁷⁶.

¹⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 5 de dezembro de 1976, p. 9.

¹⁷⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de dezembro de 1976, p. 3.

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de dezembro de 1976, p. 7.

¹⁷⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de dezembro de 1976, p. 3.

Por último e referindo-se à quarta pergunta do inquérito do *DN*, sobre quais as bases principais que apresentava na campanha, o PS pretendeu apresentar-se “contra intransigências e sectarismos”, “contra a demagogia fácil”, procurando ser “honesto, reunindo nas suas listas elementos que aliam a uma indiscutível vocação democrática, a experiência profissional e a competência”. Por fim, enalteceu a importância da relação que deveria existir entre as autarquias e os serviços administrativos para que “se possa estabelecer um diálogo franco e construtivo” entre as diversas instituições. Referiu-se também ao facto das autarquias serem geridas pelo mesmo partido o que provocaria “um quadro de partido onipotente, impedindo-se o diálogo crítico e construtivo sobre os interesses da população”, defendendo ao mesmo tempo, “o exercício de uma autêntica autonomia financeira e então sim, a autonomia indestrutível das ilhas”¹⁷⁷.

4.2.2 Os comícios dos partidos e organizações políticas

Os partidos e organizações políticas optaram pelos comícios de apresentação dos seus candidatos, como forma de dar a conhecer à população, os seus respetivos programas eleitorais. Para tal, procuraram os lugares de maior notoriedade para exercer esse fim. A CMF pôs à disposição das organizações políticas envolvidas no ato eleitoral, para além das escolas primárias, o Teatro Municipal Baltazar Dias e o Jardim Municipal, para que estes pudessem utilizá-los para a realização de ações de campanha eleitoral.

PS

O PS foi o primeiro partido a realizar o seu comício no Teatro Municipal do Funchal, no dia 4 de dezembro de 1976, para apresentação dos candidatos ao concelho do Funchal. Marcou presença neste comício, Sottomayor Cardia, ministro da Educação e Investigação Científica no Governo Central. Abriu o comício, Maria Luísa Silva, candidata à Assembleia Municipal, tecendo vários “considerandos sobre o significado e cariz das autarquias locais, numa análise comparativa entre o passado que tiveram e o futuro a proporcionar”.

¹⁷⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de dezembro de 1976, p.3 e 5.

Na qualidade de líder parlamentar na ARM, e candidato à Câmara, João Henriques da Conceição, dirigiu-se aos presentes, e referiu a importância do próximo ato eleitoral. Afirmou que “pela primeira vez as populações vão beneficiar do ensejo de poderem tornar-se porta-voz de todos os seus problemas, problemas e necessidades a deixar nas mãos daqueles em quem confiar”. Criticou “a falta de lisura oferecida pelo partido maioritário da região que saiu à rua com manifesto, folhas insinuosas e de vis calúnias, revelando a sua habitual agressividade a denotar receios em manifestação de fraqueza”. Por sua vez, Teresa Pinheiro, interveio, na qualidade de candidata à Câmara, garantindo todo o “empenhamento até ao limite das nossas forças para lutar pelo povo”.

Carlos Bixirão falou acerca da questão do Plano Diretor da Cidade do Funchal, o qual havia sido elaborado em 1972, frisando “a necessidade premente de o tornar sempre actualizado, inserindo-o e adaptando-o numa construção social em larga escala e procurando fazer face, de modo permanente às carências de saneamento básico”.

David Caldeira, candidato independente pelo PS à AMF, afirmou aos presentes o compromisso deste partido na CMF, procurando auscultar a população, “no intuito de detectar e inventariar as suas necessidades, depois de ter um conhecimento exacto dos recursos financeiros e técnicos de que a Câmara poderá vir a dispor”. Representando a juventude, João Nunes apontou “como frenesi muitas das carências porque passa a juventude”. Antes de Sottomayor Cardia usar da palavra, Cristiano Barros de Freitas, candidato à presidência da Câmara, expressou diversos conceitos sobre o PS e as eleições que aí vinham, afirmando que “o PS não quer saber dos defeitos que possam apontar a outras figuras de outros partidos. O PS quer saber apenas da competência dos seus candidatos. O PS é leal, competente, democrata”.

Ao encerrar o comício, Sottomayor Cardia frisou, que há tempos atrás “fizera questão para que as eleições para as autarquias fossem as primeiras do processo. Porém não nos quiseram ouvir e foi pena, receavam já nessa altura, perder na base os apoios importantes do povo”. Para este orador, com a realização deste ato eleitoral para as autarquias, “será dada a última machadada ao pai do Código Administrativo Português (Dr. Marcelo Caetano)”. Segundo Cardia, os municípios “passaram a pertencer às populações de facto, porque os governos não podem governar sem elas”. Terminou o seu discurso, manifestando que “compete ao PS a tarefa histórica de salvar a revolução de abril. Temos boas razões para estarmos confiantes e de modo algum nos sentimos em perigo”, não deixando de referir o facto de ser o PS “o traço de união entre os

portugueses do Continente e da Madeira. Lutemos pelo equilíbrio da sociedade portuguesa”¹⁷⁸.

CDS

O segundo partido a apresentar os seus candidatos, foi o CDS, em 6 de dezembro de 1976, no Teatro Municipal, com a presença de Adelino Amaro da Costa, vice-presidente deste partido. Vasco Catanho foi o anfitrião do comício. Começou por proceder à chamada dos diversos elementos candidatos aos diversos órgãos que compõem a autarquia funchalense. Após este ato, falou o presidente da Juventude Centrista, José Manuel Rodrigues, realçando “as virtudes do programa do CDS”, como sendo a “única alternativa ao socialismo que nestes dois anos arrastou o País para o caos”.

A candidata à AMF, Maria Eugénia Santa Clara Gomes, centrou o seu discurso “num apelo à coragem das mulheres no sentido de demonstrar à população que o seu futuro será assegurado por um projecto centrista em que a liberdade e a segurança constituem condições indispensáveis numa sociedade organizada”. Referiu-se ao papel da mulher como mãe e às crianças que mereceram uma análise detalhada desta candidata, “concretamente à droga, à imoralidade, à pornografia e à corrupção da juventude”.

José António Gonçalves usou da palavra na qualidade de candidato a vogal da CMF. Aludiu que “o povo não é socialista e o voto no CDS construirá uma Madeira entregue ao homem e não para ser um produto de uma máquina do Estado”. Para este candidato, a alternativa que o povo madeirense necessitava era de “gente CDS nas autarquias locais para que o Governo Regional não domine como fantoches essas autarquias”.

O candidato à presidência da CMF, Jorge da Veiga França, comparou o modo da atuação das autarquias durante o “Estado Novo” e depois. Referindo-se ao PPD/PSD, afirmou que “parece continuar agarrado à concepção do passado que o 25 de Abril banuiu da sociedade portuguesa”. Terminou o seu discurso focando os “objectivos e prioridades a satisfazer”, enumerando-os tais como: lançamento de projetos de estradas

¹⁷⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 5 de dezembro de 1976, p. 5 e últ.

de acesso ao Funchal, a construção de parques de estacionamento urbano, facilidades e incentivos à construção urbana, continuação e esforço no sentido do lançamento da rede de esgotos e água, não esquecendo também a “satisfação das aspirações dos funcionários municipais”.

Seguidamente, Baltazar Gonçalves, na qualidade de presidente da comissão executiva e líder parlamentar do CDS na ARM, usando da palavra destacou, que “sem preocupação triunfalista não fazemos promessas gratuitas mas apresentamos um conjunto de pessoas que são conhecidas e honradas”. Adelino Amaro da Costa encerrou o comício. Referiu-se aos incidentes recentes que militantes do CDS tiveram na Ponta do Sol, condenando os que “herdaram métodos de Gonçalves e o espírito de Cunhal mas nós não aceitamos nem, os neo-gonçalvistas, nem os neo-cunhalistas, mesmo que tenham assento na Assembleia Regional”. Alvorçou para a necessidade de “pôr o CDS nas câmaras para se resolverem os problemas, para as coisas andarem para a frente (...) naquilo que os madeirenses acreditam e por isso o CDS preconiza uma completa autonomia porque acredita nos madeirenses”¹⁷⁹.

FEPU

Por sua vez, a FEPU apresentou os seus candidatos no dia 9 de dezembro de 1976, no Teatro Municipal. O escultor Anjos Teixeira saudou os que estavam na sala, “em defesa de um projecto que como o nosso pretende banir da sociedade o luxo e a miséria”. Mencionou o facto dos presentes e do seu espírito democrático, contribuírem para a “consolidação da liberdade, do civismo e da democracia na nossa terra”. Referiu, ainda, que os cidadãos que integravam as listas da FEPU, “não se candidatam à procura de tacho (...) nas nossas listas estão cidadãos comuns, pessoas vulgares que sempre sentiram na carne as dores da exploração e da incerteza”.

Caracterizou os candidatos desta frente eleitoral, como sendo pessoas “que deixam os filhos sozinhos em casa, andam de autocarro, pagam rendas de casa, sem água e até pagam roda de caminho mas andam nas veredas sem luz nem segurança”. Para Anjos Teixeira, a FEPU colocou o povo à frente dos órgãos do poder local porque

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de dezembro de 1976, p. 5 e últ.

desejam “construir na nossa terra uma sociedade mais digna pelo trabalho, mais livre pela cultura e mais justa pela igualdade”.

José Manuel Paulo alertou para a necessidade de os madeirenses “fugir da apatia que nos é normal e votar nas pessoas em quem acreditamos”, focando o problema da “carência de verbas para as necessidades do concelho e anunciaria factores vários com incidência na vida futura do organismo”. Para Natividade Castro, existiam muitos problemas relacionados com a mulher, afirmando que “unidas são capazes de levar até o fim a sua libertação (...) votadas ao abandono pelo fascismo, assim continuam....o obscurantismo, e a falta de assistência social torna-as por vezes máquinas de reprodução”. Referiu-se, por fim, ao facto de nesta sociedade as mulheres serem vistas apenas como “simples máquinas reprodutoras, mesmo assim, não lhes é dado assistência materno-infantil”.

Encerrou o comício, João Abel de Freitas, que pertenceu à JPM. Falou sobre as autarquias que “até ao 25 de Abril os órgãos das autarquias eram meros mandatários do poder central”, governadas por “corruptos, funcionando em favor dos senhores ricos dos concelhos e das freguesias”. Finalizou a sua intervenção, alertando para que os aderentes da FEPU impeçam que “as autarquias locais sejam ocupadas por caciques, o que poderá acontecer, pelo facto destes se apresentarem às eleições sobre outro ‘nome’”¹⁸⁰.

PPD/PSD

No último dia da campanha eleitoral, em 10 de dezembro de 1976, o PPD/PSD realizou o seu comício e apresentou os seus candidatos às eleições para as autarquias. O local escolhido, foi o Teatro Municipal, tendo presidido a este acontecimento Alberto João Jardim. O primeiro orador foi António Loja, deputado à Assembleia da República. Este começou o seu discurso falando sobre a importância das eleições, tendo considerado ser uma “peça fundamental na consolidação da democracia (...) temos de escolher aqueles que consultam permanentemente a população, dão satisfação ao público acerca dos seus actos”.

¹⁸⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de dezembro de 1976, p. 5 e últ.

Para António Loja, “não basta a nós saber que o Governo Regional seja o PPD. Ele próprio desejava uma crítica honesta, pois era necessário que não nos convençamos que estamos permanentemente na verdade”. Afirmou ser preocupação do PPD/PPPSD escolher “gente capaz, apta e honesta, para que dedicadamente se construa uma Madeira melhor, defendida aqui e em Lisboa, perseguindo objectivos que visam o interesse da democracia e das nossas populações”. José Carlos Gomes, candidato à Assembleia de Freguesia, teceu vários considerandos acerca do momento político e realçou o facto dos “candidatos do PPD não quererem fazer promessas vãs, como fazem outros para caçar votos”, declarando auscultar as populações e lutarão pelos seus interesses.

Falando em nome da JSD, Simplício Pestana, realçou o apoio desta ao “carácter regional que o PSD conferiu a estas eleições”, abordando os aspetos que à juventude diziam respeito, nomeadamente no campo social e cultural. Manifestou o “testemunho público da JSD no apoio à candidatura do professor Virgílio Pereira à Câmara Municipal”. Jorge Acciaiolly de Freitas, cabeça de lista à AMF, falou das “funções e objectivos que são cometidos às autarquias locais, a importância que assume na vida das populações”.

Por sua vez, Luciano Castanheira, em nome do grupo parlamentar do PPD/PSD na ARM, expressou que o PPD/PSD tem “ideias definidas sobre a autonomia (...) manifestando a esperança e a convicção de que tornar a comunidade mais fraterna é um objectivo fundamental do PSD”. Virgílio Pereira, na qualidade de candidato a presidente da CMF, por este partido, falou acerca da constituição da sua lista, afirmando, “é a união que nos prende a causa mais importante de hoje sermos candidatos neste processo eleitoral (...) resolveremos um pouco de cada um dos problemas que nos afligem”. De acordo com este, “trabalhamos para o pobre e para o rico, para o direito ou o esquerdistas. O Concelho é constituído por todos”. Referiu não ter medo de trabalhar com as organizações populares, como as CM, chamando a atenção para o manifesto eleitoral do PPD/PSD¹⁸¹, “onde se inclui um resumo das actividades da

¹⁸¹ Um dos aspetos constatados durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas foi precisamente a considerável diferença de conceitos ideológicos que separavam as diversas forças políticas concorrentes às eleições. O PPD/PSD, logo no início do seu manifesto eleitoral, sublinhava: “Não somos nem marxistas, nem materialistas, nem centralizantes, nem colectivistas como o PS. Somos humanistas, personalistas, descentralizadores e espiritualistas e respeitamos a propriedade privada. Quando falamos em socialismo, queremos dizer que devem acabar os grandes monopólios. Mas entendemos que cada um tem o direito de ter o que é seu, tem direito à sua propriedade”. Um outro aspecto deveras notório foi a luta que separavam as diversas forças concorrentes, pela conquista da CMF. Segundo o PPD/PSD, “(...) Ou os votos são para o PPD/PSD. Porque se vamos votar noutras forças, então é inevitável. Teremos uma Câmara socialista, porque os votos dividiram-se”. Focou o que fora a gestão de Virgílio Pereira,

Câmara” Frisou o facto de ter feito e continuar a fazer o que “é mais destinado àqueles que menos têm, cuja defesa não é monopólio de certos partidos, nem tão pouco de pseudo-progressistas”, afirmando ser tempo de dar “as mãos, distribuir tarefas, preencher lacunas para que ninguém possa dizer que não somos capazes de governar a nossa casa”.

Fechou o comício, Alberto João Jardim, o qual teceu vários considerandos sobre a situação política, as eleições e a importância da Câmara Municipal. Considerou ser a Câmara “uma espécie de pequeno governo dentro da região, que não pode ser entregue nas mãos de amadores, de pessoas que só vão emperrar a máquina, mas a pessoas realizadoras e honestas”. Terminou Alberto João o seu discurso, focando o facto de a Câmara ter tido “uma atitude inteligente apoiando as organizações que procuravam apenas defender os seus interesses imediatos”¹⁸²

GDUPS

Os GDUPS apresentaram os seus candidatos no mesmo dia do PPD/PSD, optando por realizar o seu comício/festa no Jardim Municipal do Funchal¹⁸³. O primeiro orador foi o padre José Martins Júnior. Este começou por saudar o povo de Machico, realçando que “enquanto os partidos ricos escolhem as boas poltronas para fazerem os seus comícios, nós aqui estamos livres simplesmente para obedecer à nossa própria condição de classe pobre e explorada que quer ser libertada”. Depois, referiu-se à Diocese do Funchal, afirmando que “eles não queriam a minha candidatura, porque têm medo do povo”. As relações entre a Diocese e o padre Martins Júnior haviam-se extremado pelo facto de este pertencer e ser um dos dinamizadores do Centro de Informação Popular de Machico (CIPM). A atuação do padre Martins Júnior levou o bispo do Funchal, D. Francisco Santana, a enviar uma carta ao pároco em 5 de

afirmando, “Apesar das crises terríveis por que a nossa terra passou, a Câmara nunca falhou (...) conseguiram salvar a Câmara e o funcionamento da cidade, numa época em que teria sido quase impossível, fazê-lo”. Interessante também foi o manifesto eleitoral deste partido, se basear nas obras que tinham sido feitas pela Câmara durante a gestão do seu candidato (Manifesto Eleitoral do PPD/PSD, cedido pelo Dr. Gregório Gouveia - Anexo VI).

¹⁸² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de dezembro de 1976, p. 5 e últ.

¹⁸³ A propaganda e divulgação destes eventos eram feitos maioritariamente através de comunicados/panfletos, que eram distribuídos junto às paragens dos autocarros. No interior destes panfletos encontravam-se descritos pormenores relativos aos mesmos, tais como, os comícios, as festas, as manifestações, o local da sua realização, as horas, as palavras de ordem e os respetivos intervenientes (cedido pelo Dr. Gregório Gouveia - Anexo VII).

novembro de 1974, exigindo a entrega das chaves da paróquia e outros bens, e decretando, “que a partir desse dia deixava de ser o pároco da Ribeira Seca” (Martins, 2017: 165).

Por outro lado, de acordo com Bernardo Martins, após o “25 de Novembro de 1975”, assistiu-se a um “afrouxar” da intensidade política dos movimentos ligados ao “25 de Abril”, verificando-se uma dispersão das pessoas, para outras forças partidárias, como foi o caso de “Martins Júnior, que foi eleito deputado, como independente pela UDP, para a ARM em 1976” e mais tarde, muitos ativistas do CIPM, “ingressaram nas listas dos GDUPS para a autarquia de Machico, em Dezembro do mesmo ano” (Martins, 2017: 218).

Após a intervenção do padre Martins Júnior, usaram da palavra os representantes do MES e da UDP, tendo o representante da UDP¹⁸⁴, afirmado que esta organização “sempre teve um ponto: unir o povo, porque o povo é a maioria e eles são meia-dúzia. E é nisso que baseia a sua luta”. Francisco Fernandes, candidato à CMF, apresentou as propostas de atuação: habitação, alta do custo de vida, situação dos caseiros e pequenos agricultores, transportes públicos, saúde e proteção à velhice, ensino e turismo. Gabriela Gonçalves, da comissão nacional do MUP, salientou “as conquistas dos trabalhadores estão sendo postas em causa. Os partidos burgueses querem fazer crer que somos os responsáveis pela crise económica e social, fazendo-nos pagar essa crise”. Frisou ser preciso “estar alerta, lutar contra o separatismo, contra a divisão Norte-Sul do País. Continente e Ilhas – um só povo, uma só luta”.

Depois da intervenção de um membro da União dos Caseiros da Madeira, encerrou o comício um ativista dos GDUPS, afirmando, ser “a única candidatura popular é o dos GDUPS. A luta do povo não passa apenas pelas eleições, passa pela nossa vida quotidiana”. Para este ativista, “os GDUPS são a unidade de todos perante a

¹⁸⁴ Um facto curioso foi o de a UDP, estar representada na ARM, mas não ter concorrido às eleições para a CMF, apoiando o movimento GDUPS. Como forma de marcar a sua posição, a UDP distribuiu um panfleto dirigido a “Toda a Classe Operária! Aos Pobres do Campo! Ao povo pobre da Madeira e Porto Santo!”, onde destacou que: “O objectivo principal da UDP é trabalhar para unir o povo pobre na luta contra a miséria, o avanço do fascismo e o imperialismo”. Para além de diversos considerandos acerca do momento político, a UDP, salientou ser “por tudo isto que a UDP diz que só os GDUP’s é que podem unir o povo pobre, para a luta pelos seus direitos e pela liberdade”. Acentuou ser “só com a unidade à volta dos GDUP’s é que o povo pobre vencerá”. Terminou apelando “ao trabalhador! Se votaste UDP, vota GDUP’s, SE votaste Otelos, vota nos GDUP’s, Se votaste PS, PPD ou no partido do Cunhal, pensa bem no que é que os doutores que mandam nesses partidos têm feito por ti” (cedido pelo Dr. Gregório Gouveia - Anexo VIII).

ameaça dos patrões que espreitam o momento propício para sugarem os explorados e oprimidos”¹⁸⁵.

4.2.3 O dia das eleições

As primeiras eleições livres para as autarquias locais, após a Revolução do 25 de abril e a promulgação da CRP¹⁸⁶ realizaram-se no domingo, dia 12 de dezembro de 1976. As últimas eleições para as autarquias locais, haviam decorrido no ano de 1925, portanto já havia 51 anos, desde que a partir do 28 de maio de 1926, a ditadura jamais permitiu que o povo pudesse eleger os seus representantes aos órgãos de poder local. Antes da implantação no nosso país, da ditadura em maio de 1926, ainda se realizaram eleições para as autarquias nos anos, 1906, 1913, 1917, 1919 e 1922. O dia 12 de dezembro de 1976 foi um marco importante para o povo português, na medida em que restituiu o poder de escolher em liberdade os representantes às autarquias locais. O *DN* dedicou parte da sua edição desse dia ao ato eleitoral. Na sua primeira página dava destaque, a estas eleições em virtude da necessidade de “votar para institucionalizar a democracia – Seis milhões de Portugueses vão Hoje às urnas” – sublinhando ainda para o facto de, “pela quarta vez depois do 25 de abril Portugal vai hoje às urnas. Quase seis milhões de portugueses estão habilitados para eleger os órgãos autárquicos”, não deixando de se referir aos partidos e organizações que na Madeira concorriam a este ato eleitoral: CDS, FEPU, GDUPS, PPD/PSD e PS.

As urnas abriram às 8 horas da manhã, encerrando às 19 horas. Para a realização deste ato eleitoral foram precisas cerca de 14 mil assembleias de voto, constando 3 boletins de voto. Os boletins “brancos para eleger a Assembleia de Freguesia e amarelos e verdes, respectivamente para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal”. A estas eleições, o PS concorreu a 300 dos 304 concelhos do Continente e Ilhas e a 2625 das 3226 assembleias de freguesia, sendo o partido que apresentou mais candidatos. O PPD/PSD disputou a 265 câmaras e assembleias municipais e a 2685 assembleias de freguesia. O CDS apresentou-se a 250 municípios, 203 assembleias municipais e a 2140 assembleias de freguesia. A FEPU por sua vez candidatou-se a 285 câmaras e

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de dezembro de 1976, últ. p.

¹⁸⁶ A CRP aprovada no dia 2 de abril de 1976, no Título VIII – Poder Local – Capítulo I, define no seu artigo 238.º, ponto 2-“As regiões Autónomas dos Açores e da Madeira compreendem freguesias e municípios”. – CRP (1976), Coimbra, Atlântida Editora, p.73.

assembleias municipais e a 1394 assembleias de freguesia. Por fim, os GDUPS apresentaram 74 listas para as câmaras, 63 para as assembleias municipais e 484 às assembleias de freguesia. Para melhor elucidar os cidadãos, o *DN* fez uma referência acerca do que eram as autarquias locais, explicitando como eram constituídas, os seus diversos órgãos: Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia e as suas respetivas atribuições¹⁸⁷.

Habitados a viver durante 48 anos sob uma ditadura, os portugueses ainda continuavam a manter numa certa imaturidade política. Só agora começavam a dar os primeiros passos para uma sã vivência democrática. Foi-lhes novamente restituído o poder de escolher livremente os seus representantes e poderem participar na resolução dos seus problemas. A CRP de 1976 definiu os princípios constitucionais para uma efetiva descentralização e autonomia administrativa, restituindo aos cidadãos, a sua participação ativa na vida da sua localidade. Passou a poder decidir-se o destino das localidades e gestão dos recursos, sem ter de depender de uma autorização de fora, como aconteceu durante o regime cooperativista do “Estado Novo”. A partir desse momento, com a realização das eleições para as autarquias locais, o povo pôde escolher os seus representantes para a gestão das freguesias e municípios, estando mais perto dos centros de decisão, durante um período de 3 anos¹⁸⁸.

4.3 Resultado das eleições para a Câmara Municipal do Funchal e os novos dirigentes eleitos

O resultado das primeiras eleições autárquicas veio reconhecer a maturidade democrática do povo português. O cenário político, em comparação com o último ato eleitoral, realizado para a Assembleia da República em 25 de abril, reconfirmou-se. O

¹⁸⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 12 de dezembro de 1976, p. 1 e 5.

¹⁸⁸ O *DN*, no seu suplemento destacável – Intervalo, n.º 15, de 12 de dezembro de 1976, trouxe um artigo de opinião, assinado por R. A., sob o título “O Povo, O Povo, O Povo”, debruçando-se acerca de o povo “voltar hoje às urnas para encerrar o ciclo eleitoral, que após o movimento do 25 de Abril, possibilitou a instauração neste país da democracia institucionalizada (...) através do voto de todos os portugueses – Continentais e Ilhéus à beira mar nascidos, criados e vacinados”. No entender de R. A., somos um povo, “latinos de sangue na guerra e crucifixo ao peito que de quando em quando vergam à subjugação imposta pelos iluminados da vida”, realçando o facto de este ato constituir uma oportunidade de o povo “ofendido e humilhado, que não tem habitação condigna, não alcança a assistência médica, não sente o seguro social, sabe rezar mas não sabe ler nem escrever, aquele que habita sem horário no campo ou no mar”, não embarcar em conversas e acreditar nos “novos vendedores políticos de banha de cobra. Que continuam a utilizar-se dos agentes do caciquismo”. Terminou R. A., com um apelo ao voto, exclamando: “Vamos todos votar por uma sociedade consciente e justa”.

PS continuou a ser o partido mais votado a nível nacional e o PPD/PSD confirmou a hegemonia na Madeira. Dos resultados eleitorais da Madeira, o PPD/PSD obteve 42 487 votos (29,86%), CDS 12 984 votos (9,12%), PS 14 188 votos (9,97%), FEPU 1403 votos (0,98%) e os GDUP 5509 votos (3,87%).

Uma das conclusões retiradas destas eleições foi o facto do PPD/PSD, tal como o PS a nível nacional, ter-se afirmado como o partido com maior expressão política na Madeira. Conseguiu cativar a atenção dos madeirenses para as suas propostas políticas, levando-os a valorizar, através do seu voto, os candidatos apresentados por este partido. A obtenção da maioria de votos, ao obter uma diferença de 8393 votos, veio catapultar o PPD/PSD, como o partido “charneira” da política regional, suplantando toda a oposição.

A afluência às urnas dos madeirenses, comparada com o ato eleitoral anterior, foi menor. Assistiu-se a uma discrepância entre o número de votantes das zonas rurais e do Funchal, pois “as gentes dos concelhos rurais lograram exercer o seu direito de voto por percentagens algo superiores e também significativos, ao contrário dos seus conterrâneos funchalenses”. No concelho do Funchal, houve 50,7% de cidadãos que não exerceram o seu direito de voto. Contudo, os outros 49,3% estavam conscientes da importância do ato eleitoral para o futuro da região. Nas zonas rurais verificou-se que 60% dos eleitores exerceram o seu direito de voto contra 40% que se abstiveram de o fazer. As eleições demonstraram “assinalada vantagem do PPD/PSD em todos os concelhos com excepção do Porto Santo onde o domínio fora pertença do PS”. Nestas eleições, verificou-se também que os madeirenses escolheram, “de novo a via social-democrata como primeira via para atingir-se uma sociedade mais justa, via que o madeirense quer optar, com todos os seus prós e contras”.

No Funchal, foi eleito para a presidência da Câmara, Virgílio Pereira. Contactado pelo *DN*, disse que prometia continuar a esforçar-se e a empenhar-se totalmente para que as realizações camarárias continuem ao mesmo ritmo. Referiu também que acreditava que a mesma vontade iria animar a nova equipa de trabalho, e acrescentou poder contar com a colaboração de todos os municípios, independentemente das suas opções partidárias, para fazer do nosso concelho aquilo que ele bem merece.

Todas as forças políticas, com excepção da FEPU, deram a sua opinião acerca dos resultados eleitorais. O CDS considerou que estas eleições criaram condições, para as autarquias locais se tornem independentes do poder central. Era também sua intenção de proceder a uma fiscalização, no sentido de que os eleitos “sejam fiéis servidores dos

interesses das populações e nunca meras repartições ao serviço do poder central”. Para este partido, os resultados obtidos e o elevado número de abstenção, deveu-se “à desastrosa política de esquerda a que o país tem estado sujeito e a incapacidade do Governo Regional em mobilizar as populações e plebiscitar a sua acção”. O resultado eleitoral, para o CDS, demonstrou o quanto a população rejeitou os apelos do “voto tático preferindo escolher em consciência e liberdade”. De acordo com os centristas pela análise feita aos resultados eleitorais, este foi “o único partido que crescera e que a população cada vez mais reconhece tratar-se de um partido coerente”.

Na mesma senda do CDS, que afirmou ser vencedor e aumentou os seus votantes, os GDUPS regozizaram-se por terem sido a quarta força política mais votada na Madeira. Obtiveram uma votação expressiva nos concelhos de Machico, Ponta do Sol e Câmara de Lobos, baixando no Funchal. Os GDUPS consideraram que constituíam uma força política nova e em crescimento que ainda não têm uma organização capaz de levar as suas posições a todo o povo pobre”. Face aos resultados e aos valores das pessoas que optaram por não votar, este movimento entendeu que “as abstenções haviam atingido sobretudo o PPD e o PS e também o CDS” pelo que os “GDUPS saíram reforçados desta campanha e vão continuar a crescer”.

O PPD/PSD, sendo o partido claramente vencedor destas eleições autárquicas, enalteceu o resultado obtido. Para este partido, este feito deveu-se à sua ideologia, ter-se “adaptado e servido de suporte à vivência democrática e programática que as populações mais anseiam – a social-democracia”. A vitória deste partido em 10 dos 11 concelhos na região significou a sua afirmação na Madeira, representando ser “a voz daqueles que labutam nesta Ilha por uma vida melhor. Enquanto tivermos força, não cederemos nem um palmo na defesa dos seus reais interesses”. De acordo com os social-democratas madeirenses “fazer história não é ser história. É lançar ombro a tarefas que só com espírito de epopeia, com querer de homens poderão realizar-se”.

Por sua vez, o PS demonstrou grande satisfação pela sua vitória na Câmara do Porto Santo, por ter sido “objecto de atenção especial do Governo Regional onde toda uma campanha de ataque ao PS, aos seus dirigentes, foi tónica predominante”. Para os socialistas, houve uma enorme mobilização por parte dos adversários no transporte de eleitores. A abstenção já era esperada porque nos contactos com a população, esta “mostrava-se descredita de tantas eleições já verificadas e de alguns meses de governo PPD/PSD em exercício sem qualquer benefício real ou esperado para as camadas da

população mais desprotegida”. Segundo os socialistas madeirenses, o resultado obtido por este partido, nestas eleições, foi a abstenção ter sido superior a 50%, mantendo-se, no entanto, fiel aos seus princípios e defendendo os interesses dos mais desprotegidos e um melhor nível de vida¹⁸⁹.

4.3.1 A última reunião da Comissão Administrativa

Após dois anos e três meses de mandato e depois de ter enfrentado diversos períodos, alguns deles bastante conturbados, mas exercidos na tentativa de resolver os problemas que assolavam os funchalenses, no dia 30 de dezembro de 1976, a CA da CMF reuniu pela última vez em sessão ordinária, sob a presidência de Virgílio Pereira, do vice-presidente Aurélio Gonçalves Canha, dos vereadores, António Alberto da Silva Jesus, Delfino Ezequiel Gonçalves, Jaime Abreu Ferreira de Aguiar, João Florêncio Gomes de Aguiar, Gabriel Augusto trigo Pereira e Arlindo Barbosa, chefe de secretaria.

Na referida reunião, para além de se ter refletido e deliberado acerca dos diversos assuntos que faziam parte da ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação unânime do orçamento ordinário do ano em curso¹⁹⁰. Tratando-se da última reunião da CA, Virgílio Pereira, aproveitou a ocasião para agradecer a todos os seus colegas de equipa, por nunca terem descurado os interesses da Câmara, em prol dos seus interesses pessoais. Enalteceu o seu espírito de coragem, correção e colaboração. Acentuou que, de facto, em circunstância alguma sentiu-se desapoiado, mas sempre notou um sentimento de amizade entre todos. De acordo com o presidente da CA, foi a conjugação de todos estes fatores, o motor fundamental para o trabalho em conjunto, salvaguardando sempre o “bem comum” de todos os cidadãos¹⁹¹.

4.3.2 Tomada de posse novos dirigentes eleitos para a Câmara Municipal do Funchal

No dia 3 de janeiro de 1977, tomaram posse, os novos órgãos autárquicos eleitos para o Funchal, nos Paços do Concelho. A cerimónia foi presidida por Ornelas Camacho, presidente do GRM. Dos diversos representantes dos órgãos do poder

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de dezembro de 1976, p. 1, 5 e últ.

¹⁹⁰ Orçamento “cujo total, igual na receita e na despesa, é de quatrocentos e oitenta milhões novecentos e onze mil escudos” (CMF, L.º de Atas n.º 100, f. 94).

¹⁹¹ *Ibidem*

político, encontravam-se presentes o presidente da ARM, Emanuel Rodrigues e outras entidades, civis, militares e religiosas. No seu discurso, Ornelas Camacho referiu-se ao facto da nova equipa, que entrou em funções, representar a escolha livre dos munícipes, merecendo dos funchalenses e do Governo Regional as suas esperanças, no espírito de serviço e vontade de todos os novos responsáveis. O presidente do GRM frisou o aspeto de na nova equipa, “se incluir, em posição destacada a maior parte dos elementos que presidiram aos destinos do município nos últimos dois anos”. Enalteceu a capacidade de organização de Virgílio Pereira e as suas qualidades pessoais tão brilhantemente comprovadas, pelo que conseguirão dinamizar a nova equipa. Finalizou o seu discurso com a promessa de respeitar “sempre a autonomia das autarquias locais dentro dos limites estabelecidos” e com a certeza do governo a que preside, dar todo o seu apoio, dentro das disponibilidades possíveis.

Virgílio Pereira, na qualidade de presidente eleito para a CMF, voltou a prometer seguir a mesma política de interesse comunitário, como o fez, enquanto presidente da CA da CMF, frisando que “caso outros interesses se sobrepussem a este, renunciaria ao cargo”. Com a tomada de posse, deu-se início uma nova etapa na vida da autarquia funchalense. O novo elenco para a CMF passou a ser constituído por: Virgílio Higino Gonçalves Pereira, Carlos Alberto da Cruz Bixirão, Aurélio Gonçalves Canha, Jorge Manuel Ferraz da Veiga França, António Jorge Mamerick da Trindade, João Florêncio Gomes de Aguiar, Gabriel Augusto Trigo Pereira, Teresa Pinheiro, Rui Alberto Homem Ferreira¹⁹².

¹⁹² *Diário de Notícias*, Funchal, 04 de janeiro de 1977, últ. p.

Conclusão

Foi nosso propósito analisar as circunstâncias em que a CMF se encontrava aquando da Revolução do 25 de abril de 1974 e os reflexos do processo revolucionário na cidade do Funchal. Assistiu-se ao afastamento do presidente e vice-presidente da Câmara, António de Agrela Gomes Loja e Francisco Assis Correia, logo no início do mês de junho. Estas demissões resultaram das orientações da JSN e do MFA, que apontavam para a demissão de todos os dirigentes conotados com o anterior regime. A gestão transitória da CMF passou a ser exercida por Óscar Saturnino Pereira, até a tomada de posse da nova CA, no dia 3 de outubro de 1974, presidida por Virgílio Pereira.

A Câmara, como constatámos, estava completamente dependente da boa vontade das pessoas que tinham influência junto do poder político, dos ditames do governador civil, da Junta Geral e do poder central de Lisboa. A partir da Revolução de abril e com a restituição da liberdade, do poder às autarquias e dos cidadãos poderem governar as suas localidades, a Câmara passou a ter autonomia nas suas decisões. A CA da CMF, nas suas primeiras ações, procurou conhecer *in loco* os problemas da cidade. O novo presidente da CA e a sua equipa “calcorrearam” todas as freguesias que pertenciam ao concelho, para se inteirarem, em concreto, dos problemas que verdadeiramente, assolavam os funchalenses. Com a entrada em funcionamento desta CA, assistiu-se à transformação no modo como a cidade passou a ser governada. De entre outros aspetos, o presente estudo permitiu aferir as diversas assimetrias com que o Funchal se defrontava. As enormes desigualdades sociais, a pobreza e a miséria em que viviam muitos funchalenses levaram o presidente da CA a pensar que só com a implementação de um plano tipo “Marshall” poderia solucionar os problemas encontrados. Para tal, era preciso dispor de muito dinheiro, muitos técnicos experientes e recursos humanos que não existiam, mas que eram indispensáveis para implementar um plano desse tipo. Como salientou Virgílio Pereira, estas visitas aos sítios eram efetuadas “no sentido de resolver as questões amargas, desumanas que grande parte da população do Funchal tinha e passava-se quase que o tempo todo, a CA, a atender estas questões”¹⁹³.

¹⁹³ Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI.

Constatamos que a CA imprimiu uma política de proximidade com as pessoas. Esta política contribuiu para que estas se sentissem, “como pessoas humanas, não eram qualquer coisa que a gente olha para eles e diz assim isto é descartável, eles sentiam-se respeitados, eles sentiam-se dignificados, eles sentiam-se que eram parte da solução e não eram parte do problema, por mais incrível que pareça”¹⁹⁴ Apostou-se de imediato numa política virada para o social, com o intuito de esbater a miséria, a pobreza. Melhoraram-se as acessibilidades, os caminhos e veredas, a habitação, construindo habitação social, pôs-se fim às furnas, onde habitava muita gente. Levou-se água à casa dos funchalenses, que outrora apenas tinham água das levadas, para beber e para as necessidades domésticas. Pôs-se eletricidade nas suas casas e iluminaram-se as estradas. Implementaram-se melhorias nos transportes, na saúde e na educação, construindo novas escolas.

De facto, a CA procurou valorizar as pessoas, dando-lhes acesso à cultura, nos mais variados aspetos, promovendo o teatro, o desporto junto das camadas mais jovens, atividades culturais diversas e ao mesmo tempo prosseguiu uma política de inclusão social. Desenvolveu-se outra dinâmica nos serviços camarários, reforçando os seus quadros administrativos e técnicos, em especial na altura dos “retornados”. O presidente da CA requisitou, através do IARN, desenhadores, técnicos médios diversos e técnicos superiores. Reforçou os quadros administrativos, criando uma nova orgânica da Câmara para melhor corresponder aos anseios dos funchalenses.

Tivemos oportunidade de apurar as dificuldades políticas e financeiras que a CA da CMF atravessou, as várias crises que enfrentou, os vários pedidos de demissão da mesma. Devido ao apoio popular que lhe era transmitido com especial ênfase, através das CM, essa comissão soube estar à altura de colocar os interesses e os problemas dos funchalenses em primeiro lugar, permanecendo no exercício de funções até às eleições autárquicas de 12 de dezembro de 1976.

A CMF, através da CA, procedeu a um melhor relacionamento entre os diversos órgãos de poder, nomeadamente com os governadores de então, Fernando Rebelo e Carlos de Azeredo. Este último acompanhou e fez parte da transição política que se operou na Madeira, logo a seguir ao 25 de abril até à posse do primeiro GRM. Foi evidente o quanto se revelou saudável e benéfico a nível financeiro para a edilidade, o

¹⁹⁴ *Ibidem.*

relacionamento existente entre a CA da CMF e a JPM, da qual fez parte Virgílio Pereira, como vogal, exercendo, simultaneamente, o cargo de presidente da CA. Durante este período, procurou obter, junto dos diversos Ministérios e do Governo Central, financiamento para poder realizar os projetos e melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos. Constatamos também o papel relevante do relacionamento que houve entre a CMF e a JGM, organismo que contribuiu para implementação dos primeiros órgãos que procederam à descentralização política e da autonomia do arquipélago.

Consideramos ter sido relevante a entrevista concedida por Virgílio Pereira, aquele que foi o protagonista da CMF, durante o período em estudo. De uma maneira informal, abordou os vários aspetos que nortearam a presidência da CA entre 3 de outubro de 1974 e as primeiras eleições autárquicas livres em 12 de dezembro de 1976. Nesta entrevista, falou sobre todos os aspetos que viveu durante o seu mandato, dos problemas que teve de resolver, do relacionamento mantido com os munícipes “com o objectivo principal que era chegar-me aos cidadãos e, ao mesmo tempo, possibilitar que eles viessem a mim quando quisessem”¹⁹⁵, da sua participação na JPM, do seu relacionamento com os Ministérios em Lisboa, com o brigadeiro Carlos de Azeredo, das diversas crises que teve de enfrentar, mostrando diversos exemplos, entre os quais, os projetos que enviava, “por exemplo, para o ministério pedindo um subsídio para aquilo. Um demorava dois meses, outro seis meses, outro dizia que não tinha cabimento no orçamento e que não podia fazer nada, só para o ano seguinte e não sei quê, não sei quanto, eu fiquei desagrado com aquilo e disse, então o que estou aqui a fazer?”¹⁹⁶.

Passados 41 anos das primeiras eleições para as autarquias, podemos concluir que, durante o mandato de Virgílio Pereira na CA da CMF, processaram-se enormes mudanças e transformações no Funchal, município que enfrentava grandes assimetrias em diversos campos, tais como: nas acessibilidades, na habitação, focos de pobreza, nas desigualdades sociais, de abandono e marginalidade. Hoje, tal como ontem, é-nos dado verificar que muitos dos problemas constatados outrora continuam a verificar-se, uma vez que assistimos a um Funchal a duas velocidades, um urbano e outro das “zonas altas”, com todas as problemáticas que daí resultam.

¹⁹⁵ Entrevista a Virgílio Pereira – Anexo XI.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

Tivemos oportunidade de comparar como funcionou a CMF, durante a ditadura do “Estado Novo” e a nova política que foi desencadeada após o 25 de abril de 1974, com especial relevo a partir de 3 de outubro de 1974.

Concluimos que a CMF, após a Revolução do 25 de abril, embora sem autonomia financeira, dado continuar a depender dos subsídios do Estado, passou a ter outro dinamismo, melhores meios técnicos e humanos. Procurou disseminar as desigualdades sociais e promover uma política de inserção social, tornando a cidade mais humanizada.

Finalizamos a nossa pesquisa convictos de que no período em estudo, apesar das muitas incertezas e obstáculos sentidos, muitas foram as mudanças verificadas, no campo político, económico e social. No entanto, observamos que hoje, tal como no passado, as questões financeiras e sociais foram e continuam a ser os maiores problemas com que a edilidade se defrontou e continua a enfrentar.

Entendemos que este estudo, inserido no Mestrado de Estudos Locais e Regionais, poderá contribuir para uma melhor perceção do trabalho desenvolvido pela CMF, entre a queda do “Estado Novo” e as primeiras eleições autárquicas de 1976. Estamos cientes de que poderá constituir uma ferramenta para refletir e suscitar interrogações sobre o poder autárquico, podendo ser útil a todos quantos desempenham funções autárquicas.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira:

Câmara Municipal do Funchal, Atas das Vereações, 1974-1975

Governo Civil, correspondência, 1974-1976

Diário de Notícias do Funchal, 1974-1976

Tribuna da Madeira, 2017

Jornal da Madeira, agosto de 1974

Câmara Municipal do Funchal:

Secção de Apoio aos órgãos autárquicos: Atas das Vereações, 1975-1977

Bibliografia

Azeredo, Carlos de (2004), *Trabalhos e Dias de Um Soldado do Império*, Barcelos, Livraria Civilização Editora.

Cabrita, José Luís (1976), «Decreto – Lei que vai reger provisoriamente a Madeira» *Revista Arquipélago da Madeira*, Caderno/dossier – Presente....E Futuro, Número único, Funchal, [s. e.], pp. 2-3.

Caetano, Marcello (1984), *Manual de Direito Administrativo*, vol. 1.º, 10.ª Edição (3ª Reimpressão) – Revista e Actualizada pelo Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral – Tomo I – Introdução – Organização Administrativa – Actos e contratos Administrativos, Coimbra, Livraria Almedina.

Calisto, Luís (1995), *Achas na autonomia*, Funchal, Edição *Diário de Notícias* do Funchal.

Carita, Rui (2003), *Associação Comercial e Industrial do Funchal Câmara de Comércio da Madeira: Esboço Histórico (1933-2002)*, Funchal, Edicarte.

Carneiro, Roberto, (1997), *Activa Multimédia - Enciclopédia de Consulta- Geografia e História de Portugal*, vol. 7.º, [s. l.], Lexicultural, Actividades Editoriais, Lda.

- Clode, Luiz Peter, [s. d.], Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses Sécs. XIX e XX, [s. 1.], Edição da Caixa Económica do Funchal.
- Costa, Adalberto & Ribeiro, Carlos [s. d.], *O Poder Local Em Portugal – Contributos para o seu conhecimento*, Porto, Elcla Editora.
- Cruz, João da (2008), «Os Movimentos da Acção Católica Operária e a Autonomia», in Freitas, João Abel, (coord), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 263-281.
- Cunha, Mafalda Soares da & Fonseca, Teresa (2005), *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-EU
- Ferreira, José António Costa (2007), *O Poder Local E Regional Na Assembleia Constituinte 1975-1976*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações D. Quixote.
- Ferreira, José Medeiros (coord) (1994), *Portugal em Transe (1974-1975)*, in Mattoso, José (dir), *História de Portugal*, vol. 8.º, Lisboa, Editorial Estampa.
- Freitas, João Abel de (1984), *Madeira Construir o Futuro Hoje*, Lisboa, Editorial Caminho, SARL.
- Freitas, João Abel de (2015), *A Madeira nos tempos de Salazar - A economia 1926 - 1974*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gouveia, Gregório (2002), *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, Câmara de Lobos, O Liberal.
- Janes, Emanuel (1997), *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e da Cultura.
- Janes, Emanuel (2001), «O município do Funchal nos Finais dos anos trinta, 1935-1940», in Vieira, Alberto (coord), *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças – II Seminário Internacional – História do Município no mundo português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 201-209.

- Janes, Emanuel (2006), «O Município do Funchal no Início da República (1910 - 1912)», in AA.VV., *História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico – III Seminário Internacional, Coleção História do Municipalismo, n.º 4*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 237-253.
- Leitão, Nicolau Andresen (2007), *Estado Novo, Democracia e Europa, 1947-1986*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, Agostinho do Amaral (2008), *A Obra de Fernão Ornelas Na Presidência da Câmara Municipal Do Funchal, 1935-1946*, [s. l.], Edição Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”
- Neves, Ramos (1975), *Eleições 75 (Primeiras eleições Livres) – O Programa do MFA E Dos Partidos Políticos*, Alfragide (Damaia), Edições Acrópole, Lda.
- Oliveira, César (1996), «O Estado Novo e os municípios corporativos», in Oliveira, César (dir), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média á União Europeia*, [s. l.] Círculo de Leitores, Lda. e Autores, pp. 312-313.
- Oliveira, César (dir) (1996), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média á União Europeia*, [s. l.], Círculo de Leitores e Autores.
- Pereira, Virgílio Higinio Gonçalves (2007), *Alguns Olhares*, Câmara de Lobos, O Liberal.
- Pereira, Virgílio Higinio (2008), «O Funchal: recordações e sentimentos», *Revista Margem 2*, n.º 25, Edição Câmara Municipal do Funchal, pp. 41-42.
- Pereira, Virgílio Higinio Gonçalves (2011), *Divagando...*, Câmara de Lobos, O Liberal.
- Pereira, Virgílio, «40 anos do poder autárquico II», *Tribuna da Madeira*, 20 de janeiro de 2017, p. 11.
- Pestana, Jorge (2003), «Editorial», *Revista Islenha*, n.º 33, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, p. 4.
- Pinto, António Costa, (1999), «Saneamentos Políticos e Movimentos Radicais de Direita na Transição para a Democracia, 1974-1976», in Rosas, Fernando (coord), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, I Curso livre de História

Contemporânea, Lisboa, de 23 a 28 de Novembro de 1998, Organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, pp. 29-48.

Pureza, José Manuel (2002), «A Participação Democrática: Das “Organizações Populares de Base” às ONG», in Moreira, Vital, (coord), *Crise e Reforma da Democracia*, V Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, 11 a 16 de Novembro de 2002, Organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, pp. 107-115.

Rodrigues, Paulo Miguel (2001), «O Município do Funchal Durante O Primeiro Período Liberal Português (1820 – 1828)», in Vieira, Alberto (coord), *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças – II Seminário Internacional – História do Município no mundo português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 167-200.

Rosas, Fernando & Oliveira, Pedro Oliveira (2004), *A Transição Falhada - O Marcelismo e o Fim do Estado Novo – 1968-1974*, Lisboa, Editorial Notícias.

Rosas, Fernando (1986), *O estado Novo nos Anos Trinta 1928 – 1938*, Lisboa, Editorial Estampa.

Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, in Mattoso, José (dir), *História de Portugal*, vol. 7.º, [s. l.], Círculo de Leitores, Lda. e Autores.

Rosas, Fernando (2000), *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)*, Lisboa, Editorial Notícias.

Santos, Boaventura de Sousa (1998), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 – 1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Filipe dos (2006), «O Municipalismo no Recente Panorama Historiográfico Madeirense», in AA.VV., *História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico – III Seminário Internacional, Coleção História do Municipalismo, nº 4*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 271-290.

- Silva, Carlos Nunes da (1996), «O Financiamento dos Municípios», in Oliveira, César (Dir), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média á União Europeia*, [s. l.] Círculo de Leitores e Autores, pp. 433-462.
- Silva, Vicente Jorge (2006), *O Comércio do Funchal e a Autonomia*, Lisboa, Edição Viver a Madeira.
- Sousa, Ana Madalena Trigo de (2001), «Poder Municipal e Poder Central: A Câmara do Funchal e a Cobrança do Finto na Segunda Metade de Setecentos», in Vieira, Alberto (coord), *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças – II Seminário Internacional – História do Município no mundo português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 85-107.
- Sousa, Ana Madalena Trigo de (2006), «Os Provimentos dos Corregedores nos Municípios da Madeira e Porto Santo: 1768 A 1833», in AA.VV., *História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico – III Seminário Internacional, Coleção História do Municipalismo, n.º 4*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 137-169.
- Varela, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Veríssimo, Nelson (1995), «O Alargamento da Autonomia Insular – O Contributo Açoriano no Debate de 1922-1923», *Revista Islenha*, n.º 16, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, p. 23.
- Veríssimo, Nelson (2000), *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Vieira, Alberto (2006), «Os Municípios Das Cidades Insulares Atlânticas Séculos XV e XVI», in AA.VV., *História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico – III Seminário Internacional, Coleção História do Municipalismo, n.º 4*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 17-37

Legislação

Constituições Portuguesas, 1822, 1826, 1838, 1911, 1933, Lisboa, Assembleia da República.

Constituição da República Portuguesa, 1976, Coimbra, Atlântida Editora.

Decreto n.º 19 273, de 22 de janeiro de 1931

Lei n.º 1 967, de 30 de abril de 1938

Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de dezembro de 1940

Decreto-Lei n.º 36 453, de 4 de agosto de 1947

Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio de 1974

Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de maio de 1974

Decreto-Lei n.º 236/74, de 3 de junho de 1974

Decreto-Lei n.º 268/74 de 21 de junho de 1974

Decreto-Lei n.º 475/74, de 24 de setembro de 1974

Decreto-Lei n.º 658/74, de 23 de novembro de 1974

Decreto-Lei n.º 139/75 de 11 de Março de 1975

Decreto-Lei n.º 198-A/75 de 14 de abril de 1975

Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de abril de 1976

Decreto-Lei n.º 318-E/76 de 30 de abril de 1976.

Webgrafia

<http://aprenderamadeira.net/junior-manuel-gregorio-pestana/> (consultado em 22 de junho de 2017)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Funchal> (consultado em 25 de agosto de 2017)

<http://www.adecom.pt/index.php/socios-honorarios-e-distincoes/13-adecom/socios-honorarios-e-distincoes/84-virgilio-higino-goncalves-pere> (consultado em 8 de janeiro de 2018)

<https://dre.tretas.org/dre/105085/lei-130-99-de-21-de-agosto> (consultado em 10 de janeiro de 2018)

<http://www.dodouropress.pt/index.asp?idedicao=66&idseccao=564&id=2961&action=noticia> (consultado em 6 de junho de 2018)

<http://www.cdnacional.pt/presidentes/> (consultado em 15-6-2018);

Lista de Anexos

Anexo I – Ofício do Ministério da Administração Interna ao governador civil do Distrito acerca das comemorações do 5 de Outubro

Anexo II – Panfleto a anunciar a reunião de moradores dos sítios da Corujeira de Dentro e de Fora, freguesia do Monte, concelho do Funchal

Anexo III – Ofícios da CMF e do Governo do Distrito Autónomo do Funchal acerca do parque habitacional

Anexo IV – Carta enviada pelos moradores do sítio do Pomar do Miradouro, freguesia de Santo António, concelho do Funchal ao governador do Distrito, de apoio ao Professor Virgílio Pereira e Comissão Administrativa

Anexo V – Ofício da CMF ao governador do Distrito sobre as Receitas e Despesas desta Câmara no ano de 1974

Anexo VI – Manifesto eleitoral do PPD/PSD à CMF

Anexo VII – Panfleto a anunciar o comício das GDUPS


Anexo VIII – Panfleto da UDP sobre as eleições autárquicas

Anexo IX – Ata da CMF com distribuição de pelouros após as eleições de 12 de dezembro de 1976

Anexo X – Notas biográficas: alguns protagonistas do período em estudo

Anexo X I – Entrevista a Virgílio Higinio Gonçalves Pereira, em 16-08-2017


Anexo I


S.  R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL

CIRCULAR
Lº. 53-A
Pº. Z-1/12º
Nº. A-53/74

Exmº. Sr.
Governador Civil do distrito de





*Circular nº 2
circ. 2.10.74
42*

Comemorações do 5 de Outubro

Ocorrerá, dentro de dias, mais um aniversário da proclamação da República.

Dada a importância do acontecimento, que constituiu uma viragem decisiva na evolução histórica do nosso País, pretende-se que, no corrente ano, a tal evento seja dado o relevo devido.

Para esse efeito, foi constituída uma Comissão Nacional, a qual, de entre outras celebrações cuja realização tenciona propor, apresentou o plano, a seguir descrito, de cerimónias e festividades que desejaria fossem levadas a efeito em cada concelho, por iniciativa, patrocínio, ou com a colaboração dos órgãos de gestão municipais ou dos governos civis dos respectivos distritos:

1. De manhã
 - 1.1. - Hasteamento da Bandeira Nacional nos edifícios dos Paços do Concelho, pelo romper da aurora, com guarda de honra a cargo de um piquete de Bombeiros, se os houver, e com a presença de representantes das autarquias locais, de associações cívicas, de partidos políticos e da população, cuja comparência deverá ser solicitada pelos meios julgados mais convenientes.
 - 1.2. - Mediante prévia deliberação municipal, substituição de placas toponímicas de arruamentos, largos, pontes, etc., que ostentem nomes de conhecidos fascistas, por outras (ainda que provisórias, dada a escassez de tempo não permitir, porventura, a sua confecção em material com as características normalmente adoptadas), com denominação de heróis nacionais, figuras destacadas da cultura, da resistência anti-fascista, etc., já falecidos, ou, sempre que for caso disso, restaurando as designações antigas ou, ainda, consagrando acontecimentos históricos relevantes.
 - 1.3. - Romagens a cemitérios onde repousam restos mortais de conhecidos republicanos, democratas e anti-fascistas, para o que deverão ser concedidas todas as facilidades pelos governos civis, câmaras municipais e comissões administrativas aos organizadores de tais peregrinações, quando as referidas en-

*Telefone a todos os concelhos
Quaisquer a nível
conhecem o assunto
Ex. (concedido por
reis)*
21/10/74

tidades não tomarem, elas próprias, essas iniciativas.

2. A noite

2.1. - Festas populares patrocinadas pelas câmaras municipais ou comissões administrativas, com a colaboração de bandas, conjuntos ou, mesmo, utilizando música gravada.

Merece este plano a total adesão deste Ministério, pelo que se solicita desse Governo Civil, bem como dos órgãos de gestão concelhios, a melhor boa vontade e entusiasmo na sua concretização.



A bem da Nação
Lisboa, 30 de Setembro de 1974
O DIRECTOR-GERAL,

Manuel Pereira

Manuel Pereira

Anexo II



Freguesia do Monte
Reunião de moradores dos sítios
do
Corujeira de Dentro e de Fora
SÁBADO
dia 13 de Setembro de
1975

Em virtude de não ter comparecido, no COLÉGIO DO INFANTE NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1975, número de moradores destes dois sítios que justificasse a representatividade deste, não foi possível eleger elementos para fazerem parte da COMISSÃO DE MORADORES.

Por este facto, a Pró-Comissão de Moradores da Freguesia do Monte convoca toda a população da Corujeira de Fora e Corujeira de Dentro, para uma reunião no dia 13 de Setembro de 1975 (SÁBADO) pelas 17H00 à entrada para os TORNEIOS junto ao posto de reforço de Luz, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Esclarecimento sobre os assuntos versados na reunião do dia 10 no Colégio do Infante com elementos das Forças Armadas.
- 2 - Plenário
- 3 - Eleição de cinco, sete ou nove moradores destes dois sítios para a Comissão, nomeados democraticamente pela população, só dos dois sítios atrás citados e que serão os eles de ligação entre os moradores e a COMISSÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DO MONTE.

Moradores da Corujeira de Dentro e Corujeira de Fora, homens e mulheres, rapazes e raparigas, não falem a esta reunião para elegerem os seus representantes, por que AS OBRAS SURGEM DA DEDICAÇÃO, DO SACRIFÍCIO E DA VONTADE PRODUTIVA

Qualquer morador dos dois sítios pode ser eleito para a Comissão, independentemente do sexo ou das habilitações literárias que possua, pois nós sabemos que queremos...

(DIVULGA ESTE DOCUMENTO, DIZ A TODOS OS MORADORES DESTES SÍTIOS, ATÉ QUE, COM SACRIFÍCIO, TENHAS QUE BATER DE PORTA EM PORTA, SERÁS RECONSIDERADO.)
11 DE SETEMBRO DE 1975

Anexo III



CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Senhor

Governador do Distrito

Autónomo do

-3. NOV. 1975

30. OUT. 1975 FUNCHAL

Livro N.º 206

Ofício N.º 5790

Processo N.º 67

ASSUNTO: Excelência:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que esta Câmara Municipal, em reunião de ontem, deteve-se com especial apreço e interesse sobre o assunto versado no despacho remetido pelo ofício nº 4125, Proc. D-1/113, de 29 do corrente, deliberando por unanimidade pô-lo imediatamente em prática na consideração de que ele vem atenuar a gravidade de um ponderoso problema social e até de serviço, visto tornar mais expedito, como nos tempos que decorrem se impõe, o andamento dos processos.

E, como, em face da legislação vigente, só nas referidas circunstâncias de verdadeira emergência esta oportuna e esclarecida norma encontra justificação, foi deliberado ainda que este procedimento se circunscreve ao período de um ano.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

ENTRADA

03478 -3. NOV. 75

D-1/113.13

Virgílio Higinio Gonçalves Pereira



AB/AC.

Exmo. Sr,

Presidente da Comissão Administrativa
do Concelho do

F U N C H A L



Lº 13

Proc.D-1/113

04125 29.OUL.1975

Encarrega-me Sua Exª o Governador de enviar
a V. Exª, para os devidos efeitos, o Despacho que exa-
rou nesta data, à cerca da utilização do parque habitacional
existente.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO,

José Manuel Gonçalves Mendes

D E S P A C H O

A título transitório e enquanto persistir a carência de alojamentos que actualmente se verifica neste distrito, urge adoptar medidas que visem de algum modo atenuar esta situação de crise de tamanha incidência social, há muito existente mas agora agravada com os retornados das ex-colónias, promovendo a integral utilização do parque habitacional existente. Como se lê no preâmbulo do Dec-Lei 198-A/75 de 14 de Abril não faz sentido haver pessoas sem casa quando existem casas sem pessoas. As medidas ora adoptadas, inscrevendo-se rigorosamente no espírito dos Decretos-Leis 445/74 de 12 de Setembro e 198-A/75 de 14 de Abril, visam conferir maior eficácia e consequência à actividade das Câmaras Municipais deste distrito no que toca à execução da disciplina decorrente dos dois supracitados diplomas.

Nesta conformidade

- 1º) As Câmaras Municipais do distrito poderão dispensar o cumprimento do art 83 e seq. s do Regulamento Geral das Edificações Urbanas que se referem às condições de habitabilidade que os fogos devem possuir, desde que o candidato a inquilino se disponha a habitar a casa imediatamente, no estado em que ela se encontra. Porém, acto contínuo, deverão iniciar-se obras destinadas a dotar o fogo das condições mínimas de habitabilidade.



- a) As despesas com tais obras serão financiadas pelo proprietário ou pelo inquilino conforme acordo a conseguir entre ambos.
- b) No caso de ser o inquilino a financiar as obras e se outra coisa não for acordada entre ele e o proprietário, deverá a renda estipulada ser descontada no custo das mesmas até integral reembolso.


- 2º) As Câmaras Municipais deste distrito deverão promover a utilização dos fogos que se encontrem nas condições descritas na al) c do nº 4 do art 5 do Dec-Lei 445/74 de 12 de Setembro.

.../...

- a) Esta utilização embora a troco de uma justa compensação será a título meramente precário, não adquirindo o alojado quaisquer direitos por esse facto.
- b) Os candidatos a fogos em tais condições obrigam-se previamente, sob compromisso de honra, a desocupar o prédio logo que para tal forem intimados pela Câmara Municipal respectiva.
- c) O proprietário deverá informar a Câmara Municipal, com uma antecedência mínima de 60 dias, da data em que conta iniciar a nova obra.
- d) Os alojados nas condições atrás referidas, que faltando ao compromisso assumido se recusam a desocupar o prédio depois de instados pela Câmara para o efeito, serão despejados, sumariamente, por via administrativa.

Funchal, 29 de Outubro de 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO,


Carlos de Azeredo
(Brigadeiro)



Anexo IV

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



GOVERNO CIVIL DO DISTRITO
AUTÓNOMO DO FUNCHAL

SECRETARIA

Entrou em 6/5/975

L.º 13 N.º 1407 P.º D. 144

Ex.ºmo Senhor Governador do Distrito do Funchal

6. MAI 1975

Senhor Governador

Os signatários desta, moradores no sítio do Fomar do Miradouro, freguesia de Santo António, Concelho do Funchal, pedem licença, para manifestar junto de Vª Ex.cia, Senhor Governador, o seu inteiro apoio pela permanência do Ex.ºmo Senhor Prof. Virgílio e demais membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, de quem receberam prova inequívoca de compreensão pelos legítimos anseios, da população local.

De há longos anos a esta parte, os habitantes deste sítio pediam fosse o local abastecido com fontenários públicos de água potável, necessidade primária para a população, o que só agora foi possível devido à boa compreensão dos actuais membros do Comissão Administrativa da Câmara.

Os signatários jamais poderão esquecer a maneira afável e simples como foram tratados pelos referidos Senhores.

Pedimos a Vª Ex.cia, Senhor Governador a permanência da dita Comissão Administrativa da Câmara no exercício das suas funções e que lhes sejam concedidos os meios necessários, para que o trabalho dos mesmos seja cada vez mais profícuo em favor dos munícipes mais necessitados.

Anexo V



CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Senhor Governador do
Distrito Autónomo do

FUNCHAL

Livro N.º 201

Offício N.º 3035

Processo N.º 14

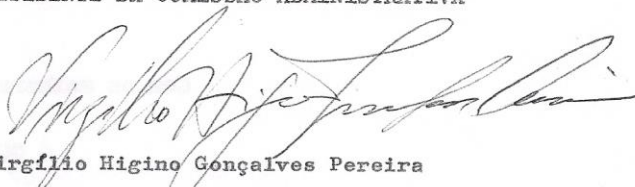
ASSUNTO:

Excelência:

De harmonia com o superiormente solicitado, junto envio a Vossa Excelência, em duplicado o mapa das receitas cobradas e despesas realizadas por esta Câmara Municipal no ano de 1974.

Com os meus cumprimentos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA


Virgílio Higinio Gonçalves Pereira



GN/RS.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Recetas cobradas e despesas realizadas pelas Câmaras Municipais no ano de 19 74

Distrito	Câmara Municipal	Receta		Despesa	
Funchal	Funchal	Ordinária	Extraordinária	Ordinária	Extraordinária
		Impostos, taxas e outros rendimentos	109.689.757\$ 90	Encargos de empréstimos	4.827.87\$ 70
		Reemb. e reposições	1.729.361\$ 20	Passos (a)	38.386.27\$ 40
		Consignações	5.036.101\$ 60	Outras despesas	61.482.41\$ 80
		Prod. de empréstimos	— \$ —	Consignações	3.713.74\$ 60
		Outras receitas	25.106.691\$ 90	Total	108.410.311\$ 50
		Total	141.561.91\$ 60	Extraordinária	34.355.19\$ 10
		Saldo em dinheiro do ano anterior (em cofre e depositado) . .	1.799.01\$ 40	Total	142.765.50\$ 60
		Total geral	143.360.92\$ 00	Saldo em dinheiro para o ano seguinte (em cofre e depositado)	595.41\$ 40
				Total geral	143.360.92\$ 00
				Dividas passivas exigíveis em 31 de Dezembro (b)	12.597.86\$ 50

Obs. O excedente da despesa extraordinária sobre a respectiva receita é devido à utilização da receita ordinária.

(a) Inclui abono de família. (b) Excluindo encargos, não vencidos, com dividas a longo prazo.

Câmara Municipal de Concelho do Funchal, aos 30 de Abril de 19 75

O Chefe da Secretaria,

Arlindo Barbosa

O Presidente,

[Assinatura]

Anexo VI



PPD/PSD
Partido Social Democrata

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PPD/PSD)

MANIFESTO AO CONCELHO DO FUNCHAL ELEIÇÕES, DOMINGO 12 DE DEZEMBRO

Eleições para as Autarquias Locais, Domingo 12 de Dezembro.

Vamos eleger no Concelho do Funchal, o Presidente da Câmara e os Vereadores, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. Serão pois três papéis de cor diferente que vamos depositar na urna de voto.

Vamos disputar as eleições com o novo nome de Partido Social Democrata e a sigla PPD/PSD. Novo nome que não significa que sejamos uma realidade diferente. Somos um partido social-democrata, que quer construir a Social-Democracia, de a data da nossa fundação. Mas só agora é que podemos usar a usar o nome a que sempre tivemos direito porque, antes, um desses mini-partidos, dos cinquenta e tal aparecidos depois do 25 de Abril, abusivamente havia tomado esse nome para si. Desaparecido que foi esse mini-partido só agora a lei permitiu que pudéssemos usar o verdadeiro nome a que desde sempre tivemos direito.

Muitos, que estiveram escondidos durante o gonzalvismo/comunismo, enquanto o PPD/PSD se arriscava durante épocas que foram de autêntico terror, esses conservadores que não querem a Justiça Social vêm agora lançar calúnias contra o nosso partido. Dizem que somos contra a propriedade privada. Dizem que somos marxistas.

A todos os que conhecem o PPD/PSD, claramente salta à vista que se trata de mentiras para ganharem votos. O Povo, depois destes dois anos de luta, conhece as pessoas que militam, lutam dentro de cada partido. O Povo está à vontade para julgar. Nós, sociais-democratas, não tememos esse julgamento, pois tudo o que fizemos e lutámos nestes dois anos e meio, deixa-nos de consciência absolutamente tranquila. Apenas com a mágoa de não termos podido ir mais longe.

Não andámos a enganar pessoas, a fazê-las assinar papéis em branco dizendo que era para apolar o Governo Regional, para depois essas mesmas pessoas se encontrarem contra a sua vontade como candidatos por quem não querem, justamente que não querem voltar ao passado.

Os conservadores utilizam a palavra «socialismo» como um bicho-papão e, para enganarem o Povo, querem meter-nos no mesmo saco do Partido Socialista, este marxista, enquanto que nós, não. Se fôssemos a mesma coisa, para quê então a existência de dois partidos que se defrontam um contra o outro?

Não somos nem marxistas, nem materialistas, nem centralizantes, nem colectivistas como o PS. Somos humanistas, personalistas, descentralizadores e espiritualistas e respeitamos a propriedade privada. Quando falamos em socialismo, queremos dizer que devem acabar os grandes monopólios. Mas entendemos que cada um tem o direito de ter o que é seu, tem direito à sua propriedade. É uma maneira de construir o socialismo é fazer com que haja empregos para todos, e com que aqueles que mais têm, paguem mais impostos, para que todos possam viver com um mínimo de igualdade e decência. Igualdade através dos impostos, e não indo buscar o que é de cada um.

Mais uma vez lembramos que É PRECISO NÃO DISPERSAR VOTOS.

Aqui só há duas forças. Ou os votos vão cair no Partido Socialista que é o representante do Governo Central que tanto nos tem afogado e, este, através da Câmara, tem mais uma faca para meter nas costas do Governo Regional. Ou os votos são para o PPD/PSD. Porque se vamos votar noutras forças, então é inevitável. Teremos uma Câmara Socialista, porque os votos dividiram-se.



Prof. Virgílio Pereira
actual presidente da
Câmara Municipal
e candidato do PPD-PSD

Para o Governo Regional poder funcionar como deve ser, não pode estar a ser minado e obstruído pela Câmara mais importante, porque a da cidade, nas mãos de um outro partido. Acima de lutas partidárias, perguntamos aos Madeirenses:

QUEREM OU NÃO QUE O GOVERNO REGIONAL GOVERNE DURANTE ESTE QUATRO ANOS QUE SE VÃO SEGUIR? Ou preferem ver nas Câmaras outras forças políticas que as rivalidades partidárias acabariam por tornar inúteis os esforços do Governo Regional para resolver os nossos problemas?

É A AUTONOMIA QUE ESTÁ EM JOGO. É NÃO CAÍRMOS NAS MÃOS DOS OUTROS.

A única alternativa possível aos marxistas, é o Partido Social Democrata. O único caminho possível para se lutar pela Autonomia, é o PPD/PSD.

Chama-se a atenção para um engano que vai por aí junto do Povo. Os comunistas do Partido Comunista e da UDP, porque sabem que o Povo não quer saber deles, apresentam-se agora com nomes falsos. A FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO (FEPUI) É O PARTIDO COMUNISTA. OS GDUP são a UDP (ex-FEC).

CUIDADO COM O DISFARCE DOS COMUNISTAS. Agora vêm com palavrinhas mansas, escondendo-se atrás de nomes falsos e de ideias moderadas que, como Judas, lançam para ver se pega. Fora com eles!

As eleições para a Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia têm que significar uma vida mais digna, um maior bem-estar para as pessoas. O Povo, com estas eleições, passa a tomar nas suas mãos o destino da sua cidade, do seu concelho, da sua freguesia.

Foi neste profundo respeito pelo Povo que elaborámos as nossas listas. Constituindo-as com pessoas honestas e competentes que saibam assumir, com dignidade e eficiência, as funções para que forem eleitas.

Formámo-las com pessoas que vivem nos próprios lugares, porque ninguém melhor que elas sentem na sua vida de cada dia, os problemas do meio.

Não fomos buscar ninguém a Lisboa. Não aceitamos pessoas de comportamento moral duvidoso. Não vamos utilizar nomes que não vivem sequer na Madeira, só para decorar as lis-

tas, sabendo-se de antemão que essas pessoas, dadas as funções que exercem, realmente não sairão de Lisboa. Para quê enganarem o Povo, Partidos que não sendo comunistas, têm nas suas listas certos «independentes» trazidos pelo gonçalvismo...

O CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA PELO PPD/PSD, É O ACTUAL PRESIDENTE, O PROF. VIRGÍLIO PEREIRA, SECUNDADO PELO ACTUAL VICE-PRESIDENTE, AURÉLIO GONÇALVES CANHA.

Acompanham-nos na lista, os seus colaboradores mais directos destes últimos dois anos e meio.

Apesar das crises terríveis por que a nossa terra passou, a Câmara nunca falhou. Em épocas tão difíceis como as que atravessámos, teria sido uma tragédia se a Câmara não tivesse funcionado. O Prof. Virgílio Pereira e seus Vogais, conseguiram salvar a Câmara e o funcionamento da cidade, numa época em que teria sido quase impossível fazê-lo.

É O PRESIDENTE E A EQUIPA DE QUE NÓS PRECISAMOS.

Aqui há já provas dadas. Pessoas experientes que já sabem o que têm a fazer.

E OS OUTROS PARTIDOS? QUE GARANTIAS, QUE EXPERIÊNCIAS APRESENTAM PARA UMA CÂMARA TÃO DIFÍCIL?

OS CIDADÃOS DO FUNCHAL QUEREM PASSAR UM CHEQUE EM BRANCO?

OU QUEREM A CERTEZA DA ADMINISTRAÇÃO DO PROF. VIRGÍLIO PEREIRA E DOS SEUS VOGAIS?

Foram certas atitudes políticas inteligentes do Prof. Virgílio Pereira, à primeira vista tão incompreendidas, que permitiram deter o avanço de certas forças esquerdizantes e, com o seu pedido de demissão, fazer mesmo cair a célebre Junta de Planeamento que albergava alguns comunistas. Aliás, a acção da Câmara fez-se sentir em qualquer zona do Concelho, independentemente das opções políticas que aí prevaleciam.

Mas o Partido Social Democrata, ao contrário dos projectos demagógicos dos outros, TEM FACTOS PARA APRESENTAR:

EIS UM APANHADO MUITO GERAL E INCOMPLETO DA OBRA DOS CANDIDATOS DO PPD/PSD — O PROF. VIRGÍLIO PEREIRA E A SUA EQUIPA, NO CURTO ESPAÇO DE DOIS ANOS.

O POVO AGORA QUE JULGUE E ESCOLHA ENTRE ISTO, E O QUE OS OUTROS PARTIDOS NADA TEM PARA APRESENTAR, A NÃO SER PROMESSAS.

I — Obras executadas e já concluídas:

a) Arruamentos:

1 — Alargamento e pavimentação asfáltica do Beco Miguel de Carvalho (junto do Liceu)

2 — Pavimentação asfáltica:

Parque de estacionamento a norte do Palácio da Justiça — Rua das Maravilhas — Rua Dr. Brito Câmara (e infraestruturas, junto à Ribeira de S. João) — Rua Dr. Juvenal — Caminho do Lazareto (entre o Largo da Força e a Casa de Saúde) — Travessa do Lazareto — Rua dos Louros — Rua Aspirante Mota Freitas (com rede de águas pluviais) — Beco do Paiol — Rua das Capuchinhas — Rua da Igreja Nova de S. Gonçalo (e infraestruturas) — Rua do Acciaiolli (e rede de águas pluviais) — Rua Júlio Dinis — Rampa do Conde Carvalho — Rua da Levada de Santa Luzia (entre o Til e a Arcebispo D. Aires) — Travessa do Patronato — Caminho dos Saltos — Rua Mãe dos Homens — Caminho da Terra Chã.

3 — Lançamento de tapetes betuminosos:

Rua Bartolomeu Dias — Rua Dr. Pestana Júnior — Avenida do Infante.

4 — Calçetamentos:

Acesso à Igreja Nova de Santa Rita — Travessa do Cabido — Travessa da Levada do Cavalo — Caminho das Lajinhas (Monte) — Beco da Pedra Mole (S. Martinho) — Beco da Fonte (S. Martinho) — Beco da Amoreira — Travessa da Nazaré — Travessa da Doca (S. Gonçalo) — Caminho da Azinhaga da Casa Branca — Beco da Eira do Lombo (Monte) — Travessa da Cova (S. Roque) — Lombrinho (Sto. António) — Vereda do

Lombo dos Agulares (Sto. António) — Beco do Laranjal (Sto. António) — Beco do Pomar do Miradouro (Sto. António) — Travessa da Casa Branca (Monte) — Travessa da Quinta dos Reis (Monte) — Caminho da Igreja Velha (S. Roque) — Beco entre Miradouro e Ribeira Chaga (Monte) — Rampa do Damião — Travessa do Damião — Beco do Remígio.

5 — Alargamento e calçetamento:

Caminho do Terço — Rua Nova do Pico.

6 — Reparação e reconstrução de diversos muros, bem como reparações de pavimento.

b) Esgotos:

Conclusão do — Ramal na Estrada Visconde Caçongo e Beco do Ribeirinho do Bom Sucesso.

— Ramal nos caminhos do Poço Barral, Caminho do Esmeraldo e S. Martinho.

— Diversos ramais mais pequenos.

c) Águas:

— Conclusão da adutora principal

— Conclusão do reforço da adução e amplificação da rede de distribuição na zona ocidental do Concelho.

— Construção de um reservatório no Bairro de Santa Maria.

— Construção de fontenários em Lombrinho — Viana — Laranjal Pequeno — Curral Velho — Pomar do Miradouro

— Barreira — Pico do Cardo e outros.

— Rede de distribuição de água na Estrada do Livramento e Caminho da Portada de Santo António (falta reparar o pavimento revolvido)

— Aquisição e montagem do equipamento da Câmara de Manobras da Estação de Tratamento de Água.

d) Pontes:

— Construção do Ponte de Pau.

e) Edifícios Municipais e Escolas

— Reparações diversas.

— Construção do Mercado da Rua da Alegria.

f) Electrificações

Parque de Santa Catarina; Mercado - Feira da Rua da Alegria.

II — Obras em curso:

a) Arruamentos:

1 — Pavimentação asfáltica

Estrada Dr. João Abel de Freitas (e infraestruturas) — Caminho de Ferro (e infraestruturas) — Largo Severiano Ferraz e Rua dos Ferreiros — Caminho do Curral dos Romeiros — Lavadeira da Concelção — Caminho da Portada de Sto. António — Rua Visconde Caçongo.

2 — Alargamento e pavimentação asfáltica

Rua do Jasminheiro — Caminho das Voltas — Caminho do Amparo — Vereda do Amparo — Caminho de Sta. Quitéria — Caminho do Galeão — Curral Velho — Vereda do Canto

3 — Regularização de piso empedrado

Troço da Rua Imperatriz D. Amélia — Rua das Cruzes — Miradouro das Cruzes.

4 — Calçetamentos

Caminho do Galeão — Curral Velho — Vereda do Canto

Muro — Beco das Quebradas — Caminho do Pico do Cardo — iniciar com pessoal da Câmara).

bservação: Duas pavimentações, dois alargamentos e quatro calçamentos estão adjudicados, mas não iniciados pelas empresas adjudicatárias.

b) Alargamento de caminhos, muros de suporte e outros trabalhos executados por Comissões de Moradores ou Grupos de Moradores, com a colaboração da Câmara no que diz respeito a material, máquinas e algum pessoal.

Caminho da Bica de Pau — Beco do Pasto — vereda do anto do Muro, Caminho do Galeão — Caminho do Pico do ardo — Três Paus — Caminho da Casa Branca — Caminho do Lombo Jambolero — Caminho das Lajes — Vereda da Águas de Mel — Travessa do Pomar — Caminho do Laranjal Pequeno — Curral Velho — Beco das Quebradas — Cobertura de parte a Levada dos Piornais — Vários melhoramentos em diversos itos.

c) Esgotos

1 — Ramais

Beco das Lajes — Caminho Sto. António — Ponte — Roieiro — Estrada Comandante Camacho de Freitas — Estrada isconde Caçongo — Caminho Palheiro Ferreiro — Caminho elho da Ajuda — diversos mais pequenos.

— Redes de esgotos

Bairro da Ajuda — Sifão da Parte do Ribeiro Seco — con-
nuação da rede da zona turística.

d) Águas

Continuação da construção da estação de tratamento de
guas; continuação da construção do reforço da adução e am-
liação da rede de distribuição na zona ocidental do Concelho;
quipamento para a 2.ª fase da estação de tratamento de águas;
bastecimento por fontenários aos sítios de S. João de Latrão
Lombo da Boa Vista (Santa Maria Maior).

e) Pontes

Construção da nova Ponte do Carmo, já adjudicada e ainda
ão começada pela empresa adjudicatária.

f) Edifícios Municipais e Escolas:

1 — Reparação e melhoramento diversos: Teatro Municipal
— Garagem da Câmara — Armazém da C.M.F. — Mercado dos
avreadores.

2 — Início do processo que deu origem à abertura de con-
ur e adjudicação das Escolas do Lombo Segundo — S. Ro-
ué — da Escola do Tanque — Sto. António.

g) Elaboração de planos de pormenor das seguintes zonas:

Achada — Pilar — Madalena — Barreiros — Amparo - S.
Martinho — zonas industriais em S. Martinho.

h) Electrificações solicitadas à E.E.M. (algumas em curso
e a maior parte para iniciar brevemente)

Caminho da Cova do Til (S. Martinho) — Caminho da Ale-
ria (S. Roque) — Travessa das Voltas — Bica de Pau (S. Gon-
zalo) — Caminho dos Tornos — Vereda que liga a Levada do
sítio do Ribeiro Seco ao sítio das Neves — Pico Cardo — Es-
trada da Boa Nova — Beco do Cano (Fonte) — Lajes — Beco
das Bananeiras — C.º do Terço — Beco da Bujaria — S. Roque
— Rua Tenente Gaspar Frutuoso — Beco n.º 16 — Álamos —
Beco de ligação entre a Bica de Pau e a Estrada Conde Car-
valhal — Travessa Entrada do Seminário (S. João) — Caminho do
trapiche e Laranjal — 2.ª Travessa do Lazareto — Caminho das
Preces (Sta. Quitéria) — Vereda, em frente à Capela do Ampa-
ro — Vereda do Pilar — Travessa do Pomar — Beco do Pão
Duro — Sítio do Pão Duro — Sítio da Levada da Corujeira —
Ampliação do Beco das Lajes — Travessa da Boa Vista — 1.ª
Beco à esquerda, no C.º das Romeiras — Sítio do Calhau (S.
Roque) — Caminho Municipal, à subida do C.º das Neves —
Vereda de ligação entre a Lombada de Cima e a Sítio do Pinhel-

ro das Voltas — Beco que prolonga o C.º do Pinheiro das Vol-
tas — Beco de acesso ao Sítio de S. João Latrão — Caminho
do Palheiro (entre a Quinta e o Largo) — Caminho da Fonte da
Pereira (Monte) — Beco da Pedra Mole (Ajuda) — Caminho da
Igreja da Vitória — Beco da Ladeira (Monte) — Beco de liga-
ção da Escola à R. Dr. Pita — Beco da R.º Seco — Neves.

i) Construção de Habitação Social

— 75 residências em Sto. Amaro;

— 8 residências em S. Roque;

— 6 residências no Caminho de D. João;

— 4 residências no Caminho das Murteiras;

— 2 residências na Fundoa;

— 1 residência na Rua Luís de Camões;

— 48 residências no sítio da Ribeira Grande (B.º de Sto.
António);

— 127 residências no Bairro do Hospital que estão a ser
construídas pelo Fundo de Fomento de Habitação em terreno
da Câmara e cujos projectos foram mandados elaborar por es-
ta Câmara.

j) Ampliação do cemitério de S. Martinho

e) Lixos:

Foi adjudicado o fornecimento de 140 contentores que ain-
da não foram entregues.

III — Obras projectadas ou em estudo:

a) Arruamentos:

Arruamento de acesso ao Quartel (já elaborado e esperan-
do financiamento) — Estrada e ramais de S. João de Latrão (em
execução na Câmara) — Alargamento e pavimentação do Ca-
minho do Pasto (em execução na Câmara) — Travessa Manuel
Alexandre (em execução na Câmara) — Caminho de acesso a
de Mel (em execução na Câmara) — Caminho da vereda da Água
de Três Paus e Viana (em execução na Câmara) — Arruamento
de ligação do Caminho do Palheiro com a Estrada Nova do Bom
Sucesso (Beco da Docca) (em execução na Câmara) — Alarga-
mento, por troços, do Caminho do Pilar — Pavimentação as-
fáltica e rede de águas pluviais da Rua do Bom Jesus e João
de Deus (em execução na Câmara) — Pavimentação da Cal-
çada da Encarnação e começo da R. de Santa Luzia (em execu-
ção na Câmara) — Alargamento e pavimentação da Estrada Lu-
so-Brasileira (em execução na Câmara) — Prolongamento da
Rua 5 de Outubro (já elaborado) — Pavimentação e infraes-
truturas da Rua Arcebispo D. Aires (em execução na Câmara)
— Elaboração do projecto de arruamentos da zona Mercado
Licu e da zona dos Ilhéus — Elaboração do projecto da Es-
trada de cintura que passará pelo Curral Velho e Pomar do Mi-
radouro, da cota 40, do alargamento e pavimentação do Ca-
minho da Achada, do Caminho do Pinheiro, da pavimentação
asfáltica do Caminho da Azinhaga e da Caboqueira e R. dos
Ilhéus e da Rua de Santa Luzia e C.º do Monte.

b) Águas:

Adutora de Santa Luzia (alteração); Abastecimento de
água ao Molhe da Pontinha; Reservatório no Caminho do Lom-
bo; abastecimento de água ao Concelho — Sector Central —
zonas 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª; abastecimento de água à zo-
na de expansão turística. Nova origem de água — Galeria do
Curral das Freiras; abastecimento domiciliário de água ao si-
tio do Curral dos Romeiros.

c) Esgotos:

Estudo do interceptor da rede de esgoto do Concelho que
recolherá todo o esgoto das suas zonas alta e média; esgotos
do C.º dos Saltos (desde a Estrada dos Marmeleiros até à Pe-
nha de França); Esgoto do Caminho do Pilar.

d) Habitação Social:

— 100 residências no Bairro do Hospital (em execução por
técnicos não camarários);

— 140 residências no sítio da Ribeira Grande — B. de Sto. António (em execução no Gabinete de Urbanização);

— 60 residências em Sto. Amaro (já elaborado e em apreciação neste momento, no Fundo de Fomento de Habitação e já aberto concurso);

— Ampliação do Bairro dos Viveiros e do Bairro de Santa Maria (os projectos já estão elaborados, apenas faltando o financiamento);

e) Electrificações:

Rua Luís de Camões (já elaborado); Rua dr. Pestana Júnior; Iluminação do Parque Infantil a construir no Parque de Sta. Catarina.

f) Parque Infantil de Sta. Catarina (a abrir concurso brevemente)

g) Tratamento de lixos:

Construção de uma central de tratamento de lixos (as propostas estão neste momento na Direcção Geral de Urbanização, para despacho final)

h) Edifícios municipais

Ampliação do Mercado dos Lavradores (zona nascente — projecto já elaborado).

i) Aquisição de terrenos

Foram enviados à Direcção-Geral de Urbanização, nove propostas para aquisição de terrenos que totalizam duzentos e vinte mil metros quadrados, destinados a habitação, escolas e outro equipamento social.

IV — Aquisição de máquinas e viaturas

a) Viaturas

1 Station Ford transit, 1 carrinha Toyota, usado, de caixa aberta, 2 carrinhas Peugeot 404, de caixa aberta.

2 — Para o serviço mortuário:

2 station Peugeot 404, usados.

3 — Para o serviço dos jardins:

1 carrinha Ford transit, de caixa aberta.

4 — Para os serviços de Higiene e limpeza:

1 carrinha Peugeot 403, usado, de caixa aberta; 1 carrinha Peugeot 404, usada, de caixa aberta; 2 camiões Volvo F-86, com caixa preparada com compressão e trituração; 1 chassis de camião Ford, no qual se montou uma caixa com compressão, já existente; 2 Toyotas médios, com caixa normal para recolha; 1 chassis de camião Volvo F-86 para nele ser montada uma caixa com compressão de uma outra viatura da mesma marca que está ao serviço.

5 — Para a repartição de obras públicas, no que concerne a serviços de fiscalização, escolas, edifícios públicos, Assistência Social e Serviços Culturais:

4 Peugeot 204, 1 Peugeot 504, 1 station V.W (única viatura a

gasolina que foi adquirida), 1 carrinha Peugeot 403, usado; de caixa aberta; 5 carrinhas Peugeot 404; 2 novas e 2 usadas, de caixa aberta; 1 motociclo; 1 Jeep Portoro; 1 station Ford transit (ainda por receber); 2 Toyotas, com caldeiras para alcatrão; 1 camião Fargo, usado; 1 camião Ford, usado; 1 camião Scania, usado; 3 camiões Scania (ainda não recebidos dois).

b) Máquinas:

2 pás carregadoras de rastros (e nova e outra usada); 2 cilindros para compactação (um médio e um pequeno); 2 caldeiras para alcatrão; 1 misturadora para tapetes betuminosos; 3 compressores; 3 betoneiras (um usado); 1 britadeira, usada; 4 Dumpers; 4 pás vibradoras; 1 pilhão; 1 soprador; 2 compres-

sões de ar; 1 máquina de soldar; 1 prensa mecânica; 1 macaco de elevação de 14 toneladas; 1 máquina de lavagem, a quente; 1 moto-soldadora; 2 moto-serras; 1 moto-bomba; Diversas ferramentas; 1 máquina universal para trabalhar madeiras (ainda por receber).

A lei será cumprida. O caso das ocupações será resolvido, mas numa perspectiva humanista, sem esquecermos a caridade que devemos ao nosso semelhante.

Num momento em que o Governo Central do Partido Socialista se recusa a cobrir o déficit orçamental da Região (260.000 contos) — cobertura a que está obrigado pela lei que diz que compete ao Estado — suprir os custos da insularidade — neste momento, qualquer partido que apareça com um programa desenvolvido, não faz mais do que demagogia, dada a falta de garantia de verbas.

Claro que os candidatos do Partido Social Democrata comprometem-se a continuar as melhorias no campo dos arruamentos mais frequentados pelos Trabalhadores e pelos transportes colectivos, no campo da habitação social, no alargamento das redes de esgotos e águas, a melhorar as condições de limpeza da cidade, etc.. Mas, sem verbas, entrar em promessas, é desonestidade que não fazemos.

NÃO FALTES AO TEATRO MUNICIPAL, NA QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO, PELAS 20.30 HORAS!

SESSÃO EM QUE VÃO FALAR ALGUNS DOS CANDIDATOS, ENTRE ELES O PROF. VIRGÍLIO PEREIRA.

VEM, E TRAZ CONTIGO OS TEUS FAMILIARES!

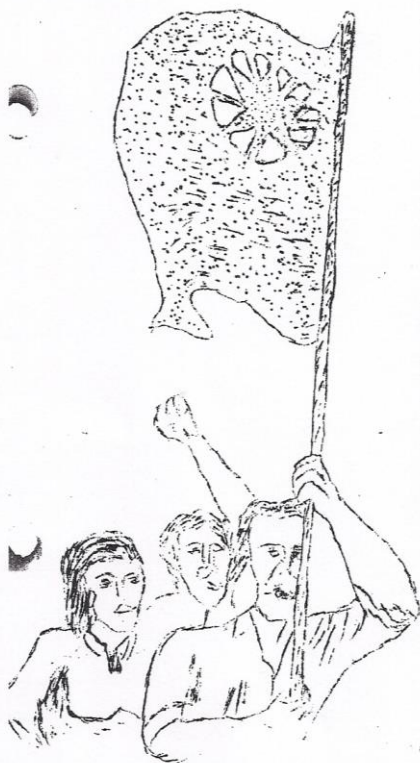
NO DOMINGO, 12 DE DEZEMBRO, É PRECISO QUE VÁS VOTAR!

ABSTER-SE, FALTAR, É DEIXAR O NOSSO DESTINO NAS MÃOS DOS OUTROS.

PARA VOTAR NO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA — PPD/PSD — É PÔR UMA CRUZ DENTRO DO ÚLTIMO QUADRADO DE CADA UM DOS BOLETINS DE VOTO, ÚLTIMO QUADRADO DO LADO DA MÃO DIREITA.

Anexo VII

AL 76



GRANDE COMICIO E FESTA POPULAR - JARDIM - 7h.da Tarde

Pôr o Povo a Mandar nas Câmaras e Juntas!

Sobre a necessidade de unir o povo na luta para pôr
as Câmaras e as Juntas de freguesia ao seu serviço,
e para combater o avanço do fascismo,

vão falar os nossos camaradas de luta:

Padre Martins - Machico

Gabriela Gonçalves - Ponta do Sol e Comissão Nacional

Um candidato da Câmara do Funchal

Um candidato da Assembleia Municipal do Funchal

E vão cantar:

O cantor popular - PEDRO BARROSO e

Companheiros da Ponta de Sol

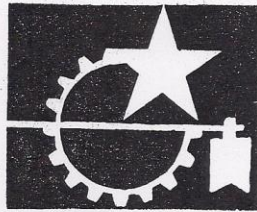
O POVO É QUEM MAIS ORDENA!

VOTA GDUPS!



VEM E TRAZ O TEU AMIGO TAMBEM

Anexo VIII



A UDP E AS ACTUAIS ELEIÇÕES

**A TODA A CLASSE OPERARIA!
AOS POBRES DO CAMPO!
AO POVO POBRE DA MADEIRA E PORTO SANTO!**

CAMARADAS, COMPANHEIROS e AMIGOS:

1. O objectivo principal da UDP é trabalhar para UNIR todo o povo pobre na luta contra a miséria, o avanço do fascismo e o imperialismo.

Foi por isso que a UDP apoiou com todas as suas forças a candidatura do general do Povo, OTELO Saraiva de Carvalho, à Presidência da República. E em volta do candidato do Povo e do seu programa, uniram-se mais de 800.000 trabalhadores em todo o País.

Esta unidade, conquistada na luta para pôr OTELO em Presidente dum Governo ao serviço do Povo Pobre, é muito importante para a UDP.

Pela primeira vez, depois dos primeiros tempos após o 25 de Abril, muitos trabalhadores foram capazes de ultrapassar as divisões criadas pelos partidos burgueses e fascistas, e unirem-se como um só homem para conquistar um governo ao seu serviço.

E foi durante a campanha que se formaram os GDUP's — Grupos Dinamizadores de Unidade Popular — que têm no seu seio trabalhadores de diferentes partidos ou sem partido.

E embora OTELO não tivesse ganho as eleições, a unidade conquistada durante a última campanha eleitoral não parou de crescer.

Os GDUP's também têm crescido e reúnem à sua volta cada vez maior número de trabalhadores que estão a abandonar o PS, o PC e mesmo o PPD por começarem a compreender que quem manda nesses partidos são inimigos do Povo Pobre.

A UDP APOIOU DESDE O INÍCIO A FORMAÇÃO DE GDUP's E TODOS OS SEUS MILITANTES ESTÃO NOS GDUP's, UNIDOS A TRABALHADORES DOUTROS PARTIDOS OU SEM PARTIDO, NA LUTA CONTRA A MISÉRIA, O AVANÇO DO FASCISMO E O IMPERIALISMO!

A UDP RECONHECE QUE OS GDUP's SÃO A ORGANIZAÇÃO CAPAZ DE UNIR TODOS OS TRABALHADORES DE PORTUGALI

POR TUDO ISTO É QUE A UDP NÃO CONCORREU A ESTAS ELEIÇÕES E DÁ TODO O SEU APOIO ÀS LISTAS DOS GDUP's!

PARA UNIR O POVO E ACABAR COM AS DIVISÕES QUE OS PARTIDOS BURGUESES E FASCISTAS FIZERAM!

2. E o Movimento de Unidade Popular continua a ganhar cada vez mais força! As medidas tomadas pelo Governo do Dr. Soares no Continente e pelo governo do PPD nas Ilhas, estão a mostrar a cada vez maior número de trabalhadores que é necessário unir-se e lutar para conseguir melhores condições de vida e de trabalho e para impedir o regresso ao fascismo, que o CDS tão descaradamente defende!

Quem permite que os Pides sejam soltos e armados, quem permite a liberdade para os bombistas e fascistas, quem vende Portugal aos Alemães e aos Americanos, é inimigo do Povo Pobre! E é isso o que o PS e o PPD fazem. É isso o que o CDS quer!

Quem faz leis a permitir os despedimentos, a permitir o aumento do custo de vida, a dar indemnizações aos grandes capitalistas, a atacar a Reforma Agrária, o Controlo Operário e as Nacionalizações, está contra os trabalhadores e a favor dos grandes capitalistas! E é isso o que o Dr. Soares e o Dr. Carneiro fazem! É isso o que o CDS quer!

Quem permite as acções de despejo e o aumento do preço dos transportes, quem impede que os novos Contratos Colectivos de Trabalho sejam aplicados e que não seja aplicado na Madeira as conquistas dos Trabalhadores do Continente, quer fazer com que sejam os trabalhadores a apertarem o cinto para os ricos encherem ainda mais a pança! E é isso o que o Governo Central PS e o Governo Regional PPD estão a fazer — abrir o caminho ao fascismo que o CDS pretende ver de novo em Portugal!

É por tudo isto que a UDP diz que só há um candidato — o da unidade, da organização e da luta de todos os trabalhadores, passando por cima das diferentes opiniões partidárias!

É por tudo isto que a UDP diz que só os GDUP's é que podem UNIR O POVO POBRE para a luta pelos seus direitos e pela liberdade!

É por tudo isto que a UDP chama todos os trabalhadores a não se deixarem enganar pelos partidos mandados por burgueses e fascistas e a votarem nas listas dos GDUP's, para que todo o Povo Pobre comece finalmente a mandar nas Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia! Só as listas dos GDUP's é que têm em maioria operários, camponeses e trabalhadores pobres que sentem na carne a miséria e as más condições de vida e que de certeza lutarão para resolverem os problemas de todos os Pobres!

Só com a unidade em volta dos GDUP's é que o Povo Pobre vencerá! Para isso, é preciso também que todos os trabalhadores não se deixem enganar pela Frente Eleitoral Povo Unido! Estes senhores aparecem agora a falar em unidade do Povo, mas foram os primeiros a trabalhar pela divisão! Foram eles que apresentaram a candidatura de Octávio Pato que só atacou a candidatura de OTELO e que veio permitir que o candidato da direita fascista, o Eanes, conseguisse vencer! Como saíram derrotados dessa manobra de divisão, resolveram mudar de nome para enganarem o Povo Pobre e dividirem os trabalhadores! Por isso, é que todos os trabalhadores devem unir os seus votos em volta dos GDUP's e darem todo o desprezo àqueles que, falando em unidade, não querem mais do que permitir que os fascistas avancem ainda mais!

Trabalhador!

Se votaste UDP, vota nos GDUP's!

Se votaste OTELO, vota nos GDUP's!

Se votaste PS, PPD ou no Partido de Cunhal, pensa bem no que é que os doutores que mandam nesses partidos têm feito contra ti!

Une-te aos GDUP's, para avançarmos todos juntos para pôrmos em Portugal um Governo ao serviço do Povo Pobre, para conquistarmos as Câmaras e Assembleias para as mãos do Povo!

VOTA GDUP's! VOTA NA UNIDADE DO POVO TRABALHADOR!

**TODO O APOIO
AS LISTAS DOS GDUP's!
EM FRENTE COM O MOVIMENTO
DE UNIDADE POPULAR!**

VOTA



Anexo IX

Ata da Reunião Ordinária realizada no dia treze de Janeiro de mil novecentos e setenta e sete.

Aos treze dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e sete, nesta Cidade do Juiz de Fora, no edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões do Município, reuniu-se a respectiva Câmara Municipal estando presentes, além dos Exceletíssimos Presidente e Vereador Substituto da Presidência Regílio Rodrigo Gonçalves Bezerra e Aurélio Gonçalves Loureiro, os Vereadores Senhores Antônio Jorge Guimarães da Trindade, Carlos Alberto da Cruz Brito, Gabriel Augusto Rêgo Bezerra, Luis Alberto Homem Ferezeira, João Florêncio Gomes Aguiar e Jorge Manuel Jereza da Silva. Também presente ainda o chefe da Secretaria Adelino Barbosa. Aberta a reunião às quinze horas, foi lido o requerimento do Senhor Doutor Cristiano Antônio Silva Barros de Freitas que se declara impossibilitado legalmente do exercício de vogal desta Câmara Municipal em virtude de o seu cargo de Director Geral do Turismo ser incompatível, o qual foi por unanimidade deferido, em consequência, chamada a Senhora Dona Maria Teresa Bar Ribeiro depois do Senhor Presidente ter sido afastado, em face do impedimento processual e do disposto no artigo trinta e quatro do Decreto-Lei número setecentos e um - A/cento e seis, de vinte e nove de Setembro, os seus poderes. Entrou-se depois no seguinte expediente.

Requerimentos:

Antônio Rodrigues de Souza, solicitando autorização para pintar e calar o prédio situado à Estrada Doutor João Abel de Freitas, nas cores que indicou "Defezido".

João Aguiar Aguiar do Souto Santo Lima, pedindo, participando que a Cooperativa está a proceder a obras num prédio no Garrett Rua do Machado e Faria da Motta, sítio onde o requerente pretende construir um edi-

os elementos noticiosos cujo conhecimento interesse sobremaneira à polietiridade, designadamente os dimanados do Gabinete de Informação, à semelhança do que sucede com os Gabinetes de Imprensa de Ministérios e outras entidades, onde os órgãos de informação vão colhê-los; Alínea d) Que se agradeça à imprensa local, rádio e televisão a cooperação e facilidades sempre recebidas pelos Serviços Municipais.

Nomeação dos representantes da Câmara na Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e Comissão Municipal de Higiene: -

Posta do Senhor Presidente e por unanimidade foi deliberado nomear o vogal Senhora Dona Lezíria Teresa dos Sinheiros para representante da Câmara na Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e o Senhor Doutor João Olímpio Gomes de Aguiar para representante da Câmara na Comissão Municipal de Higiene.

Reuniões da Câmara: -

foi deliberado que as reuniões da Câmara fariam lugar na primeira quinta-feira de todos os meses, pelas quinze horas, transferindo-se para datas a guiar quando não se fôr dias úteis.

Distribuição de pelouros: -

O Senhor Presidente apresentou a seguinte distribuição de pelouros, nos termos do parágrafo terceiro do artigo cinquenta e oito do Código Administrativo, com a repartição acordou: - Secretaria, Tesouraria, Sessal, Polícia Municipal, Serviço de Incêndios e Obras Particulares. *Presidência*; Assistência - Jorge Manuel Ferear da Veiga França; Trânsito - Doutor António Jorge Guimarães da Fimidade; Bombeiros,

Higiene e Salubridade, Desportos e Recreios - Doutor João
 Florêncio Gomes Aguiar; Abastecimentos (Quebrados e
 Feições) ^{Engenheiro} Aurelio Gonçalves Barbo; Zona Rural (Interesses
 Gerais) - Carlos Alberto da Cruz Bixirão; Zona Urbana
 (Interesses Gerais) Engenheiro Luis Alberto ~~Comen~~
 Ferreira; Assuntos Culturais, Biblioteca, Museu e
 Teatro e Educação: Professora Maria Teresa Sar-
 dinha; Jardins e Turismo: Gabriel Augusto Feijó de
 Sousa

Síntese de actividade de para o ano cor- rente:

O Senhor Engenheiro
 apresentou uma síntese do programa de realização
 para este ano, oportunamente aprovado e integrado
 no orçamento, e o Senhor Engenheiro Manuel de
 Sousa deu uma panorâmica geral sobre o estado
 em que se encontra o problema do abastecimento de
 água ao Conselho, o rede de saneamento, referindo
 as obras executadas e o que se projecta e torna ne-
 cessário fazer num e noutro destes campos

Obras publicas mu- nicipais - Estudo da colta quaranta:

Jo. decidiu convidar os membros da respectiva especia-
 lidade para estarem presentes a uma reunião no edi-
 fício dos Sãos do Conselho, em data a esboçar nos
 próximos quinze dias a qual será planificada pelos
 Senhores Engenheiros Luis Alberto ~~Comen~~ Ferreira,
 Carlos Alberto da Cruz Bixirão vogais desta Câmara
 Municipal Engenheiro Director da Repartição de Obras
 Engenheiro Adjunto da mesma Repartição Engenhei-
 ro chefe dos Serviços de Águas e Saneamento e
 restante corpo técnico, bem como o Senhor Engenhei-
 ro Sar Zato da delegação do Fundo de Jovens
 de Habitação, tendo por objectivo a elaboração

Anexo X

Nota Biográfica de Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme¹⁹⁷

1930 – Nasceu em Marco de Canavezes em 4 de outubro.

1948 – Foi incorporado na Escola do Exército em 26 de novembro onde concluiu o curso de oficial para a arma de cavalaria.

1954-1956-1961-1962 – Serviu na Índia com as patentes de alferes, tenente e capitão, tendo sido prisioneiro de guerra do exército da União Indiana.

1962 – Comandou em campanha subunidades da sua arma, em Angola e Guiné.

1974 – Dirigiu e comandou o movimento militar do 25 de abril no norte de Portugal.

1974-1976 – De maio de 74 a setembro de 76, desempenhou as funções de governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, comandante-chefe das Forças Armadas e governador militar da Madeira. Presidiu às Juntas de Planeamento e Governativa da Madeira.

1986 – Chefe da Casa Militar do Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas, Mário Soares.

¹⁹⁷<http://www.dodouropress.pt/index.asp?idedicao=66&idseccao=564&id=2961&action=noticia>
(consultado em 6 de junho de 2018)

Nota Biográfica de Fernando Pereira Rebelo¹⁹⁸

1919 – Nasceu em Gouveia.

19(?) – Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi duas vezes presidente da Associação Académica de Coimbra e também dirigente do T.E.U.C. (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra) e diretor do jornal académico «Via Latina». Colaborou em diversos jornais e revistas.

1940-1950 – Participou ativamente nos movimentos políticos de resistência ao “Estado Novo”, tendo sido membro da Comissão Democrática de Coimbra de apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República.

1964-1965 – Foi presidente do Clube Desportivo Nacional da Madeira.

19(?) – Presidiu à direção da Associação de Desportos da Madeira.

1969 – Foi um dos candidatos oposicionistas da Madeira a deputado à Assembleia Nacional.

1974 – Foi um dos Fundadores do Movimento Democrático da Madeira, em maio de 1974, tendo sido governador civil do Distrito Autónomo do Funchal entre 7 de agosto de 1974 a 20 de fevereiro de 1975.

¹⁹⁸ <http://www.cdnacional.pt/presidentes/>(consultado em 15-6-2018), (Pestana, 2003: 4), *Jornal da Madeira*, Funchal, 9 de agosto de 1974, p. 3.

Nota Biográfica de Virgílio Higinio Gonçalves Pereira¹⁹⁹

1941 – Nasceu na freguesia de Santa Luzia no dia 11 de janeiro.

1951-1960 – Frequentou o Liceu Nacional do Funchal.

1957-1958 – Presidente diocesano da Juventude Católica da Madeira e secretário da Conferência de São Vicente de Paulo.

1960 – Ingressou na Universidade, Faculdade de Ciências de Lisboa, no curso de Engenheiro Geógrafo.

1968-1974 – Professor na Escola Preparatória Gonçalves Zarco e Escola Industrial e Comercial do Funchal.

1971-1976 – Secretário da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Madeirenses (BVM).

1974-1977 – Presidente da CA da CMF.

1977-1983 – Presidente da CMF.

1975 – Vogal da JPM (entre 11 de março a 24 de setembro de 1975).

1983 – Presidente da Junta Autónoma dos Portos do arquipélago da Madeira, (de abril de 1975 a 11 de outubro de 1978).

1983 – Presidente do Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira (11 de janeiro a 31 de maio de 1983).

1983-1986 – Deputado à Assembleia da República pelo PPD/PSD.

1984-1994 – Presidente Direção dos BVM.

1986-1994 – Deputado ao Parlamento Europeu pelo PPD/PSD.

1994 - Presidente da CMF (7 de janeiro a 30 de setembro de 1994).

1994 – Presidente da Associação de Municípios da RAM (20 de janeiro a 13 de outubro de 1994).

¹⁹⁹ Fontes: Clode, [s/d]: p. 366 e 367, <http://www.adecom.pt/index.php/socios-honorarios-e-distincoes/13-adecom/socios-honorarios-e-distincoes/84-virgilio-higinio-goncalves-pere> (consultado a 8-01-2018).

1994-1996 – Presidente da Assembleia-geral da Federação dos Bombeiros da RAM.

1997 – Presidente da Federação dos Bombeiros da RAM.

1998-2001 – Presidente da Assembleia-geral da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Monte (ADECOM).

2001-2004 – Presidente da ADECOM.

2004-2006 – Presidente da comissão “Funchal – 500 Anos”.

Anexo XI

Entrevista a Virgílio Higinio Gonçalves Pereira, em 16-08-2017

Boa tarde, senhor professor Virgílio.

Pretendo realizar esta entrevista que se insere no meu trabalho de dissertação “O Poder Municipal no Funchal: do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976”, no âmbito do Mestrado em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira.

Segundo Luís Calisto, em *Achas na Autonomia*, o senhor professor foi “abordado na Rua do Aljube, perto das floristas, por António Loja e é convidado para dirigir a Câmara do Funchal. “Assustado” vai de férias para Canárias, mas é esperado à chegada” (Calisto, 1995: 38.).

– O que sentiu nesse momento, quando foi convidado para presidir à Câmara do Funchal? Esse período de férias serviu para uma reflexão sobre a proposta e tomada de decisão?

Virgílio Pereira: O que senti nesse momento [...] e confirmo [...] só acrescento, por uma questão de complemento informativo, que o Dr. António Loja, então, era um dos membros do movimento que se formou com democratas que obviamente eram contra o anterior regime, não eram fascistas, eram já democratas, e que se chamou Movimento Democrático Madeirense e era presidido pelo Dr. Fernão que foi governador civil depois do 25 de abril, o último depois do 25 de abril. Depois dele foi extinto o governo civil (só para um complemento). Eu na altura, quando o António Loja me convidou, senti como aquelas pessoas dizem, um friozinho na barriga (como diz o outro). Não tinha experiência nenhuma na política. Só tive um caso ou outro na minha vida, quando estava em Lisboa, no abandono universitário, tive um contacto político, realmente, que enfim, me obrigou a dizer e discutir umas coisas, mas não dá para dizer hoje, com toda a vaidade, que tinha experiência política. Não tinha nenhuma, nem partidária, nem nada, nunca tinha entrado num partido. Nada, nada. Os meus pais também não eram políticos, mas o meu pai, por exemplo, era um comerciante e comemorou a chegada do dia 25 de

abril à moda dele... mas uma pessoa com o ensino básico, enfim, simples. Eu obviamente, também não tinha experiência nenhuma política, nem sequer frequentei os meios da oposição, nem nada disso. Senti um friozinho, como se diz, na barriga, e disse que isso não podia ser. Disse para o Loja, que não sabia, tinha de pensar. Agora não posso. Vou para férias, e não tinha decidido. Claro, não tinha nada decidido ir para férias. O meu pai tinha tido um enfarte do miocárdio 6 meses antes. Peguei na minha mãe, no meu pai, na minha mulher e fui a uma agência, tratei em dois dias, ou num dia, uma viagem a Canárias e fiquei lá 15 dias. E, pensei que eles iam esquecer, mas eu na correspondente fui a uma agência, uma ali ao pé do Golden, e disseram-me lá em Canárias... olhe, querem muito falar consigo do Funchal, mas não pensei mais nisso. Quando cheguei cá, fiquei admirado. Os “pestezinhos”, os meus queridos amigos... esperaram calmamente. Souberam de tudo, a agência que fui, o hotel para onde fui, tudo isso. [...]. E, então, estava o António com a mesma conversa. A gente está à sua espera. Lá falamos, e diz o António: oh homem daqui a um ano, se não quiseres continuar pronto, voltas às aulas. Eu não era professor efetivo, era professor provisório. Fazia o meu trabalho e, dependia, se houvesse lugar ou não na escola. Nessa altura, havia muita falta de professores, porque estava a aplicar-se a reforma nova do professor doutor Veiga Simão. E, portanto, eu tinha muita esperança e muita oportunidade em continuar alguns anos bons na Escola Industrial, Comercial e Gonçalves Zarco. Bom, troquei impressões com o Loja sobre isso e disse se é assim, está bem. Acabei por dizer que sim, com a convicção de que, um ano depois, ia haver eleições para as autarquias. As eleições vieram 2 anos e meio depois. O tempo suficiente para, como se diz popularmente, eu criar um “bichinho” pela autarquia que presidia, pela cidade em que nasci e, uma necessidade de ser útil a tanta gente que encontrei. Nem vale a pena dizer, hoje, em que condições. Se hoje há miséria, nessa altura, não sei o que hei-de chamar. Foi uma pobreza franciscana, uma coisa de primeira ordem, uma coisa terrível, nem luz, nem água, nada de nada, nem escola, ...foi assim...

Em 3 de outubro de 1974, o senhor professor foi empossado como presidente da Comissão Administrativa da CMF. No seu discurso salientou que o seu propósito era: “servir o melhor possível os munícipes, olhando pelo interesse de todos e não pelos de grupo” e que, “ninguém pode governar só. Só uma vivência democrática poderá levar-nos ao progresso” (DN, Funchal, 4 de outubro 1974, últ. p.).

– Atendendo ao facto de termos vivido durante 48 anos uma ditadura, como descreve a operacionalização desses propósitos?

V. P. : Simples. Eu, na minha vida, professor provisório, na escola Gonçalves Zarco que funcionava na Escola Comercial e Industrial, que é hoje a Francisco Franco, não havia ainda o edifício próprio para a Gonçalves Zarco, no primeiro ano, fui professor na Gonçalves Zarco, no segundo ano, já fui professor das duas escolas que funcionavam no mesmo edifício. Eu, já nessa altura, tinha uma maneira de ser, de tratar com as pessoas, que enfim, não precisava de, digamos... retoques do 25 de abril, para me formar, de tal forma que compreendesse que o melhor regime do mundo é efetivamente a democracia, porque nos proporciona uma liberdade total e não há bem nenhum, neste mundo, que se possa equivaler em importância humana, do que a liberdade. De maneira que o tratamento que tinha, com os senhores serviçais, os homens que andavam na limpeza, as mulheres nas casas de banho, os contínuos ou na secretaria, os meus colegas da mesma condição do que eu, os colegas já efetivos ou licenciados, mas não do quadro, procurei ter sempre o respeito pelo próximo e de abertura e sinceridade. Quando não sabia uma coisa, ia perguntar àqueles que me pareciam ser sabedores. Os alunos, como eram do primeiro e segundo ano, eram novinhos e vinham com aqueles “viciozinhos” e às vezes, eu puxava por uma orelhinha, que nessa altura não era pecado nenhum. Às vezes o ponteiro saía da minha mão, sem querer, e batia no dedo deles e davam um pulo. Isso acontecia, mas nunca pus um aluno fora da aula. Nunca marquei uma falta de castigo. E, era sempre o “Ai Jesus” deles quando havia reuniões de conselho de turma, para as classificações trimestrais e anuais. Portanto, eu reconheço que o 25 de abril foi das coisas mais importantes que houve na minha vida e na minha formação política. Simplesmente, esses contatos políticos que eu tive quando andava na universidade, fizeram-me e obrigaram-me, a que eu lesse muita coisa. Até *O Capital* do Karl Marx, li. Tudo o que era social-democrata, o que era ligado ao socialismo e, àquilo que hoje se diz ex-comunismo, quase tudo, não li tudo, mas li muita coisinha. Porquê? Estava numa pensão, digamos assim, particular de uma senhora que alugava quartos a estudantes. Havia lá 2 ou 3 rapazes, que não conhecia. Um, era de Viana e outro de Castelo Branco, que tinham atividade política. Um deles era comunista que estava num quarto independente e, a gente criou uma empatia, um pelo outro. Denunciou-se, digamos assim e começou a emprestar-me os livros que tinha, e eu ia lendo. O outro já não se dava bem com ele, mas... eu fazia, digamos, uma interligação dentro do nosso

apartamento. Beneficiei de tudo isso e, portanto, quando foi o 25 de abril, tomei uns whiskies com o meu sogro.

Vinte e três dias, após a tomada de posse, em entrevista ao *DN*, dizia o senhor professor que: "já fazia uma ideia, se bem que pálida do que havia de encontrar, mas é claro que a realidade é bem pior do que aquela que julgava" (*DN*, Funchal, 27 de outubro, 1974, p. 1 e 3).

– Pode especificar essa realidade que encontrou?

V. P. : Eu tinha o conhecimento de uma realidade, que é aquela que se proporciona aos bombeiros. Eu era um dos diretores dos bombeiros voluntários, como secretário da direção. O presidente era o Dr. Joaquim Simões Ferraz, da agência Ferraz e, então, conheci o Funchal e proporcionei aos bombeiros, num caso de doença, ir buscar uma pessoa a casa. Um caso de atendimento na rua, porque além disso era motorista voluntário, além de diretor. Também queria fazer alguma coisa na prática. Depois como diretor gostava de acompanhar todos os trabalhos dos homens. Gostava de ver os "pianos" que eles tinham de "tocar" muitas vezes. Quer dizer, quando se tratava de um trabalho, extraordinariamente difícil, eles chegavam ao quartel e diziam que tinham um "piano", uma coisa pesada. E, eu às vezes... incêndios... tudo isso eu ia atrás deles, fosse às 2, ou às 3 da manhã e, então, se fosse na serra, eu ia. Há uma coisa que agora aproveito para dizer... A propósito deste clima que se vive, no nosso país, e já se viveu aqui também na região, há um ato, que é muito mau hábito, por parte de quem é cidadão vulgar e não tem responsabilidades nesta área, nem de combate, mas que pode evitar. Se cada um evitar, já é um contributo muito bom. Mas, aqueles que atacam, aqueles que gerem os meios, que a pensar-se, ainda hoje, dou com gente que pensa que se estão no quartel e há um fogo urbano, sai logo no primeiro minuto, senão é castigado. Se é na serra ainda há uma cooperação ou outra deste país, não é aqui na região, não sei... aquelas a que eu pertenci, já não fazem isso, há muito tempo. Isso foi estabelecido por mim depois Um fogo na serra começa às vezes com ignição diminuta e se o senhor conseguir extinguir isso no princípio, extingue a possibilidade de haver um grande fogo. E, ainda por cima, se tiver muito vento nem vale a pena falar. Eu acompanhava os bombeiros a todos os sítios, acompanhava-os num serviço ao Galeão e ia lá buscar uma senhora, estava a chover e, coitada, tinha-lhe dado um AVC ou ia por exemplo ao

Curral Velho. Em qualquer parte dessas zonas altas ia vendo que não tinha caminhos, senão aqueles “carreteiros”, aquelas veredas como a gente diz, mas fui vendo também parte daquilo que as pessoas comentavam para fazer um serviço qualquer, ou ajudar a fazer. Via mais ou menos o ambiente, mas não me punha a reparar em tudo, não tinha tempo, nem ia com essa intenção. Comecei a sentir também as dificuldades que muita gente tinha de viver, mas nunca, só depois de ser presidente comecei quase todos os dias, praticamente, menos aqueles que eu tinha reunião, ia por aí fora, ia com um ou 2 colegas e ao fim-de-semana eram todos. Eramos 7 na Câmara e íamos ver os problemas que apresentavam in loco. Bom, dentro das nossas possibilidades a gente contratava um pequeno empreiteiro para obras desta natureza, alargamentos. Mas havia discussões do género... vamos fazer este alargamento, ou vamos fazer uma coisa sólida para o futuro, deixamos as pessoas continuarem aí nos mesmos moldes, com o mesmo alargamento, com o mesmo caminho, sem água, ou com fontanários, ou com água tirada das levadas que passavam à porta, sem luz, etc. E daqui a 3, 4, 5 anos lá estamos todos a inaugurar... os apartamentos em que essas pessoas passam a viver e tiramo-las daqui de cima e metemo-las lá em baixo. Houve discussões desse género e a maioria se não votou por unanimidade, a Comissão Administrativa resolveu seguir o caminho do provisório. E os problemas eram tão graves, tão graves, tão feios, tão desumanos que a gente enveredou pelo caminho do provisório. E então... tempos depois, mandamos fazer... planos de pormenor enquadrados no plano diretor municipal que havia, o melhor plano geral de urbanização que havia, mandado fazer pelo Dr. Couto de Almeida. Então mandamos fazer planos já de maior fundo com mais fundamento científico, até porque as gerações que viviam aí por cima, da altura, não haviam de receber bem, vir cá para baixo morar em apartamentos. Pois se criavam coelhos e porquinhos, lá em cima, como é que eles vinham cá para baixo?

No que se referia às estruturas da Câmara afirmou que, “elas precisam ser renovadas e até em certos casos completamente renovados. Na verdade pensei já em pedir auxílio ao ministro da Administração Interna de forma a ser dado um parecer sobre o que se poderá fazer quanto à reestruturação quase completa, senão mesmo completa dos serviços” (DN, Funchal, 27 de outubro, 1974, p. 1 e 3).

– Indique os principais fatores ou razões que na sua perspetiva exigiam essa reestruturação dos serviços?

V. P. : A reestruturação dos serviços implicava quanto a nós, Comissão Administrativa, a mudança do organigrama geral em que assentava a administração municipal da altura, que eu tratava e, portanto, havia a necessidade de criação de mais serviços, mais departamentos, de um funcionamento diferente da administração no que toca aos problemas de secretaria. Mas cá está outra vez, estudos profundos....o Ministério mandou aqui uma pessoa... meu amigo, isto leva tempo. Não era preciso, atenuou-se, ligeiramente, o organigrama anterior, inclusivamente, nós tocamos no quadro dos efetivos, ampliamos o quadro de efetivos na intenção de admitirmos gente para as obras públicas, porque havia coisas pequeninas que os empreiteiros não queriam fazer. Só 2 ou 3 anos depois é que começou a faltar trabalho a sério e então aí eles apareciam uns ao lado dos outros para concorrer a coisinhas que extravasavam o âmbito das suas faculdades. Mas isto começou assim e então para a gente não pôr ...a mesma filosofia... não fazer esperar mais essa pobre gente, a gente fazia. Mas aquele Bairro do Hospital, por exemplo, foi feito pela Associação de Arquitetos aqui da Madeira a meu convite e depois passou para o Fundo de Fomento da Habitação que aqui na Madeira, cuja delegação era chefiada pelo engenheiro Gonçalo Nuno Araújo, e portanto, aquele que está à frente do hospital... tem diversas quotas ... digamos assim...

– Que medidas foram tomadas para reorganizar os serviços de acordo com a nova realidade política e que o momento exigia?

V. P. : Ora bem, criei um gabinete de informação pública, reforcei a fiscalização do mercado, melhorei o atendimento público da secretaria-geral da Câmara. Melhoramos em que aspetos? Nós arranjam os folhas de A4 escritas à máquina, na altura não havia computadores e ponhamos as normas para requerer isto, aquele outro, etc. Desde a ampliação, por exemplo de uma casa de banho para uma casa antiga, a ampliação de uma casa antiga para fazer um fogo novo para beneficência de um cão, etc. Já agora se me permite havia um imposto chamado de “roda de caminho” e um dia esse imposto careiro, uma coisa odiada pelas pessoas, para limpar os caminhos todos que houvesse por aí ... e coitados eles depois limpavam como eu, quando vivi no Livramento. Eu, meu irmão e outros da zona quando estávamos de férias íamos pelo caminho com uma faca, tirar a erva, porque a Câmara não tinha condições humanas, nem financeiras para fazer isto em todos os caminhos da Madeira. Então mandei fazer um estudo para ver se esse imposto era rentável e chegamos à conclusão, a comissão que eu fiz, chegou à

conclusão que afinal o que recebíamos desse imposto nem dava para pagar as despesas com papel e pessoal, foi logo eliminado nessa semana. Depois a Assembleia Municipal, obviamente, seguimos esses caminhos todos e, na altura, havia ainda outro órgão municipal o Conselho Municipal, onde estavam representadas todas as profissões enfim... mais importantes da região.

Falou também na revolução de espíritos.

– Como classifica o senhor professor, esse processo, em comparação com as outras mudanças perspetivadas?

– Das mudanças, nas estruturas camarárias, após a tomada de posse da nova Comissão Administrativa, qual a mais difícil de implementar e porquê?

V. P. : A revolução dos espíritos...quer dizer, eu via que a Revolução do 25 de abril ou golpe militar do 25 de abril ou movimento militar do 25 de abril, isto segundo a perspetiva de cada um, para mim foi revolução. A Revolução do 25 de abril começava a ter interesses que não eram realmente os mais importantes, que era no aspeto político definir mandantes que tivessem futuro, que tivessem sustentabilidades para o futuro, afastando outras forças que seriam os adversários. Houve a uma determinada altura pouco tempo havia quem quisesse até uma corrente dominante e o resto deixava de existir. Quer dizer, a gente tinha feito uma revolução para voltar à democracia, à liberdade, para enfim... o problema das Forças Armadas acho que é do conhecimento de todos e não vou repetir aqui e, portanto, é um problema muito engraçado que desperta a amizade, contemplação, esperança em toda a gente, há páginas tantas começamos a pensar, muita gente por aí que falava comigo dizia, então como é isto, vai acabar uma ditadura e vai começar outra? Mas... passo à frente, acabou. Entretanto comecei a ver e comecei aqui na Câmara a fazer aquilo que eu entendia que era melhor. E o que era melhor? Depois dessas mudanças que o meu amigo me perguntou à bocadinha, que foram ligeiras, um atendimento melhor na Câmara, um atendimento melhor na secretaria, um gabinete de informação, uma responsabilização maior nos encarregados das obras públicas, dei-lhes mais poder para resolverem qualquer coisa, ... mais um centímetro ou dois não tinham que vir à Câmara perguntar ao engenheiro ou muito menos ao presidente. Porque todos eles tinham um curso de construção civil da Escola Industrial e era o bastante para essas questões. E, portanto, de resto o que me

preocupei foi com as relações humanas da Câmara, com os seus munícipes e a minha Comissão Administrativa era composta por homens oriundos de diversos setores: da banca, dos sindicatos, da medicina, da saúde, do comércio e portanto foi com isso que nos preocupamos. Por isso começamos a andar por aí a pé, a falar com as pessoas e a ver a necessidade das pessoas. Foi por isso que comecei a receber as pessoas 2 vezes por semana, após as 14 horas, a seguir do almoço e nos primeiros 2, 3, 4 meses já não me lembro saía de lá às 3, 4 horas da manhã e as pessoas coitaditas na ânsia de comunicarem a sua dor, o seu problema ... submetiam-se a isso e algumas traziam já um lanchinho, digamos assim, uma coisinha para comer, e algumas iam fora ver se aqueles cafés da frente ainda vendiam café e os municipais que ficavam em frente davam sempre um bocadinho de café, tinham sempre uma cafeteira cheia dele. De maneira que a preocupação fundamental da mudança de orgânica da Câmara, quando nós vimos que o técnico do MAI, da Administração Interna que por acaso eu conhecia, tinha sido até professor aqui na Escola Industrial, ia fazer um grande estudo, uma comissão e tal [...] eu disse está bem...você que façam, mas eu não vou continuar com este organigrama, e vou transformá-lo de forma a quê?... de forma a que torne a administração municipal mais sociável ou mais social ou mais socializante. Isso até custou-me uma máxima, houve aqui uma certa fação de cidadãos conservadores que não apreciaram muito esta minha maneira de atuar e então puseram-me um bocadinho de lado, ou seja, eles classificaram-me de indivíduo não muito credível para as intenções, os objetivos, os planos dessa fação ou fações mais conservadoras. Um dia, tinha um café ao lado da Câmara e eu ia lá tomar um café, estivesse lá seja lá quem fosse, funcionários da Câmara, desde o mais humilde varredor até ao arquiteto, tomava café com eles ou fumava um cigarro. Portanto se eu acho que 4 da manhã saía da Câmara e ia para casa e dava-me na cabeça, como sabe os bombeiros municipais funcionavam ali ao pé da Câmara naquele edifício onde hoje funciona as águas. Portanto eu ia àquela hora aos bombeiros e pedia para me darem um cafezinho ou então ia com eles para a sala do refeitório tomar um cafezinho, às vezes eles tinham lá uma “buxazinha”, às vezes, também ia visitar certos serviços, no cemitério, por exemplo, em que era hábito na altura fazer vigílias toda a noite, a porta do cemitério e daquela capelinha lá ao fundo ficavam abertas e da capelinha grande ficava fechada, ficava lá um recanto com as urnas com os mortos e a grande só abria se houvesse excesso que não coubesse na pequena. E portanto, habituei-me a isso e a grande mudança que fiz no organigrama anterior... de facto, não foi neste aspeto de burocráticos, de poderes, nem de discriminação de

serviços, mas sim com o objetivo principal que era chegar-me aos cidadãos e, ao mesmo tempo, possibilitar que eles viessem a mim quando quisessem, porque antigamente havia uma luz vermelha por cima da porta da presidência e a luz quando estava vermelha é que o senhor presidente estava impedido, e eu achei aquilo um bocadinho esquisito, compreende-se na altura perfeitamente... mas mandei retirar logo a luz. E, portanto, o gabinete de informação que logo criei registava todas as pessoas que iam falar comigo. Fazia uma lista e ia receber todos os dias como eu disse há bocadinho. Criei uma política que hoje se chama de proximidade, de afetos, como diz o Presidente da República, nada mais, de ir a batizados, de ir a crismas, de ir ver quem dizia que tinha abatido o telhado, quem tinha caído a cozinha em cima, de quem precisava de água, depois a dada altura comecei a fazer coisas, a ir buscar água que eles me diziam que havia numa nascente, aqui e acolá... O Sr. engenheiro Manuel de Sousa, que já morreu, era um indivíduo caminheiro e ia a toda a parte ver e a gente aproveitava sete penas de um lado, dez de outro e foi-se fornecendo água em fontanários, até que mais tarde apareceu esta rede toda que eu ainda tive o prazer de renovar, a antiga, e de fazer uma boa parte desta nova.

Uma das medidas tomadas foi a criação do gabinete de informação pública.

– Como caracteriza o papel dos munícipes no levantamento das prioridades, problemas e respetivas medidas de concretização/resolução?

V. P. : Ora bem, as medidas mais importantes nesse tempo, pelo menos nós ficamos convencidos, depois de fazer uma ronda pela cidade, pelo concelho todo, contactar aí durante dois três meses tudo isto, etc. Fizemos uma ou duas obras aqui dentro do Funchal, como por exemplo, aquele parque de estacionamento ali por detrás do Tribunal para não estar parado, o alinhamento do Beco do Carvalho, ali à frente da polícia, que dá para o Liceu, chamado o Liceu. E portanto o resto íamos vendo, vendo, vendo e constatando e nós chegamos à conclusão que a política devia ser esta, a proximidade e proximidade até... no sentido de resolver as questões amargas, desumanas que grande, grande parte da população do Funchal tinha e passava-se quase que o tempo todo da Comissão Administrativa a atender estas questões. As pessoas iam pôr estas questões ao gabinete, nos íamos ver e dávamos resposta. E então a meio, um pouco mais do nosso mandato da Comissão Administrativa, entramos a 3 de outubro e saímos nos primeiros

dias de janeiro de 1977. Os resultados... aí já tínhamos em curso estudos profundos, é a tal coisa, a nossa prioridade, o nosso objetivo principal era socorrer as pessoas, tirá-las destas fossas em que viviam socialmente e arranjar algum emprego, dando pequenas obras de “luxo” aqui e acolá e também arranjando emprego na Câmara. A gente não comprou carros para a Câmara, eu não comprei carro novo para a presidência, nem comprei carros novos para os vereadores, nem comprei carros novos para ninguém, comprei carros de trabalho, máquinas de trabalho, mas na altura houve quem dissesse, entrou no meu gabinete e viu tudo igual à altura do Couto, só não tinha a medalha do Salazar ou medalhão, que eu não conheci sequer... por cima da secretária. E essa pessoa é dos tais conservadores, olhou para mim e disse: muito me admiro que isto esteja assim, eu julgava que estava acolá, que no medalhão do Salazar tivesse posto o medalhão do Che Guevara. Disse-lhe você está enganado. Eu disse-lhe, tal qual o Álvaro Cunhal disse ao Mário Soares numa novela... num belo despique que eles fizeram (eleitoral), olhe que não, olhe que não! Eu não sou, nem nunca fui comunista, nem sequer marxista, mas considero que o marxismo era uma teoria económica, que já estava ultrapassada, mas fui social-democrata.

– Quais as medidas que foram tomadas nesse período, e que elegeria como relevantes/marcas que mais caracterizaram a sua forma de olhar a função das autarquias?

V. P. : As autarquias tinham que ter um papel, como lhe digo, olhe já agora ficamos aqui nesta semana desgraçada ... as autarquias tinham realmente grande responsabilidade na segurança das pessoas. Veredas, caminhos, estradas que tivessem taludes sobranceiros ... que oferecessem perigo para não cair na estrada, a gente fazia o possível. Os nossos encarregados quando andavam pela cidade, a fiscalizar outras pequeninas obras, iam vendo aqui e além, até cheguei a ter um indivíduo na presidência que era antigo comandante daqueles barcos que iam para o Porto Santo, do senhor Pires, mas depois acabou isso e ele ficou aí e eu meti-o como um elemento da fiscalização, mas diretamente ligado à presidência, não que eu desconfiasse dos outros fiscais, mas para ver coisas que não se vêm à primeira vista. Ele dividia a cidade em talhões, digamos, ia à zona A, B, C, D, E, F, G, H. Ia, hoje, à zona A e olhava aquelas ruelas

todas e aqui e acolá e depois dizia: há uma fissura no muro tal, no número tal. Tudo o que é da via pública é da responsabilidade da Câmara, o que é esse particular, um deles o afetado, o prejudicado vai para tribunal com o outro e fazíamos. Era isto. E a saúde da pessoa, os postos municipais que havia, havia em São Roque, havia aqui em baixo onde é hoje o museu Francisco Franco, havia enfim...havia em tanto lado, havia 3 ou 4, em Santo António. Havia os postos médicos do concelho que depois acabaram, foram integrados no serviço regional de saúde, obviamente. Portanto, o emprego, se a gente pudesse dar uma obra “maiorzinha” ao empreiteiro obviamente a gente sabia que estava, mantendo os que lá estavam ou dava lugar a mais um ou dois. Se a gente fizesse mais uma obrinha por extensão direta, a gente também sabia que ia dar mais emprego a mais dois ou três, mesmo que fosse até a obra terminar, mas depois havia de aparecer outra, enfim. Foi-se fazendo primeiro de socorrista. A nossa intenção foi fazer primeiro de socorrista, para o nível de vida da sociedade municipal não descer mais, não chegar a sofrimentos maiores e esperar que viessem os tempos, os projetos de melhoria profunda e isso sucedeu, sucedeu e valeu a pena, porque sucedeu mais tarde, a partir de 76. Foi pena esta Comissão Administrativa não ter usufruído disso, mas viu o seu esforço de certo modo resultante numa coisa boa e se concretizar, mas... não aconteceu no nosso tempo, foi ao contrário. No tempo da Comissão Administrativa ... nessa altura começamos também a construção da habitação social. Eu fui a Lisboa arranjei uns dinheirinhos, no Fundo Social de Habitação, uns projetos de “borla” e fui fazendo para aí umas casinhas novas em Santo Amaro, abaixo do cemitério de Santo António, onde nasceu o Ronaldo. O Ronaldo não era vivo na altura, mas a mãe dele era, ela até é que veio pedir uma casinha para ela... na Penha de França, tudo isso casas pré fabricadas, muitas delas na esperança de que ao fim de 20 anos, a durabilidade média delas, 20, 25 anos, então se fizessem nesses mesmos terrenos obras que pudessem ir mudando as pessoas com as partes já concluídas com mais capacidade de alojamento, etc...e reconstruir o resto, sem perder um metro de terreno. Até para a Penha de França havia uma ideia que era os “platons” em que assentavam as casas pré fabricadas e como ali era uma zona alta, enfim ficava um pavor de fazer-se ali “prédiozinhos” de 3, 4 andares. Então, a gente tinha previsto fazer 2 só, rés-do-chão e 1.º andar e a placa sólida que lá estava servia para esse prédio... pôr água em fontanários, pus luz nos becos, nós é que pagávamos à dn, alargar veredas. Quando a gente via veredas ... sei lá, no Lombo dos Aguiaries, em São João Latrão, pelo outro lado da cidade, as pessoas passavam toda a vida, funerais, levavam o médico a casa. Nessa altura ainda havia médicos que ainda

iam a casa e subiam aquelas coisas, as veredas, e iam. O Dr. Falcão e outros que andavam por aí, até é injusto não falar noutros, (mas neste momento em que a minha idade e a minha doença também às vezes nem sempre me ajudam em coisas de memória) e iam à casa das pessoas que viviam nestas condições. Num dado momento fui a um determinado lugar que nem sequer digo qual é, até fica feio. Fizemos o funeral e vinha o morto dentro do caixão e estava a orvalhar como se diz na Madeira, a chuveirar e então o homem da frente escorregou, numa vereda antiga daquela pedra picada, mas que tinha buraquinhos, falhas diretas, mas não havia dinheiro para reparar [...] resultado: ele esgueirou, caiu, o caixão bate no chão e o detrás também com o balanço cai. “Bumba”, a tampa do caixão rebentou com os parafusos e o morto caiu dentro do poio das batatas, da rama. Essa vereda... quinze dias depois estava a ser alargada, pelo empreiteiro que nessa altura tinha a sua sede no Estreito de Câmara de Lobos, um pequeno empreiteiro, mas nos dias grandes, quando as pessoas chegavam a casa: mulheres, homens, jovens, os velhos que estavam em condições físicas, crianças, nem que fosse uma criança a “acartar” um bloco, uma pá, seja lá o que fosse, no fim-de-semana, chegavam a casa, ponham as suas coisinhas e iam para a obra fazer os muros, adiantar serviço, ou então fazer, totalmente, como por exemplo, aconteceu no Curral Velho. O empreiteiro que lá estava chegou uma certa altura, nem para a frente, nem para trás e eu fiquei danado com aquilo e rescindi com ele. As pessoas em vez de me recriminarem, não, disseram-me senhor presidente não se chateie homem, o senhor é novo, mas isso faz-lhe mal ... nessa cabeça, venha tomar um copo. Ainda faziam um “espetinho” e disseram-me... a partir de sábado que vem, já não me lembro, a gente continua a fazer a obra, não se preocupe, ponha aqui o material que a gente vai fazer. Não queria acreditar! E então fiz [...] em tanto lugar, no Canto do Muro, por exemplo. Fez-se muitas obras e então esta ala conservadora da sociedade a que eu tenho prazer de pertencer, mas que deve ser plural em todos os aspetos, político, religioso, artístico, cultural de uma maneira geral, enfim. Essa então é que foi uma desgraça “ele tem comissões de moradores, ele tem não sei quê”. Tinha, tinha, constituí comissões de moradores que iam à Câmara muitas vezes até diretamente com os meus encarregados, entregar a lista de materiais que precisavam para o dia seguinte, ou para a semana seguinte. E arranjavam as casotas lá no local, para ter o equipamento à mão, fechado lá dentro, e davam um cadeado a uma pessoa responsável que era eleita por eles e portanto isso funcionou. Então... funcionavam comissões de moradores eleitas pelos militares, que se diziam militares de abril, democratas, enfim... no bom sentido de estar a ajudar o

povo, etc., etc. Porque não havia de ter as minhas comissões de moradores, enquanto isso foi moda, tinha. Até as minhas continuaram e as deles acabaram.

Em finais do ano de 1974, a Câmara criou os seus serviços culturais, nomeando Fernando Nascimento, sob seu convite, para coordená-los. Segundo diz o professor no seu livro “Divagando...”, “atirámos uma pedra no charco em que se encontrava a actividade cultural funchalense. Isso provocou uma reacção negativa da parte dos mais conservadores e comodistas” (Pereira, 2011: 71).

– Que significado tem para o senhor professor esta afirmação? Em que situação se encontrava o Funchal no que à cultura dizia respeito? Que medidas foram tomadas?

V. P. : Ora bem...porque é que eu digo que foi uma pedra no charco? Ao entregar a missão de direção da atividade cultural municipal ao Fernando Nascimento...digamos..., até mais tarde eu entreguei a direção superior a nível de vereação, entreguei à vereadora socialista professora Teresa Pinheiro, ainda está vivinha da silva aí. E portanto entreguei como tinha entregado o trânsito e zona balnear do Lido, ao Dr. António Trindade, que também está vivo...no país acho que não há muitos casos desses, se houver deve ser um ou dois...foi depois do 25 de abril. Até alguns dizem: ah antes do 25 de abril era um, depois do 25 de abril era outro, não era mentira. Eu até hoje sou o mesmo e vejo sempre da mesma maneira e ainda não mudei. Os meus bens são fáceis de contabilizar. Não me servi da política, mas digo-lhe... eu acho que ser político a sério, é ser um missionário social, servir realmente as pessoas, não é ir para lá se deitar à espera de honrarias, isso não interessa, agora que as pessoas manifestem uma certa respeitabilidade, uma certa reverência, uma certa gratidão, não posso obrigá-las a isso, nem ninguém, agora se for alvo disso, obviamente sentia-me feliz. Quem é que não se sente feliz quando é elogiado e infeliz quando é recriminado. Portanto isso aconteceu. Agora, para entrar no meu gabinete, a ordem era aquela que estava na lista no gabinete de informação, as pessoas iam e davam o seu nome, ninguém passava à frente de ninguém, era aquela a ordem, gordo, magro, velho, novo, mulher, homem, rico, pobre, não interessa, só houve uma exceção, sabe qual é? Os emigrantes que aqui vinham no Natal ou principalmente, nas férias grandes, vinham aí por 15 dias, 3 semanas e às vezes tinham um problema para resolver e pus lá um papel dizendo que os emigrantes se

tivessem algum problema, se dirigissem ao António, o tal que era o contínuo da presidência. Eles vinham-me dizer e eu mandava para o gabinete de informação e o Délio Pinto da Silva e o João Pestana, que ainda é vivo e eles tratavam do problema, se pudessem já encaminhavam para as seções, e aquilo que me dizia respeito, pronto, vinha à minha mão o mais depressa possível, porque eles às vezes 15 dias ou 3 semanas depois já estavam noutra país e depois custava muito caro tratar de papéis aqui na Madeira, na África do Sul, na Venezuela, em França. Era a única exceção, de resto era assim. Mas eu fiz isso sempre. Depois, claro, essa malta da ala do teatro, uma vez puseram-me essa questão. Eles tinham receio de me dizer isso cara a cara, não sei porquê, mas houve um que era muito meu amigo, e que um dia estava a tomar café comigo no teatro, porque eu ia todos os dias ao teatro, tomava lá um café em vez de tomar noutra lado, logo a seguir do almoço, ia a casa almoçar e quando vinha ia lá tomar um cafezinho e houve um amigo que disse-me assim: Sabes, esta coisa do teatro, do grupo teatro, que tu tens e do grupo fantoches ... quer passar uma mensagem que não respeita a nossa cultura, a nossa maneira de ver e que vem do passado. Mas em que aspetos, religiosos? Não é bem religioso... veja se gostam de se meter com a igreja? Esse meu amigo disse-nos, é mais no aspeto político. Quer dizer tudo que vai do PS à direita não tinha cabimento nestas pessoas, portanto, eu dava apoio a grupos culturais que cuja maioria dos elementos é dessa ala, mas objeto dessas críticas. Eu disse: eu não sei se a maioria é dessa ala, mas o grupo de teatro tem membros desde a FLAMA até ao Partido Comunista, nunca perguntei a nenhum qual é o seu partido, nem nunca pus ninguém fora, nem nunca sequer repreendi ninguém por ser isto, ou aquilo, ou aquele outro, que não coincidia com aquilo que era a minha maneira de ver. O Fernando Nascimento tinha poderes quase absolutos, era quase como se fosse vereador, e o Fernando sabia levar aquela gente, ele preparava bem aquela gente, ele tinha sempre esquemas, programas muito bem elaborados e eu ia lá dar-lhes apoio, mostrar o meu rosto e dizer que as dificuldades que havia não eram dificuldades postas pelo meu amigo e saudoso Fernando Nascimento, mas eram da Câmara, por quem eu era responsável. Não era justo, nem honesto que eu escondesse o meu rosto. E tudo se passou, e então eu dizia a esse meu amigo, vai com essa gente que disse isso, e pede por favor, que segunda-feira, às 8h da manhã, os filhinhos que eles têm entre os 15 e os 30 anos, solteiros e andam a estudar, ainda aqui na Madeira ou trabalham, que pelo menos venham aqui dar o nome para desempenhar uma atividade teatral ou de outro género qualquer. Olhe, até hoje acho que não apareceram. Só se foi depois de mim que isto

aconteceu, talvez a minha cara não fosse engraçada para essas coisas. Resultado, essa sociedade que criticava tudo e todos não faz nada, [...] o que é que você faz? Como é que você luta? Como é que você faz, com o que que você contribui, o que lhes oferece, o que faz a favor deles, a favor da sua terra? Já estou como o tal, não me perguntem o que o Estado, o país vai fazer pelo cidadão, perguntem o que o cidadão está disposto a fazer pelo seu país. E esses tais que hoje já não pensam assim, já não há gente que pense assim, eu pelo menos tenho 76 anos, estou reformado e a minha consciência está tranquila, nunca precisei de polícia à porta, nunca andei fugido de ninguém, de maneira que julgo, nunca mais ouvi coisas dessas relativas a mim, depois de sair na Câmara, alguns diziam...ah esse é meu primo, o senhor permitiu não sei quê ... não sei ...eles deitaram uma coisinha de esgoto pela minha parede abaixo, mas depois isso foi resolvido...ah pois, mas o senhor mandou fazer uma fossa ...ah...bom, está bem. Olhe, paciência, então...eu também se quiser fazer uma ampliação em casa, dessas, tenho que aborrecer a minha mulher, com sujidade dentro de casa, e às vezes algum vizinho, olhe... com barulho, às vezes uma pessoa quer estar na cama e oito horas da manhã os mestres que eu mandei para lá já estão martelando...

No seu livro “*Olhares*”, refere o senhor professor: “(...) com o objectivo de melhorar a qualidade de vida de toda a gente. Mas, repito, os ostracizados, os mais ignorantes, os mais pobres e os excluídos sociais preocuparam, de forma profunda, a equipa a que presidi (...)” (Pereira, 2007: 13).

– Quais as áreas de intervenção que foram tomadas como prioritárias?

– Durante esse período como caracteriza o relacionamento que existiu entre a Câmara, o governador civil, Fernando Rebelo e depois com o brigadeiro Carlos de Azeredo?

V. P. : Tanto um, como outro foram relações institucionais ótimas. Eu não era verdadeiramente amigo íntimo de nenhum deles, eu não os visitava, eles não me visitavam, nem nada, mas eles tinham sempre disponibilidade para me receber em pessoa, ou telefonicamente, e portanto com uma prontidão que era altamente benéfica para os munícipes. Tanto um, como outro eram efetivamente pessoas boas, prestáveis, e ainda por cima contentes. Um mais espontâneo, o senhor general Azeredo, às vezes ameaçava, mas era um coração... parecia um coração de leão, mas no fundo, era uma

peninha de uma “pombazinha”. Às vezes comovia-se com pequenos quadros, pequenos quadros desagradáveis. Portanto era aquela coisa militar, tinha uma postura militar. O Dr. Fernando Rebelo não, era mais introvertido, mais calado, mas era um homem sério e competente. Depois acabaram com o governo civil e criaram a Junta de Planeamento.

Em 25 de março de 1975, passados 6 meses de presidir à Comissão Administrativa da CMF, o senhor professor Virgílio toma posse como vogal da Junta de Planeamento do arquipélago, acumulando com as funções de presidente da Câmara.

– Como conseguiu diferenciar essas funções e como se processava o relacionamento com a CMF?

– O que significou para si o desempenho como vogal da Junta de Planeamento e o relacionamento com o governo central, em especial com os ministérios que representava no arquipélago (Obras Públicas, Equipamento Social e Ambiente e Transportes) e o que reteve dessa experiência?

V. P. : Essa experiência, ao contrário do que já ouvi dizer, a Junta de Planeamento, que era assim que se chamava, para que é que serviu? Serviu como exemplo que era possível uma mudança do sistema arcaico para as regiões autónomas e insulares e que era possível mudar, e portanto foi um começo cívico, um começo não assertivo como a gente gostaria que fosse e que não conseguiu aquela autonomia que a gente desejava. Por exemplo, já não me lembro, agora não me lembro ... eu podia decidir uma obra, nessa altura, até um valor x, mas é um valor grande, o brigadeiro, Azeredo, ainda era um valor maior ou igual, já não me lembro. A gente decidia em reunião, assim é que era. E, portanto era assim, nas Obras Públicas, Transportes, Comunicações, Portos, Portos também. Mas evidentemente, nos Portos que eu estive lá, como presidente do Instituto, e quem era o diretor era o engenheiro Sena Lino, mas não consegui sair de lá sem conseguir um grama de autonomia para os Portos. Se tivesse lápis e borrachas, e não sei quê, nem mais quantos, tinha na altura devida que pedir a Lisboa. Não é verdade? Aqui na Junta de Planeamento, já começamos a detetar as dores que alguns portugueses, nossos irmãos, tinham lá fora de a gente ter escolhido o caminho de perseguir a consumação da autonomia. Eles sentiam-se esvaídos dos seus poderes, digamos assim. Os diretores gerais com quem eu contactava, dos Ministérios com quem

eu trabalhava, os secretários de estado ou os ministros mesmo acabavam sempre perguntando: e a FLAMA, como é que vai a FLAMA? E eu dizia: olhe, não sei, eu também vinha perguntar aos senhores, porque eu estou convencido que quem tem as respostas são os senhores, não sou eu, apesar de ser madeirense. E eles diziam, mas porquê que você agora está com essa especulação? Porque o senhor deve ter aí na gaveta, uma série de pedidos da minha Câmara e das outras e ... amanhã, amanhã, isto é no Minho..., isto é no Alentejo, a meio, mas cuidado...se é uma zona muito dominada pelo partido comunista ... isto é no centro do país... da Beira e tal... e passámos a ter, embora a gente sabe, que há certos projetos que os senhores até despacham mais depressa, pelo menos telefonam, etc, e fazem perguntas mais rapidamente, porque têm medo que a FLAMA, enfim... se expanda, ou então têm algum acordo com ela? Eu é que não sei de nada, nem estou envolvido com eles, de maneira que ficavam desagradados comigo. Entretanto, mais tarde, foi instituída constitucionalmente a autonomia e o caso foi visível, sempre aquele espírito dos diretores regionais, ficavam sempre meio torcidos, pela perda de “poder”, que eles tinham nas regiões, os seus cargos passaram a ter uma abrangência menor e até hoje, posso-lhe dizer, em qualquer partido do aspeto político português, em qualquer partido, da extrema-direita à extrema-esquerda, há quem se sinta assim, ainda hoje.

Durante o ano de 1975, a Câmara viveu determinados períodos de instabilidade, levando a que pedisse a demissão. A primeira em 17 de abril, a segunda em 8 de agosto, culminando com a que levou á “grande” manifestação de apoio ao presidente da CA da CMF em 16 de outubro de 1975.

- Quais os principais motivos que levaram à “ameaça” de demissão?**
- Com a independência das colónias e o regresso a Portugal dos nossos compatriotas, que ficaram mais conhecidos como os “retornados”. Como fez a Câmara a gestão desta situação?**
- Passado este tempo, como caracteriza a gestão que a Câmara fez relativamente a esta situação?**

V. P. : Ora bem, se bem me lembro, como dizia o nosso açoriano, professor, doutor, Nemésio, se bem me lembro, a ameaça foi esta: eu tinha um povo sofredor ou “faminto”, de obras, de equipamentos sociais básicos, que se viu obrigado a viver em

condições desumanas, como já lhe disse, não é verdade? e quando eu fazia pequenos projetos que excediam aquela dimensão, de um bocado de muro, de um pequeno alargamento, de um fontanário, etc, já excediam, em 75 ... como já lhe disse aqui. Até casas pré-fabricadas, etc e tal, já se fazia...o conjunto. E agora aproveito para dizer o seguinte: quando a gente fazia às vezes, um bairro de casas pré fabricadas, digamos de 50, dividíamos em duas partes e dava 25 a um empreiteiro e 25 a outro, isto já nos fins de 75, inícios de 76, até fins de 76, já se fazia. Dos 100 fogos, em Santo Amaro, suponhamos, dividia-se em 4 partes e dava-se a 4 empreiteiros. Para quê, porque já tinha acabado as obras que eles tinham e como tinham muitos empregados que iam ficar sem o seu trabalho, então a gente começava a dar aquilo. Fazia aquelas repartições, como uma pequena injeção de oxigénio até que chegasse o doutor, mas o primeiro socorrista eramos nós. O médico seria os empreendedores, os ministérios, o governo regional, que tinha mais capacidade, tudo isso [...] e em 77 já se estava a trabalhar e estava, o engenheiro Ornelas Camacho e portanto, era isto. Então eu pegava nesses projetos que eram elaborados dentro da própria Câmara, por técnicos da Câmara, ou algum até foi feito fora por engenheiros amigos que deitavam a mão e mandava, por exemplo, para o ministério, pedindo um subsídio para aquilo. Um demorava 2 meses, outro demorava 6 meses, outro dizia que não tinha cabimento no orçamento, e que não podia fazer nada, só para o ano seguinte, e não sei quê, não sei quanto. Fiquei desagrado com aquilo e disse, então o que é que eu estou aqui a fazer? A vestir a farda só e mais nada, que conversa é esta, vou andar num mercedes velhote? (que a gente tinha lá, mas que cá para nós, tinha muita categoria) Foi de muito mau gosto terem posto o mercedes “encafolado” para aí numa garagem e ter comprado outro carro novo, para mim, para o meu gosto pessoal, ele dava perfeitamente para o serviço de cada dia e até era mais giro. Resultado isto aconteceu, eu perdi a paciência e disse: Eu não vou enganar as pessoas, quem é que vai levar com as pedras, quem é que vai perder a credibilidade? Sou eu, logo a seguir os meus colegas da vereação, quando a gente está aqui a espremer o máximo que pode e não se despacham, porque já havia a distribuição de dinheiros a nível nacional, estava a funcionar já em função de certas decisões político partidárias, por forças partidárias que estavam nas autarquias e que eram mais bem vistas e mais queridas por quem estava no Governo Central. Esses males já existiam, acho que já existiam antes de Cristo nascer. Resultado, sei que foi a primeira vez. O brigadeiro pegou naquilo, no devido despacho e telefonou-me. Pediu para eu ir lá com ele, ainda fomos tomar um café, não sei se foi ao Sunny Bar (começou a barafustar) e

disse Sabe eu como militar, tenho pena você não ser militar, porque senão... Bem, percebi que era para me assustar, mas não me assustou, este sujeito nem sequer é daqui e está-me a empurrar, empurrar para aguentar o barco e eu vou embora com um certo orgulho. O meu orgulho pessoal em relação aqueles sujeitos de Lisboa que estão a moer-me o juízo tem de ser inferior à simpatia e à percepção que eu tenho da necessidade do meu povo, aquele a que eu pertença, municipal, do governo do Funchal, quem depende de mim para resolver os problemas de uma prioridade extrema, que são básicos. E portanto fui para casa e pensei nisto. No outro dia disse: Ora bem, pode rasgar e rasgou a carta. Mais uma ronda por Lisboa e fui a Lisboa uma vez, era ainda ministro da Administração Interna, o senhor major Arnão Metelo, ainda era ministro do Equipamento Social, aquele Garcia, que é general hoje, era secretário de estado, um que tinha uma pêra que diziam que eu era parecido com ele, que foi do MRPP, era ministro do equipamento, mas não interessa... e lá consegui trazer uns dinheirinhos. Ora... depois deste pressing, andei outra vez à espera que caísse mais uma bagazinha da árvore, o que é que eu faço, ah, agora é de vez, bumba... saí pela porta fora. As pessoas ocuparam a sala das reuniões, deitaram-se no chão e muita gente vai dormir aqui, mas o senhor também vai dormir aqui com a gente. O senhor está aqui dentro, o senhor não sai, sem dizer que continua. E portanto, está a ver, eu nem sequer disse para provocar situações deste tipo, e a gente vivia num clima de necessidades que não era brincadeira, para qualquer indivíduo literato ou não literato que tivesse o mínimo de bom senso a situação era desesperante.

O regresso dos retornados, para a Câmara do Funchal foi bom por um lado, mau por outro. Foi bom porque eu requisitei àquele organismo, o IARN, penso que o IARN foi um dos ministérios daqueles que pertencia, agora não me lembro, acho que foi daqueles ministérios que pertencia, requisitei, por exemplo, um belíssimo mecânico, O senhor Flávio, se não me engano, requisitei desenhadores, requisitei técnicos médios diversos, requisitei um ou dois técnicos superiores e foram para a Câmara preencher os quadros da Câmara, que estavam, enfim, estavam pobrezinhos, e como a gente conseguiu arranjar um organigrama diferente, aí nessa altura já, em que aumentou aí grande diferença para o interior, também não era no aspeto burocrático, nem administrativo, era mais na amplitude no quadro, e uma “correçãozinha” ou outra de um certo serviço passou a ter mais uma obrigação ou aquele deixasse de ter, bem... não interessa. Por exemplo, a mecanização dos recibos de água, por exemplo, foi nesse tempo. Depois veio a passagem do pagamento pelos bancos, mas foi mais tarde, estamos a falar antes

de 1977, e portanto essa segunda ou esse segundo toque que eu dei na Câmara, no seu estatuto administrativo, foi o organograma ser modificado neste sentido que eu acabei de dizer.

Em 21 de fevereiro de 1976, o DN, traz uma reportagem sobre a tomada de posse da Junta Governativa e da ida do primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo à CMF, onde assistira a um comício no Largo do Colégio. O senhor professor no uso da palavra refere: "estamos convictos de que o povo acreditará plenamente no processo revolucionário que está em curso no nosso País, se o ajudarmos decididamente a melhorar as condições de vida, dando-lhe o máximo que esteja ao nosso alcance", frisando ainda "a transferência de poderes da administração central para a administração regional não pode significar impasse, paragem ou adiamento da resolução de problemas absolutamente prioritários para as populações".

Virgílio Pereira acabaria o seu discurso, com o seguinte pedido: "pedimos, pois a V.Ex.^a, se digne ordenar medidas para que não hajam impasses, paragens ou adiamentos na resolução desses problemas". "Esperaremos por medidas concretas no que respeita à descentralização financeira e faremos o possível por cumprir".

– Esta ambição concretizou-se, o relacionamento entre a CMF, a Junta Governativa e o Poder Central, sofreram alterações?

V. P. : Concretizou-se em parte. A gente deixou de ter qualquer tipo de relacionamento com o Governo Central e passou a ter, como sabem, a tutela administrativa do Governo Regional. Por exemplo, se alguém cometesse um ato público que não era administrativamente correto, o Governo Regional podia agir. Era a única supremacia que o Governo Regional tinha sobre a Câmara, de resto mais nenhuma, muita gente dizia: olhe, o senhor não quer resolver a coisa, eu vou lá em cima com o Alberto João e resolvo e eu dizia: pode ir a 200 à hora em vez de 100, porque o senhor vai pedir coisas ao Dr. Alberto João que ele possa resolver lá do governo, agora coisas da Câmara é tempo perdido, quem resolve é a minha equipa e eu. De maneira que havia coisas destas e portanto, é verdade que isso se deu, mas depois como sabe, eu não tenho nada a perder, nem nunca tive, na altura em que me ameaçavam que perdia, enfim... o meu lugar... eu vou ter aonde, depois de velho. Isto está tudo muito bem feitinho

simplesmente, conseguiu-se, realmente, quanto a mim, mais autonomia. Mais do que aquela que a gente podia sustentar, ou seja, sustentável no futuro e tudo aquilo que não é muito sustentável, no futuro, muito excepcionalmente, penso eu é benéfico para o homem. E portanto, há dois pontos ou três, na saúde, no ensino, na educação, enfim... que foi cedo demais, ter autonomia para isso. Mas há outro problema. O país, como sabe, sempre foi um país carenciado no aspeto financeiro, o país foi sempre adepto do “porreirismo”, do compadrio, da pequenina corrupção, ainda que toda a gente fale que corrupção é só futebol, os políticos não. As pessoas e os políticos também são representativos da massa que são feitas as pessoas, a massa mental, educacional, etc. E portanto era hábito, mais do que isso ou quando um de nós vai a algum lugar dar uma gorjeta aqui, uma gorjeta acolá, ia a uma repartição de finanças, em vez de ter uma declaração pronta daqui a dois dias, se desse vinte, não interessa, x, tinha logo a seguir ou no dia seguinte. Depois julgam que têm moral total para dizer: o político é culpado, o político é isto e aquilo. Realmente, há uma fração de políticos da vida política nacional, que não presta para nada, que não merece respeito nenhum, que é corrupta, e tudo isto de mal que eu acabei de dizer. Se me perguntar qual é a percentagem, não sei, nunca fiz nenhum estudo de base e não vou falar de cor, mas sinto que é significativa, sinto que é significativa. E portanto, com isto tudo no aspeto financeiro, estava eu a falar, na questão da autonomia, eles passaram os poderes quase todos aqui para a região, foram-se libertando das suas obrigações, foram transferindo esses poderes para o Governo Regional, mas o que eles não fizeram foi transferir os capitais necessários para o Governo Regional exercer isso convenientemente. Foi aquilo que fizeram às câmaras daquela altura e querem fazer agora outra vez. Isto é a minha opinião. Eu sei que nem toda a gente tem a mesma maneira de pensar e não estou atacando o Governo Central, nem nada, até porque sou social-democrata e sei que o meu partido hoje em dia, por exemplo, com uma coligação, que teve 4 anos no poder, os últimos antes deste Governo, acho que nunca tomou uma medida social-democrata. Enveredou pelo neo-liberalismo, que repudio determinantemente. Representa, evidentemente, um país que tem a problemática social, que já é um país bonzinho, em comparação à grande maioria dos países do mundo africanos e outras paragens, mas que naquele grupo pertencente à UNESCO, já não está, sequer a meia tabela. Talvez, não está, e portanto não somos ricos, não somos paupérrimos, mas lá pobrezinhos somos, porque temos 25% da população que vive naquilo que a Europa civilizada considera limiar de pobreza. Portanto, meu caro senhor, até agora eu continuo a pensar da mesma maneira, eu rejeitei

sempre o independentismo. Nunca,... aliás nunca fui, a minha mulher e os meus filhos foram objeto de ameaças de bomba em casa, enfim... choros dos pequenos e dela e iam mudar de casa. Nunca fiz isso. Cheguei a ter até o privilégio de um pequeno grupo de amigos, funcionários da Câmara que se rendiam uns aos outros e numa semana que foi mais problemática, eles é que vieram fazer a vigilância sem eu saber e estavam preparados para chumbar, de maneira que digo o seguinte, enquanto esta região não tiver autonomia político financeira e fiscal de instrumentação legal, nunca mais será aquilo que efetivamente deseja. E, não é porque tem uma cultura diferente do povo português, ou santos diferentes, ou guerreiros diferentes, enfim, heróis diferentes, que deve ter isso, não é. É por haver descontinuidade territorial, é por ser uma região aqui a boiar no atlântico, e que pode, obviamente, se o país que gere e a Europa permitir, a gente pode ter uma solução para esta pequena terra, pode ser até um “farolzinho” para a Europa, para certas regiões da Europa. Também há outras regiões da Europa carenciadas, não se pense lá que não, o sul da Bélgica não é uma maravilha, o sul da Itália também não é, enfim eu conheci muito lugar em que havia grandes necessidades. As regiões ultraperiféricas, as regiões periféricas e insulares como as da Grécia, e mesmo aqui na costa atlântica, até há uns anos atrás, de facto, tinham muitos problemas. A União Europeia, muita coisa tem feito e muita coisa tem feito, para mim, algumas coisas bem, outras mal, é natural, só não faz mal quem não faz nada. Agora, para mim, viva a autonomia, viva a União Europeia social, não a capitalista selvagem, nem a neo-liberal, social em todos os planos, como disse há bocadinho, cultural ... e viva uma coisa acima de tudo, as pessoas. Viva as pessoas.

Em 25 de julho de 1976, realizaram-se as eleições para a Assembleia Regional, sendo depois eleito para presidir ao 1º Governo Regional, o Eng. Ornelas Camacho.

– Como classifica o relacionamento entre a Câmara e este governo?

V. P. : Andávamos numa fase de experimentação, era uma fase nova, portanto tinha passado todo o nosso contato com o Governo Central como eu já disse, passou a ser o Governo Regional, a Câmara do Funchal poupou dinheiro e as outras câmaras todas. De deslocação do presidente, tantas vezes tinha que ir lá quatro vezes e mais e, portanto, isso acabou. O polo de decisão final estava aqui em cima de nós. Não estava distanciado

como Lisboa. É pá...Paris está mais distanciado ainda, Estrasburgo está mais ainda e Bruxelas, mas Lisboa é muito mais longe, que estar aqui. Agora tudo isso, sim senhor... e a gente estava, mas era no começo de uma nova experiência. Agora ele era um homem excepcional, bondoso, trabalhador e teve que dar a cara, como eu e os outros que me fizeram o favor de me acompanhar. Fizeram o favor, e eu não escolhi ninguém, quem escolheu, foi o Dr. Fernando Rebelo. Ele é que escolheu a equipa toda. Um daqui, outro dacolá e foram buscar-me, porque acho que gostavam dos meus trabalhos, como professor provisório, na Escola Industrial e, portanto tiraram-me de lá, e olhe...lá tive nove anos e qualquer coisa. Resultado: o engenheiro Ornelas Camacho era uma pessoa amável, a chefe do gabinete dele telefonava-me, se ele recebesse um ofício de Lisboa que dissesse respeito à Câmara do Funchal, ligava logo a dizer: passa-se isto, isto e isto, vou enviar-lhe isto, aquilo e aquele outro. Era um indivíduo muito honesto, não era assim de grandes parangonas, de festividades, não era. Era outro feitio, pronto, mas era bom homem, muito bom homem e competente como engenheiro. Eu não sou engenheiro para dizer isto, mas o que ouvi do engenheiro Pedro, do engenheiro Carlos Silva e dos engenheiros que trabalhavam comigo na Câmara, é que ele era altamente competente, como engenheiro.

Em 12 de dezembro de 1976, realizam-se as primeiras eleições para os órgãos autárquicos, às quais o professor concorre à presidência da CMF.

– Que significado teve para si este ato e quais os propósitos /metas essenciais para este mandato?

V. P. : Não tive a maioria absoluta, tive a maioria relativa mas não precisei de me arrelhar com isso, porque, a maioria absoluta tive em todas as reuniões da Câmara, exceção por 1 ou 2, talvez em todas as questões, arranjei sempre a maioria absoluta, nas reuniões da Câmara e portanto os nossos propósitos com os nossos colegas já indicados pelos partidos, eleitos pelo povo, pela facção que eles representavam, e que portanto mereciam todo o nosso respeito, como hoje. Não interessa, há o deputado na Assembleia Legislativa Regional, há um deputado na Assembleia da República do partido tal, não sei quê, posso gozá-lo, posso fazer barulho quando ele está falando, posso desrespeitá-lo? Sobre estas figuras parlamentares de dizer às vezes uma “boca”, uma boca como o povo diz, um comentário mas elevado, sim senhor, porque não, até dá

um certo interesse à política. Agora olhar para o senhor só por ser o único, de uma determinada facção pequena, e tratá-lo mal, com desprezo, de forma brejeira, etc. não. A Assembleia Legislativa da Madeira, nem a Assembleia Nacional, nem o Parlamento Europeu, quanto a mim são locais, que o povo nem acredita nos políticos, nesta altura, nunca vi, nunca senti a classe política apanhar tanto no lombo, como está apanhando agora, nunca a classe política e os partidos tiveram tanta falta de credibilidade, como tem agora, uma grande parte das pessoas deste país, que são eleitores, não acreditam, não esperam nada, não tem esperança na atuação destes partidos, chamados tradicionais. Então, vão escolhendo arbitrariamente, às vezes, outros, muitas vezes os outros que se apresentam como independentes, também são dirigidos por indivíduos, que já militaram noutros partidos, mas que, por qualquer razão, não foram bem aceites ou não conseguiram os seus intentos. Há exceções, há exceções, mas quer dizer, isto é uma “salgueirada”, isto não abona nada a favor da consumação dos direitos do povo, se a política fosse exercida com os objetivos para que foi elaborada. A política, a sério, é uma coisa boa, não é qualquer coisa. O que leva ao descrédito, da política e dos políticos, é a ostentação, por exemplo, uma das coisas que eu falo, que não tenho medo nenhum, em dizer isso. Um sujeito tem um jaguar que comprou há pouco tempo, é deputado, é secretário, é ministro, é não sei o quê, vejo passar, sai aos sábados e domingos e se tiver uma mulher bonita melhor e tal. A ostentação é uma ofensa às necessidades dos tais 25 por cento dos portugueses. Depois o distanciamento. Ah, eu é que resolvo, eu é que não sei quê, eu é que não sei quantos. Quer dizer, eles falam de tal maneira que parece que não têm necessidade nenhuma de consultar quais são as ambições da população. Vamos ver, vamos analisar e nunca dizem... vamos estudar este assunto, adicionando as propostas que vocês fazem, se for preciso, vamos pedir a alguém que vos represente que venha aqui, se já têm alguém que vos represente, ou é a Junta de Freguesia ou alguma comissãozinha, de bairro ou não sei quê, que venham, não fazem a diferença, não é democratizar populisticamente a sociedade, têm medo disso, que a democracia caia na rua, não cai nada... Cai é se for uma ditadura que a gente se distancie das pessoas e diga espera aí e tal e volte as costas em 3 anos e meio ou 2 anos e meio e depois no último ano e meio, ou no último ano ou no outro meio ano comece a sorrir para as pessoas, beijinhos nas mulheres, um abraço nos homens, beijinho na cabeça das crianças, etc, etc. Venham a mim as lindas criancinhas, porque é de vós o reino dos céus, que Deus me perdoe. De maneira que, está a ver, isto é que nunca, mas faz-se isto hoje aqui ainda na nossa terra, faz-se isto hoje. Eles estão convencidos que

isto é um lugar já tão desenvolvido, tão desenvolvido que se pode resolver isto com os meios audiovisuais, à distância de qualquer lado e zero para as pessoas. Alguns devem ter isto na cabeça e estou a ser má-língua talvez, julgo que a maior parte, talvez não...falando a sério, mas infelizmente há muitos que pensam assim ainda ou pelo menos comportam-se como tal e a nível nacional. Eu próprio, depois de reformado e mais reformado ainda levo na cabeça por ter sido político, ... “ele está bem, ah ele já está bem, ele tem”... só tenho esta casa onde vivo, não tenho mais nada. Tenho um carro com 25 anos. Não tenho fortuna, não tenho prédios nem arranha-céus, nem nada disso. Não tenho reformas como um jornalista ilustre um dia disse: Ah...ah...hh... Eu pedi renúncia à Assembleia Legislativa. Eu fui eleito e depois pensei melhor na minha saúde, uma conversa que eu tive com o médico e pensei e não vou ... à peça, a suspensão... não, não, não, é melhor [...]. E então, eu pedi e vem um jornalista e põe: não é favor nenhum, ele tem três ou quatro reformas. Uma do parlamento europeu, outra do ensino da escola, outra da Assembleia da República, outra é daqui da Câmara Municipal,... mas que cidadão ... tem a sorte de haver legislação especial para ele. Só tenho uma!

Em 30 de dezembro de 1976, reunia pela última vez a CA da CMF, onde o professor afirmaria: ”ter chegado a oportunidade de manifestar a todos os seus colegas de equipa o seu agradecimento pela forma como se conduziram nestes dois anos e três meses de gerência dos bens deste município. E acentuou: «É-me muito grato referir que nunca em circunstância alguma me senti desapoiado e foi esse apoio, a amizade, o espírito de colaboração e a correcção que sempre existiram que permitiram nas horas difíceis a coragem para continuarmos, de forma a, contribuir-se dentro das possibilidades, para salvaguarda daquilo que sempre julguei ser o bem comum”.

– O que pensa acerca deste mandato, que transformações se operaram e que aspetos mais marcaram este período?

V. P. : Um dos aspetos que marcaram esse mandato, um dos resultados desse mandato da Comissão Administrativa, tem a ver com a conversa que tivemos aqui. As pessoas começaram a se sentir mais próximas de quem mandava e, quando a gente conversava, no meu gabinete, e quando ia à casa deles, ou sítio deles ou o caminho ou à porta deles, só, ou acompanhado com mais alguém da comissão, ou aos fins-de-semana com a

comissão toda e técnicos da Câmara, o engenheiro diretor, o engenheiro Manuel de Sousa, que era o diretor das águas e saneamento, portanto, eles sentiam-se como pessoas humanas, não eram qualquer coisa que a gente olha para eles e diz assim, isto é descartável. Eles sentiam-se respeitados, sentiam-se dignificados, sentiam que eram parte da solução e não parte do problema, por mais incrível que pareça. A solução tinha que passar por eles também, para que o espírito deles, a mentalidade deles, mesmo que não fossem mais literatos, que ficassem nos limiares de desenvolvimento cultural que tinham na altura, esse tempo serviu, para eles terem contato com diversas personalidades de outras áreas, inclusivamente a política, mas esse fenómeno deve-se ter dado em muitas áreas e as pessoas evoluíram, até no aspeto desportivo e portanto evoluíram, quer dizer, passaram a ter um conhecimento mais vasto. Se tão vasto como queria, obviamente, que não. Até hoje considero que o problema básico deste país, o principal, é, não termos ainda o nível médio educacional que se devia ter. O desenvolvimento económico ultrapassou o desenvolvimento cultural, isto é a minha opinião e, portanto, é pena. As pessoas ganharam isso, ganharam o quê? Ganharam o poder de ir aos centros de decisão ou de chamar os decisores, como seus representantes, servidores para ouvi-los e ver in loco quais os problemas que os afligiam. Sentiam-se portanto mais respeitados, mais importantes como seres humanos que são, não é vaidade, isto é humano. Criaram-se uma empatia, e o senhor vai ver o resultado da primeira eleição, eu não ganhei a maioria absoluta, porque a outra facção, que eu digo mais conservadora, não acreditava em mim e não deixou que eu tivesse a maioria absoluta, mas, não houve problema porque, dentro dos partidos todos que lá estavam dentro da Câmara, os representantes eleitos por esses partidos, tiveram uma empatia e uma colaboração que é aquela que eu digo aqui nesta pergunta que o senhor me faz, extraordinária. Lembro-me do Jorge Veiga França, grande amigo, e lembro do Florêncio Aguiar, estou-me a lembrar dos mortos de quem era amigo, o Gabriel Trigo, grande amigo, Aurélio Canha, que fez de vice-presidente anos seguidos sem ganhar um tostão, de maneira que, não preciso dizer mais nada.

– Na sua opinião, o que diferenciou o papel da Câmara, durante este período, da sua gestão, comparado com o antes 25 de abril e mesmo até a sua tomada de posse em 3 de outubro de 1974?

V. P. : A única mudança que houve foi nós estarmos mais ocupados na elaboração de projetos mais abrangentes, mais fundamentados no fornecimento de água potável, de esgotos, na questão de equipamento social, no que diz respeito aos apartamentos. Nós fizemos cerca de 900 apartamentos sociais e casas, enfim que íamos substituir, mas como digo 25 anos depois é que a gente previa ... resultado: nós tínhamos mais técnicos, admitíamos mais técnicos, tínhamos uma capacidade de análise das questões tecnicamente muito maior. A Câmara teve sorte nos técnicos que tinha. Havia aquela mania que ainda há hoje. Os técnicos da Câmara não são tão bons como os técnicos do Governo Regional, não sei porquê, o Governo Regional tem uma grandeza e um poder digamos maior, os outros já não prestam, mas, tiraram o curso na mesma a universidade e eles são em número e em produção menor ainda da Câmara do que no Governo, não sei agora, no meu tempo era. E, portanto, eram obrigados a confrontar-se com problemas de diversa ordem e arranjar soluções em muitas frentes. Eu tive, tivemos sorte. E mais, o poder político, no meu tempo, nas câmaras que eu presidi, era um aliado indiscutível do poder técnico, porque eu queria o inverso, que o poder técnico fosse um aliado imprescindível ... do poder político. O poder político sem o técnico só faz asneiradas e “baboseiradas”. De maneira que, portanto, o senhor diretor tinha alguém ao dispor dele para trabalhar. Chamava os seus homens, os encarregados, os topógrafos, não sei quê, até ia lá, depois levava à Câmara, ou tinha uma conversa comigo antes, e levava à Câmara, não interessa. A gente trabalhava sempre em equipa, mas a primeira ronda que eu fiz por todos os setores da Câmara, ainda me lembro, foi para me apresentar, eles não eram obrigados a ir à tomada de posse, para me conhecer logo, e fui por todos os sectores e a todos eles dizia a mesma coisa: peço a vossa colaboração, porque se não obtiver não faço nada.

– Que impacto teve na vida quotidiana dos funchalenses a gestão da Câmara durante o período em referência?

V. P. : Eu tive a impressão que teve algum impacto, por exemplo, a habitação social, a gente acabou com as barracas aqui dos Viveiros, por exemplo, iniciou-se aquele caminho para São João Latrão, que depois a Câmara seguinte, do Miguel Albuquerque, continuou e fez aquilo que lá está feito. A gente alargou, começou por baixo e começou por cima, digamos assim. Melhorou as condições de contato em tudo o que era burocrático, o tal gabinete de informação, muitas vezes, é que preparava o cidadão para

ir à repartição A, B, ou C tratar do assunto que eles já levavam o requerimento feito, pelo João Pestana e pelo Délio. Alguns sabiam escrever pouco, liam as parangonas de um jornal, alguns e outros não sabiam mais do que assinar o seu nome, porque o analfabetismo era muito maior e, portanto, a gente via isso naquelas reuniões, que eu me esqueci de dizer, que fazia nos sítios, nas escolas, aquelas comissões de moradores que eu tinha, convocava aquelas pessoas que moravam e a gente fazia reuniões nas escolas que eram abrangentes àquele sítio. A gente via, às vezes, eles diziam... diga lá homem! Ah, o senhor que desculpe que eu não sei falar. Não sabe falar, então está a falar comigo agora. O senhor quer dizer que não sabe se exprimir, quer dizer, não tem as palavras mais bonitas para me dizer. Deixe-se disso homem, eu não nasci num berço de ouro, eu oiço as palavras mais feias que possa haver, aqui dentro peço que não diga porque tem aqui senhoras, portanto oiço as suas, são simples, mais pobrezinhas ou não, pode falar à vontade. Também isto servia para puxá-los, eles tinham que deitar para fora o que sentiam. É claro que essas gerações, hoje, ou têm a minha idade, ou já morreram ou enfim já estão em casa e com certeza que a geração seguinte, a dos filhos, muitos devem conhecer e ainda receberam dos pais as notícias do que foi o resultado dessa Comissão Administrativa e das outras câmaras depois. Agora, os outros mais novos, aqueles que têm agora a geração dos bisnetos e dos netos, não tinha bisnetos, talvez os velhotes já nem falam nessas coisas. Agora, eu senti que a gente quando começou a lançar água aqui na parte de Santa Maria, a Rua da Visconde Cacongo para lá abriu-se aquilo tudo e meteu-se canalização nova “por aí fora”. Não havia água do município, não havia distribuição de água, depois renovou-se partes da rede velha, tinham 40 anos, por exemplo do Bom Jesus, e que está já carenciada outra vez, sabe porquê? Porque já tem quase 40 anos, eu fui para a Câmara há 40 anos, como o senhor disse ali há bocadinho e portanto não é novidade nenhuma. Há bairros aí que eram para abater com 25 anos, que estão aí ainda, com 40 anos. Se há derrames dentro deles ou fogos tem de ser obviamente, ultrapassaram o limite de vida, portanto eu julgo que tenho consciência. O senhor pode dizer-me se me sinto feliz? Sinto-me feliz por ter exercido este cargo, sinto-me feliz, mais feliz do que em comparação com o de deputado à Assembleia da República, de deputado do Parlamento Europeu. Mais feliz, talvez tão feliz como o de professor provisório, no princípio da minha vida aqui na Madeira, que gostei muito. Agora, sinto-me feliz, sinto que fui útil, eu nunca decidi qualquer coisa maldosamente contra ninguém, posso ter errado muitas vezes, de certeza absoluta, por falta de capacidade minha ou da minha equipa e, por outros motivos, tenho é pena de não ter

feito mais, sabe, não ter tido mais posses, não ter feito aquilo que outros fizeram, tiveram mais coragem, foi contrair mais dívidas, elegíveis, mas de gestão controláveis, com arcaboço patrimonial da Câmara e tudo isso, elas estavam mais do que controladas, mas deixei, na altura deixei com valor, mas não se compara com aquilo que estão a fazer hoje. Já houve uma Câmara ou duas aí em toda a Madeira que não deixaram, mas que também não tinham nada. Normalmente quando se poupa muito no orçamento municipal, é tudo conversa, tudo negociado a nível nacional. Quando o Governo Central, diz que reduz o déficit daqui e acolá, etc, etc, etc, não fez nada, de investimentos, nada, como investidor zero, obras públicas zero, desemprego, e depois o turismo está a salvar muito este país, claro. Eles estão a gostar de Portugal, porque tem sucedido terrorismo, a paz e o sossego que se vive neste país, que é o mais precioso que a gente pode ter. A tal liberdade, não se pode exercer no meio de terroristas e ser livre, uma bomba aqui, uma bomba acolá, não é, está a perceber, julgo, não estou convencido que tenho sempre razão, eu ainda não sou tonto, ainda não tenho Alzheimer, graças a Deus, ainda penso ... para quê que enganam tanto as pessoas.

Em 3 de janeiro de 1977 tomavam posse os novos órgãos eleitos para a CMF.

– Que significou para o senhor professor este ato atendendo a que passávamos a viver um novo ciclo político. Tínhamos uma Assembleia Regional, um Governo Regional e uma Câmara eleita pela primeira vez por sufrágio universal, caminhando para a concretização de um dos grandes sonhos dos madeirenses, a Autonomia político administrativa da Madeira?

V. P. : Eu como sou social-democrata, apesar de nunca me ter filiado, senão muito mais tarde, no PSD, depois de ter desempenhado todos os cargos nacionais, que desempenhei, até porque, olhava com uma certa dúvida, para a grande família que se dispunha social-democrata na Madeira, chegava à conclusão que a maior parte dos militantes daquilo que é hoje o meu partido, não têm a mínima noção do que era social-democracia e portanto, e ainda hoje, veja o que aconteceu no Governo Passos Coelho, ainda que tenha influência a crise internacional e, enfim, a dependência que a gente criou em relação a princípios. De qualquer maneira há princípios que estão fundamentados. A gente bate o pé e não sai dali, venham americanos, ou russos, seja lá quem for. De maneira que, o que é social resolve certos problemas que são de bradar aos céus e isso não tem interesse, isso não é negociável, eles fazem isso, e o meu partido

agora, está pior neste aspeto. Desculpem quem me está ouvindo, eu tenho esta convicção, ninguém me trata mal, não é por isso, nem eu posso, eu não tenho atividade política, desde que enfim, tive uns problemas físicos e portanto, já não tenho há 9 anos, não tenho atividade política nenhuma, nem estou com saudosismos, só estou a dizer aquilo que sinto, e como eu muita gente, e se a gente não mostrar a todo este eleitorado, que quer emendar o nosso caminho, sinceramente quer trabalhar, eles começam a contar como o dinheiro, o resultado das nossas decisões, não tinha isto, já tenho, o meu filho não tinha isto, já tem, [...] já arranjei emprego para a minha filha...., eu não tinha carro mas já tenho, eu não tinha frigorífico, mas já tenho, ainda não tinha ido a Lisboa, mas já fui, houve crise agora, sim senhor, mas... se tivessem gerido melhor isto, não batia no fundo como bateu. Isto é a minha convicção. Porquê? Porque os grandes partidos, do país, da Europa, dos Estados Unidos, do mundo, os grandes partidos, “maribaram-se” para a grande má-fé eleitoral que é toda ela, da classe média para baixo, ou seja média, baixa, baixa, baixa e é baixa. Portanto “maribaram-se”, só quiseram, salvar os seus queridos, os seus compadres, etc, etc, os seus dinheiros, etc. Ainda bem que não se pode ir preso por causa disso, digo isto onde quiserem. E, portanto, eu nessa altura, quando vi isto já tinha decidido continuar, eu disse Virgílio, vamos lá ver, tu tens de conseguir a empatia com estes novos membros que conseguiste anteriormente com os outros, pelo menos parecida, muito parecida. Porquê? Porque tu vais aproveitar as ideias deles naquilo que for realmente bom, que venha a ser bom juntamente com os teus pares do teu lado e eles também vão aproveitar as tuas mas se tu fores “dureiro”, eles também vão reagir no mesmo sentido, também. É a conversação, o debate calmo, sério, tranquilo e de coração aberto é o melhor. Ah, você disse isso e tal... eu nunca retirei a palavra a um vereador da oposição, um grupo que se excedeu em tempos, isso não existe, para já isso não existe nas câmaras, que eu saiba neste momento, mas quando eu ia à Assembleia Municipal e tinha x para falar no princípio e depois tinha y tempo para responder as perguntas, nem todos chegavam ao fim, havia sempre 3, 4, 5 ou 6 que não tinham feito as perguntas a tempo. E, eu era o próprio a pedir ao presidente da assembleia: senhor presidente dê-me mais meia hora, ponha à votação dos presentes, para ouvir o resto. O senhor sem ouvir bem, sem ver bem, sem ler bem, não pode pensar bem, nem muito menos resolver, nem escolher. Portanto a minha filosofia era esta: fazer tudo o possível por esta Câmara, e consegui, nunca tive nenhuma proposta minha que fosse derrotada, porque não tinha a maioria, nunca tive. Acho que ... não sei quantas foram votadas por maioria relativa, não sei se 3, 4, 5, 6 em 3 anos. Os mandatos eram de

3 anos na altura, sabe disso não sabe? E portanto tenho gratas recordações do engenheiro Carlos Bixirão, Teresa Pinheiro, António Trindade, David Caldeira, esta malta que passou por lá, falo com eles hoje, bem e em todo o lado. E convidei todos os que pertenciam à Câmara anterior, para continuarem comigo na equipa a propor o PSD, porque eu aceitei o PSD, porque o PSD aceitou todos os nomes que eu propunha, e o PS, a conselho não sei de quem, não aceitava o Aurélio Canha nem aceitava o Florêncio Aguiar, e depois no fim, vieram à última da hora, dizer que aceitavam o Florêncio Aguiar, mas não aceitavam o Aurélio Canha. Ele era da ACIF como sabe, que o homem é um bocado mais conservador do que eu, não tenha dúvidas nenhuma (...) do meu partido e ele não repudiava o PS, se fosse o partido comunista, o sujeito já não gostava muito, mas o PS, o António Trindade, nem que fosse os outros ele era capaz de até emprestar qualquer coisa, está a perceber. Portanto, eles foram todos à última da hora, eu estava tonto que nem uma barata (...) porque há uma ala, social-democrata, sempre houve no PS e havia uma ala marxista, mas a marxista tinha tendência, e eu não era marxista, foi isso que eu disse ao Jorge Sampaio quando ele me convidou para mandatário dele, quando o Mota Pinto veio aqui à Madeira me convidar para mandatário do Soares Carneiro, eu disse que não, porque não aprovava militares na Presidência da República. E o Jorge Sampaio disse, porque tinha muita consideração por ele, mas sabia perfeitamente que não era pecado nenhum, defeito nenhum, que não era um autonomista convicto e portanto por isso, não podia fazer isso. Fui convidado pelo Mário Soares para ser deputado na assembleia constituinte e na primeira assembleia a seguir, vinha acompanhado do engenheiro Lopes Cardoso, está a perceber? de maneira que...não digo mais nada.

O senhor professor Virgílio, quando convidado para tomar a seu cargo a presidência da Comissão Administrativa da CMF, procedeu segundo a sua perspectiva às alterações que a mudança de regime assim o exigiam, definindo um plano de ação de acordo com as necessidades inventariadas e que considerou mais relevantes.

– Tendo em consideração que durante esse período exerceu o mandato na condição de personalidade independente e posteriormente passou à situação de presidente eleito pelo PPD/PSD, gostaria de saber se essa condição teve consequências na sua forma de atuar ou na visão que tinha sobre a sua forma de gerir uma autarquia?

V. P. : Na visão que eu tinha dos problemas não, agora na maneira de atuar teve, sabe porquê? Eu tive de perder tempo com questões que não eram hábito ter na anterior. Quais questões? A questão da cunha. Eu anteriormente não era representante de nenhum partido e portanto na Comissão Administrativa os colegas que estão aí vivos que pertenceram comigo, ninguém me vinha cá pedir cunhas, mais depressa quem é que me vinha pedir cunhas, eram os tais sujeitos que moravam no meio do adubo, nas zonas altas e nas zonas carenciadas ... aqui bem perto do centro do Funchal, Viveiros e coisas assim. De maneira que esses é que vinham pedir cunhas, cunhas entre aspas, pedir para vir resolver o problema de esgoto que derramava sobre o vizinho e que não tinham água, que não tinham isto, nem aquilo, e que a escola do filho era muito longe e portanto obrigou-me a dizer a alguns que apareciam no meio disto, eu venho da parte do coronel, do tal coronel, entre aspas do PSD, do PS, ou CDS e mandar este recado. Eu tinha que perder tempo, para convencer esse “desgraçado” que não podia fazer coisas dessas, quem decidia era a Câmara e eu tinha uma opinião contrária aquilo, não dou exemplos, normalmente isto aconteceu com gente graúda, o espírito inicial manteve. Mas festas, a gente fazia sempre ao pôr-do-sol, sempre que possível em vez de fazer em hotéis, na Câmara, a gente fazia sempre pelo mais baratinho possível, até acabou com o whisky. Eu próprio fui pôr um presidente de um congresso de médicos à porta com a minha mulher.

